

DIÁRIO

Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 29 DE MAIO DE 1996

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
João Cerveira Corregedor da Fonseca
Carlos Manuel Duarte de Oliveira

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 25 minutos.

Deu-se conta da apresentação da proposta de lei n.º 37/VII e dos projectos de lei n.º 161 e 162/VII.

Na abertura do debate da interpelação n.º 3/VII — Sobre a autoridade do Estado (PSD) intervieram o Sr. Deputado Pacheco Pereira (PSD) e o Sr. Ministro da Administração Interna (Alberto Costa), tendo-se-lhes seguido no uso da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro da Justiça (José Vera Jardim) e do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa), os Srs. Depu-

tados Francisco de Assis (PS), António Filipe (PCP), José Junqueiro (PS), Luís Filipe Menezes (PSD), Alberto Martins, Henrique Neto e Jorge Lacão (PS), Guilherme Silva (PSD), Paulo Portas (CDS-PP), Medeiros Ferreira e José Magalhães (PS), Jorge Ferreira (CDS-PP), Pedro Passos Coelho (PSD), Isabel Castro (Os Verdes), Carlos Encarnação e Calvão da Silva (PSD).

A encerrar o debate intervieram, pelo partido interpelante, o Sr. Deputado Carlos Encarnação e, pelo Governo, o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Agostinho Marques Moleiro.
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
Alberto de Sousa Martins.
Albino Gonçalves da Costa.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António Bento da Silva Galamba.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António Rui Esteves Solheiro.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Amândio.
Carlos Manuel Luis.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Filipe Mesquita Vital.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
Francisco José Pinto Camilo.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
Henrique José de Sousa Neto.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
João Rui Gaspar de Almeida.
João Soares Palmeiro Novo.
Joaquim Moreira Raposo.
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Maria da Silva Ferro.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.
José da Conceição Saraiva.
José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.
José Manuel de Medeiros Ferreira.
José Manuel Santos de Magalhães.
José Pinto Simões.
Jovita de Fátima Romano Ladeira Matias.
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.

Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.
Luís António do Rosário Veríssimo.
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel António dos Santos.
Manuel Francisco dos Santos Valente.
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.
Manuel Porfírio Vargas.
Maria Amélia Macedo Antunes.
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.
Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira.
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.
Maria Jesuína Carrilho Bernardo.
Nelson Madeira Baltazar.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.
Paulo Jorge dos Santos Neves.
Pedro Luís da Rocha Baptista.
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.
Raimundo Pedro Narciso.
Raúl d' Assunção Pimenta Rego.
Rita Maria Dias Pestana Cachuxo.
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
Rui Manuel dos Santos Namorado.
Rui Manuel Palácio Carreteiro.
Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.
Victor Brito de Moura.

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro dos Santos Amaro.
Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.
Antônino da Silva Antunes.
António Costa Rodrigues.
António de Carvalho Martins.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António Jorge de Figueiredo Lopes.
António Moreira Barbosa de Melo.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Roleira Marinho.
António Soares Gomes.
Artur Ryder Torres Pereira.
Bernardino Manuel de Vasconcelos.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Manuel de Sousa Encarnação.
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.
Eduardo Eugenio Castro de Azevedo Soares.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.
Fernando Santos Pereira.
Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas
Bordalo.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco José Fernandes Martins.
Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
 Hugo José Teixeira Velosa.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Calvão da Silva.
 João Carlos Barreiras Duarte.
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
 Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
 José Augusto Gama.
 José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
 José Carlos Pires Povoas.
 José de Almeida Cesário.
 José Guilherme Reis Leite.
 José Luís Campos Vieira de Castro.
 José Manuel Costa Pereira.
 José Mário de Lemos Damião.
 Lucília Maria Samoreno Ferra.
 Luís Filipe Menezes Lopes.
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.
 Manuel Acácio Martins Roque.
 Manuel Alves de Oliveira.
 Manuel Castro de Almeida.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Joaquim Barata Frexes.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo.
 Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
 Rolando Lima Lalanda Gonçalves.
 Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.
 Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.
 Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.
 Jorge Alexandre Silva Ferreira.
 Manuel Fernando da Silva Monteiro.
 Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.
 Maria Helena Pereira Nogueira Santo.
 Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz.
 Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
 Nuno Kruz Abecasis.
 Paulo Sacadura Cabral Portas.
 Rui Miguel Gama Vasconcelos Pedrosa de Moura.
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
 António João Rodeia Machado.
 Bernardino José Torrão Soares.

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 José Fernando Araújo Calçada.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel da Silva Viana de Sá.
 Maria Luísa Raimundo Mesquita.
 Octávio Augusto Teixeira.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai anunciar os diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: proposta de lei n.º 37/VII — Altera a lei n.º 69/78, de 3 de Novembro (Lei do Recenseamento Eleitoral), e o Decreto-Lei n.º 701-B/76, de 29 de Setembro (Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais), que baixou à 1.ª Comissão; projectos de lei n.os 161/VII — Elevação à categoria de vila da povoação do Alto do Seixalinho, no concelho do Barreiro (PS), que baixou à 4.ª Comissão, e 162/VII — Cria o Instituto Superior Politécnico Oriental de Lisboa (ISPOL) (PS), que baixou às 6.ª e 11.ª Comissões.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, da nossa ordem de trabalhos de hoje consta o debate da interpelação n.º 3/VII — Sobre a autoridade do Estado (PSD).

Para proceder à intervenção de abertura, tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.ºs e Srs. Deputados: Em primeiro lugar queria saudar a presença do Sr. Primeiro-Ministro nesta interpelação. Todos nós pensamos que isso é positivo e, exactamente para mostrar a diferença que o Sr. Primeiro-Ministro, sistematicamente, tem afirmado do seu comportamento em relação ao do governo anterior, esperamos que, como primeiro interpelado desta interpelação que se dirige mais a ele, como primeiro responsável pelo Governo, do que a qualquer outro ministro, não deixe de responder às questões que lhe são colocadas numa situação de maior igualdade do que aquela que normalmente têm os Deputados da oposição nesta Câmara.

Aplausos do PSD.

O Partido Social Democrata entendeu realizar esta interpelação porque tem sérias preocupações quanto à forma ligeira e irresponsável como o PS e o Governo têm vindo a tratar questões de especial melindre, como são todas aquelas que envolvem a autoridade do Estado.

Esta é uma matéria onde é difícil construir e facilmente destruir. E o Governo, por inépcia, ignorância, ligeireza, e por uma concepção da vida pública que é dominada essencialmente por preocupações eleitoralistas de popularidade, está rapidamente a destruir aquilo que depois do 25 de Abril demorou muitos anos a construir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por favor, neste debate, poupem-nos com o alibi da herança dos 10 anos do Governo anterior,

alibi universal e panaceia explicativa com que o Primeiro-Ministro, o Governo e alguns Ministros especialmente ligados à propaganda, como o Sr. Ministro Jorge Coelho, pretendem abafar todo o debate sobre a substância das medidas do Governo socialista.

Seria bom que o Primeiro-Ministro e o PS percebessem que ganharam as eleições e que são hoje os responsáveis pela governação para adquirirem duas coisas que, notoriamente, fazem falta ao seu verbo fácil.

O Sr. António Braga (PS): — Anda desatento!

O Orador: — A primeira é a responsabilidade pelo que estão a fazer, a desfazer ou a deixar de fazer, e a segunda é o respeito pelas oposições, a quem tem obrigação de responder a perguntas e dar esclarecimentos sem estar permanentemente a atirar culpas para as largas costas do governo anterior. Já basta de fuga às responsabilidades próprias!

Aplausos do PSD.

As questões que estamos a tratar são novas, têm a ver com a responsabilidade política deste Governo e com medidas tomadas por este Governo.

Tudo isto é inelutavelmente o resultado da acção do PS, em particular os sinais crescentes da perda de autoridade do Estado, que se manifestam, essencialmente, em três sectores.

O Sr. António Braga (PS): — Ainda não disse nada!

O Orador: — Primeiro, na cedência do interesse geral do Estado a *lobbies* e grupos de pressão; segundo, a trapalhada generalizada no tratamento das forças de segurança e, terceiro, a crescente partidarização do Estado.

Aplausos do PSD.

Risos do PS.

Os senhores riem-se, mas por cada riso vão engolir 10 gargalhadas, a seu tempo!

O Sr. Alberto Martins (PS): — Os Deputados da sua bancada é que se estão a rir!

O Orador: — A cada vez maior influência de *lobbies* e grupos de interesse na vida pública, à revelia do interesse comum, não pode ter melhor ilustração do que a cedência às pressões dos clubes de futebol.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Embora, desde o primeiro dia, este Governo se tenha revelado como um Governo de interesses, permitindo aos grupos organizados e aos *lobbies* um papel na definição de políticas sem paralelo mesmo na anterior governação socialista, nunca se tinha ido tão longe no espectáculo público de permitir a um *lobby* — o de alguns clubes de futebol e de alguns dirigentes desportivos — não só defrontar a autoridade do Estado, como obter a subserviência do Governo e um prémio por esse desrespeito.

Aplausos do PSD.

A razão é só uma: a troca de favores e influências políticas que permitiu, por exemplo, ao Primeiro-Ministro organizar um comício a pretexto da vitória de um clube desportivo, manipulando sem pudor a alegria dos seus adeptos!

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Sr. Presidente, espero que os Deputados do Partido Socialista se comportem conforme a dignidade desta Câmara!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, sem distinção de bancadas, espero que respeitem o orador.

O Orador: — A razão é só uma, repito: a troca de favores e influências políticas, que permitiu ao Primeiro-Ministro fazer um comício, utilizando abusivamente a vitória de um clube de futebol.

Aplausos do PSD.

Os favores políticos ao PS, recebidos e a receber, foram pagos pelo alto preço da perda de autoridade do Estado e da desautorização de qualquer política de rigor fiscal.

Tudo neste assunto é demasiado obscuro para não exigirmos completo esclarecimento do que se passou e do que se passa e para que esta Assembleia não seja chamada — através de um debate de urgência e de um pedido de ratificação — a pôr em ordem um Governo que pretende comprar favores eleitorais e popularidade com o erário público e o dinheiro que, até então, ia para os pobres de Portugal!

Aplausos do PSD.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — É falso!

O Orador: — O Governo diz que não concedeu perdões fiscais. Mas o Governo ainda não manda na realidade, embora goste muito de mandar nas palavras. E a verdade é que o Governo arranjou maneira de os clubes não terem que pagar aquilo que devem ao Estado, pagando-lhes ele com dinheiro desviado das misericórdias, desviado dos fins sociais a que era destinado, e que vai acabar por ser pago pelos contribuintes.

O espectáculo deprimente do Primeiro-Ministro a pretender deitar poeira nos olhos dos portugueses e a dizer que se vai gastar o dinheiro sem o gastar, pagar sem pagar, receber sem receber e que todo este imbróglio não precisa de ser explicado porque é «irrelevante» mostra bem o embaraço de quem, estando demasiado confiante de que pode fazer tudo, trata os portugueses por parvos.

Aplausos do PSD.

Quando, subrepticiamente, o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças já admitem — violando uma promessa eleitoral — que os impostos vão aumentar, lembramos a todos os portugueses que, entre outras coisas, estarão a pagar o esbanjamento das portagens, do fim das propinas e dos perdões fiscais aos clubes de futebol!

Aplausos do PSD.

Tudo aqui está mal para o funcionamento normal de um Estado democrático. Não só é um escândalo que a lei não seja cumprida e que o Estado premeie o infractor como é difícil de compreender como é que se assumiu a responsabilidade de não defender o interesse público, havendo compromissos, garantias e um acordo livremente aceite que impunha obrigações e que é suposto serem lei.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quererá certamente o Sr. Primeiro Ministro esclarecer esta Câmara sobre quando é que os clubes deixaram de cumprir as suas obrigações fiscais e talvez explicar por que razão é que passaram a ter tanta confiança de que não eram punidos por isso?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ou seja, que esclareça quando é que começou o «problema» e se não foi depois de 1 de Outubro!

O Sr. José Magalhães (PS): — Começou com o cavaquismo!

O Orador: — Quererá certamente o Sr. Primeiro-Ministro esclarecer-nos com que autoridade é que um membro do seu gabinete deu instruções directas à administração fiscal, supostamente sem o seu conhecimento ou assentimento, para que não fosse executada uma garantia bancária de um clube, mal ele deixou de pagar ao fisco?

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — É falso!

O Sr. José Magalhães (PS): — Foi desmentido na sexta-feira!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, agradeço que façam silêncio.

O Orador: — Ou os senhores querem que acreditemos que foi um obscuro funcionário das finanças que se decidiu a não cumprir a lei? Os senhores continuam a achar que somos parvos!

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — Nem todos!

O Orador: — Todos nós percebemos que alguém com autoridade política falou directamente, por cima do Ministro das Finanças e da hierarquia da função pública, para um funcionário da administração fiscal, no sentido de se tomar uma medida política que viola a lei em vigor. E não nos venha mais, Sr. Primeiro-Ministro, falar nem da independência da administração fiscal, nem muito menos de rigor fiscal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O PS, pela voz da sua propaganda, vem dizer que este problema estava por resolver do governo anterior e que foi o PS que o resolveu.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — Se os Srs. Deputados continuam a estar muito nervosos, falo mais baixo.

Também aqui não tomem os portugueses por parvos. Todos sabemos que os clubes tinham assumido um compromisso para regularizar a sua situação fiscal e que foi apenas porque alimentados pelas promessas do PS e por um clima de laxismo por este criado que os clubes deixaram de cumprir as suas obrigações.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E o Governo, em vez de fazer cumprir o compromisso existente, resolveu aceitar as pressões. Parabéns, pois, aos dirigentes desportivos que falaram grosso e ridicularizaram o Estado, porque esses, pelo menos, perceberam a essência deste Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, Srs. Deputados, o problema não é novo, tem a ver com a quebra anterior de autoridade do Estado.

Protestos do PS.

Se for preciso falo ainda mais baixo, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado gerirá os seus decibéis como entender!

Risos.

O Orador: — Assim farei, Sr. Presidente.

Acresce que é mais que evidente que se o PSD quisesse resolver este problema como o PS o fez — com prejuízo do interesse público, do interesse social e do Estado —, podia resolvê-lo em qualquer altura.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Olhe os perdes fiscais!

O Orador: — A seguir esta lógica, a lógica do prejuízo ao interesse público...

Protestos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, agradeço que façam silêncio porque quem está no uso da palavra tem o direito de se fazer ouvir, tal como os Srs. Deputados quando estiverem nas mesmas condições.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — Os Srs. Deputados do PS já se calaram?

A seguir esta lógica, o PS pode resolver tudo: perdoa as dívidas ao fisco e à segurança social e «resolve» o problema das dívidas; amnistia os presos e «resolve» o problema das cadeias; cede a todas as chantagens e a todos os bloqueios de estrada e já não precisa de diplomas legais para os bloqueadores. Resolve tudo num minuto e não precisa de chamar a polícia.

Mas o que é mais grave, Srs. Deputados, é o futuro.

Ao dar um exemplo ao mais alto nível de promiscuidade entre a acção política e a violação da lei por parte de alguns clubes de futebol, para obter vantagens eleitorais, o Governo está a hipotecar algo de muito grave:

a própria capacidade de o Estado actuar face à violência nos estádios. Não se pode usar o futebol na política nem realizar comícios usando clubes sem se ficar cego face às fontes de violência nos estádios de futebol. Um Governo servo de interesses é verdadeiramente impotente!

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em áreas sensíveis, como é a das forças de segurança, a política do Governo é de pura trapalhada, criando problemas sobre problemas na PSP, na GNR, no SIS, na PJ, gerando confusão nas cadeias de comando, desconfiança nos homens e desmotivação na acção.

Na meia dúzia de meses que está em funções, este Governo encarregou-se de alegremente destruir não só as relações de confiança entre o Ministro da Administração Interna e as forças policiais que tutela, como o sentimento de autoconfiança que é vital nas chefias, nos homens e mulheres dos corpos de segurança, criando aí uma profunda instabilidade.

O Sr. José Junqueiro (PS): — É só tragédia!

O Orador: — No íntimo de cada um surge certamente esta dúvida: «para que é que eu me vou esforçar a combater o crime e a insegurança nas ruas com o meu risco pessoal, se quem por mim é responsável e a quem obedeço desconfia de mim e me considera um estranho?»

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Só o espírito de corpo e o sentido de responsabilidade é que impede que este folhetim tenha impacto na segurança dos cidadãos. Mas se ele continua, o resultado será uma polícia abúlica e que considerará sempre melhor não fazer nada e olhar para o lado, do que meter-se em sarilhos para cumprir um dever a que o primeiro responsável, o Ministro, não presta a devida solidariedade.

Aplausos do PSD.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — É falso!

O Sr. Pedro Baptista (PS): — É mesmo um renegado, Sr. Deputado!

O Orador: — A crise entre o Ministro da Administração Interna e as forças policiais, que aliás se estende de forma menos visível para os serviços de informação, é uma clara ameaça à autoridade do Estado porque afecta uma área que é nas democracias particularmente sensível. Como acontece com as Forças Armadas e os serviços de informação, as forças de segurança têm que ser claramente subordinadas ao poder democrático na exacta medida em que, actuando com o monopólio de força legítima do Estado, vivem numa fronteira nem sempre nítida entre a democracia e os seus inimigos, a lei e a sua violação, implicando deveres e obrigações muito para além dos do cidadão comum.

Há que compreender a extrema dificuldade das suas funções, as enormes tensões a que estão submetidos e ter com elas uma sensibilidade muito própria, que implica em primeiro lugar a assunção clara de responsabilidades e de solidariedades. Ora, um Ministro da Administração Interna tem que perceber isto ou não está a fazer nada no seu

cargo ou está a desfazer aquilo que facilmente se parte, como um cristal, que é a confiança.

Aliás, Sr. Primeiro-Ministro, seria melhor que, na agenda da próxima remodelação, pensasse num novo Ministro da Administração Interna, a somar a outros em que já estará certamente a pensar, forçado pela evidente e cada vez mais pública dificuldade de exercício de autoridade nas suas áreas de governação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A tudo isto acresce uma profunda e sem paralelo partidarização do Estado, com o espectáculo degradante da corrida das federações do PS, por todo o País, a tudo o que é lugar público...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — ..., quer aos existentes, quer àqueles que se estão a criar em páginas torrenciais do *Diário da República*.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Face a isto, o Sr. Primeiro Ministro tem responsabilidades a que não se pode eximir.

Vozes do PS: — Em quê?!

O Orador: — A técnica é sempre a mesma: arranja-se uma frase politicamente correcta e coloca-se o Primeiro-Ministro a dizer exactamente o contrário daquilo que está a fazer. E ele fá-lo com palavras em tom meio jocoso, meio arrogante, simplesmente a verdade é completamente distinta dessas palavras. A verdade é que, de todas as vezes que o Primeiro-Ministro diz que não deseja *jobs for the boys*, sabe muito bem que uma qualquer federação do PS acabou de colocar mais umas dezenas de filiados em lugares públicos. E o mais absurdo é que nem sequer se está a substituir PSD por PS, está-se a substituir quem lá está — seja do PSD, seja do PS, seja do PP — por aqueles que, com um cartão do Partido Socialista, entendem que têm direito a um lugar na função pública.

Aplausos do PSD.

A verdade é que a única forma de travar esta invasão partidária do Estado é definir com clareza a linha de separação entre a confiança política e as nomeações na função pública, que devem ser feitas por concurso público.

Risos do PS.

Mas, Srs. Deputados, a prova da vossa má fé nesta matéria é que os senhores apresentam um projecto de concursos públicos depois de terem feito centenas de nomeações.

Vozes do PS: — Falso!

O Orador: — E a segunda prova de má-fé é que apresentam um projecto para concursos públicos, onde os júris dependem da confiança política do ministro e são

verdadeiros comités de emprego dos socialistas na função pública.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Esse é o seu projecto!

O Orador: — Os sinais da falta de sentido de Estado são evidentes por todo o lado e devem, pelo menos, preocupar um homem em Portugal. Há, no Estado, alguém que não pode ser indiferente a esta situação e esse alguém é o Sr. Presidente da República.

O Sr. José Magalhães (PS): — Já cá faltava!

O Orador: — Já aqui, no 25 de Abril, chamámos a atenção do Sr. Presidente da República no sentido de que não pode ser indiferente a factos graves decorrentes da governação. Como comandante supremo das Forças Armadas, ele tem também responsabilidade em relação àquilo que se passa nas polícias e, como primeiro responsável pelo funcionamento da democracia, não pode ser indiferente à partidarização do Estado, sobre a qual esperamos que se pronuncie com clareza, de modo a dissuadir o Governo de abusar daquele que é um bem de todos os portugueses a favor do seu próprio partido.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para exercer o direito regimental de defesa da honra e consideração da bancada do Governo, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa): — Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Deputados: De entre as muitas infundadas e falsas afirmações proferidas pelo Sr. Deputado Pacheco Pereira há uma particularmente grave e reveladora da autoridade moral do Sr. Deputado e do Grupo Parlamentar do PSD para questionarem o que quer que seja neste debate.

O Sr. António Braga (PS): — Exactamente!

Vozes do PSD: — Esse discurso já está gasto!

O Orador: — O Sr. Deputado Pacheco Pereira repetiu hoje, quarta-feira, dia 29 de Maio, aqui, nesta Assembleia, notícias dos jornais já desmentidas na sexta-feira passada, já revistas pelo próprio jornal, quando esclareceu que não se referia ao membro do Governo *a* mas ao membro do Governo *b*, já revistas uma segunda vez pelo mesmo jornal, quando esclareceu que não se referia nem ao *a* nem ao *b*, quando o próprio jornal já ontem pediu desculpa, publicamente, quer ao membro do Governo *a*, quer ao membro do Governo *b*...

Protestos do PSD.

..., quando esse mesmo jornal já assumiu publicamente que se enganou tendo dado ontem à estampa uma carta do Sr. Director Distrital de Finanças do Porto, Dr. Absílio Figueiredo Marques, com o seguinte conteúdo: «1- É completamente falso que algum membro do gabinete do Sr. Secretário de Estado me tenha contactado, directa ou

indirectamente, no sentido de ser travada a execução de garantia bancária...»

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, agora temos uma inversão de posições!...

Façam o favor de ouvir em silêncio a intervenção do Sr. Secretário de Estado.

O Orador: — Repito: «1 — É completamente falso que algum membro do gabinete do Sr. Secretário de Estado me tenha contactado, directa ou indirectamente, no sentido de ser travada a execução de garantia bancária que o Futebol Clube do Porto apresentou em Março de 1994 para levantamento da penhora do Estádio das Antas.

2 — Também não foi por mim transmitida qualquer orientação especial ao senhor Chefe do 1.º Bairro Fiscal que, de acordo com a lei, é a entidade que tem competência para a condução do referido processo (...).»

Srs. Deputados, a notícia foi desmentida na sexta-feira, foi reescrita, mais uma vez, antes de ontem e ontem o próprio jornal reconheceu que se havia enganado e pediu desculpas, sendo a notícia desmentida pelo próprio Director Distrital de Finanças do Porto.

O Sr. Deputado Pacheco Pereira não podia ignorar que tudo isto era falso...

Vozes do PS: — É um mentiroso!

O Orador: — ... e, não obstante, atreveu-se a vir aqui reproduzir factos que sabia serem falsos.

Aplausos do PS.

Isso só demonstra uma coisa: talvez o PSD, ao longo do debate, ainda venha a falar sobre autoridade do Estado.

Risos do Deputado do PCP António Filipe.

Sobre a sua própria autoridade moral estamos entendidos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

Vozes do PS: — Vai pedir desculpa!

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, atrevi-me, sim senhor, porque não prescindo do direito de emitir as minhas opiniões e de perguntar ao Governo aquilo que entender.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

E se o Sr. Secretário de Estado considera que isso é um atrevimento, tem uma escassa noção do que é a democracia parlamentar.

Aplausos do PSD.

Mas vou dizer-lhe outra coisa: de duas uma, ou houve, de facto, uma directriz política no sentido de não ser executada a dívida, ou o funcionário que não a executou violou a lei.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E os senhores, por muito que queiram fugir à questão, têm de esclarecer o que aconteceu.

Pela nossa parte, não temos nenhum problema em esclarecê-la: chamamos cá os funcionários, chamamos cá a cadeia hierárquica, chamamos cá os membros do Governo envolvidos na matéria e, em sede de comissão de inquérito, os senhores explicam, sob juramento, por que razão é que um obscuro funcionário das finanças resolveu, por sua livre iniciativa, não cumprir a lei e não executar uma obrigação que tinha em face dos seus superiores hierárquicos.

Os senhores pensam que nós acreditamos que foi por acaso que os clubes de futebol deixaram de pagar o que deviam ao Estado? Que foi por acaso que a execução da garantia bancária deixou de ser feita?

Protestos do PS.

Que foi por acaso que um funcionário deixou de proceder como estava obrigado pela lei? Que foi por acaso que o gabinete do Sr. Primeiro-Ministro desconhece tudo o que estava a acontecer?

Meus caros membros do Governo, se tudo aconteceu como os senhores nos querem fazer acreditar que aconteceu, espero pelo procedimento disciplinar que irá recair, necessariamente, sobre esse funcionário.

Aplausos do PSD.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, permite-me o uso da palavra?

O Sr. Presidente: — Pede a palavra para que efectue, Sr. Secretário de Estado?

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Para fazer uma curta interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, que seja mesmo uma interpelação, curta não precisa de ser, porque dispõe de 3 minutos para esse efeito.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, quero apenas dizer o seguinte: o Sr. Deputado Pacheco Pereira já disse tudo, pois quando os factos não lhe dão jeito, ele tem o direito de opinar em desconformidade com eles.

Para que não restem dúvidas, entregarei à Mesa um extracto do *Diário Económico* de ontem,...

Risos do PSD.

Aplausos do PS.

... onde está tudo desmentido, a fim de que o Sr. Deputado Pacheco Pereira fique a saber a verdade.

Aplausos do PS.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Qual a edição? A mais conveniente ou a mais inconveniente?

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não é com gritos que se clarificam as questões. Peço-lhes que se pronunciem apenas no fim das intervenções e não durante as mesmas.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpellar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que seja também uma interpelação.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, presumo, em primeiro lugar, pelo silêncio do Sr. Primeiro-Ministro, que ele não aceitou o meu repto para discutir estas questões em condições que não sejam as que dão todas as vantagens ao Governo. Esperava que o Sr. Primeiro-Ministro, que tantas vezes criticou o Governo anterior por não o fazer, procedesse em correspondência.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Queria dar ordens ao Primeiro-Ministro?!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, como calcula, não está a fazer uma interpelação e, por isso, agradeço-lhe que termine.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para fazer a intervenção de abertura do debate, por parte do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna (Alberto Costa): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pacheco Pereira, viremos as costas ao mundo da trapalhada retórica...

Aplausos do PS.

... e ocupemo-nos dos problemas e das soluções, numa área realmente nevrágica para a afirmação da autoridade do Estado.

Prometemos ao País trabalhar a sério para reconstituir as condições de um exercício responsável e eficaz da autoridade, no quadro de um Estado democrático de direito; trabalhar para aumentar os efectivos policiais; trabalhar para promover a qualidade da formação e da actuação das nossas polícias; trabalhar para modernizar e fazer entrar na hora europeia as nossas forças de segurança; trabalhar para actualizar o modelo policial português e promover uma polícia de proximidade, capaz de levar mais protecção e mais confiança aos cidadãos. Pois bem. Vejamos como temos trabalhado.

Sr. Deputado Pacheco Pereira, faça o favor de reparar no que o Ministro da Administração Interna tem andado a fazer.

Vozes do PSD: — Nada!

O Orador: — Em Julho próximo, completarão a parte escolar da sua formação 1600 homens e mulheres destinados às nossas forças policiais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Estamos a trabalhar para recuperar a paragem nas novas admissões, verificada em 1993 e 1994, explorando ao máximo a capacidade encontrada,

que estamos neste momento a ampliar, através do uso de verbas que especialmente previmos no Orçamento para o efeito.

Estão preparadas as condições para, no ano que vem, serem formados, pelo menos, mais 1700 homens e mulheres.

Em dois anos, alistaremos e daremos formação inicial, nas duas forças de segurança, a 3300 novos elementos.

Ao longo deste ano de 1996, entrarão para a Escola Prática da PSP tantos novos alistados como os que entraram durante os três anos anteriores.

Aplausos do PS.

É uma aposta forte, Sr. Deputado Pacheco Pereira, na entrada de sangue novo em forças cujos efectivos são essenciais para assegurar a qualidade da protecção dos portugueses.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: São precisos ainda muitos mais! Há muitas, muitas vagas para preencher, acumuladas ao longo de anos e anos. Para completar os quadros seriam necessárias 3650 novas admissões na GNR e 2116 na PSP.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mas não falemos do que outros não fizeram, falemos, antes, do que estamos ocupados a fazer.

Prometemos trabalhar para forças de segurança com outra formação e outro enquadramento.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — Estabelecemos para este ano o objectivo de uma avaliação em profundidade de todo o ensino e de todos os processos de formação, no âmbito de todas as forças de segurança e serviços de segurança, já que V. Ex.^a também falou neles. Trata-se de um objectivo ambicioso, entre nós, embora, obviamente, conhecido e utilizado noutras países.

Foi elaborada a legislação indispensável para que isso fosse realizado em condições apoiadas pelas próprias instituições a avaliar.

As Grandes Opções para 1996 incluíram este objectivo entre as prioridades aprovadas por esta Assembleia para o sector.

A legislação foi aprovada, entrou em vigor, e todas as forças e serviços de segurança assumiram este projecto.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Foi já hoje decidida pelo Conselho de Ministros a criação de um grupo de avaliação, constituído por personalidades internas e externas às forças de segurança, em que o País pode confiar para avaliar o que está a ser feito e recomendar as alterações que se impõem neste sector da formação, inicial e permanente, dos homens das nossas forças de segurança.

No termo da avaliação, e sem prejuízo da introdução de aperfeiçoamentos imediatos, apresentaremos a esta Assembleia uma proposta de lei de bases do ensino e da formação das forças e serviços de segurança.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O País, através dos seus representantes, deve pronunciar-se e dizer o que quer, neste sector crucial

para o modo de exercício da autoridade que é a formação das forças de segurança.

Se alguém souber de quem criou condições para ir mais longe e mais fundo neste domínio que o diga claramente, que se erga e fale durante este debate.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Prometemos favorecer a cooperação internacional e, através dela, a modernização das nossas forças policiais. Na semana passada foi assinado um acordo quadripartido entre a GNR, a Guardia Civil, a Gendarmerie e os Carabinieri, com uma vertente decisiva na área da formação e do recrutamento. Um acordo que o responsável de uma força de outro país considerou histórico por registar, pela primeira vez, a adesão da força militarizada portuguesa.

Prometemos melhorar as condições institucionais de dependência das forças de segurança face ao poder institucional democrático. Estamos a fazê-lo! Herdámos uma solução institucional que, no essencial, vigorou sem interrupção desde o período imediatamente seguinte ao 28 de Maio.

Essa solução assegurava que só generais do Exército ou só ex-oficiais do Exército deteriam, até para lá do fim do século, o exclusivo do exercício da primeira linha de responsabilidade na Policia de Segurança Pública, isto é, na própria componente não militarizada do nosso sistema de forças de segurança. Basta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, saber-se o que se passa por esses países europeus a começar pelos mais próximos para se perceber o grau de divergência institucional que herdámos.

Estamos a trabalhar para convergir em direcção a padrões cívicos e institucionais mais modernos. Queremos modernizar, instituir soluções dignas da Europa do fim do século e não dos anos 30 ou do Terceiro Mundo.

Aplausos do PS.

Estamos a fazê-lo de forma determinada mas prudente, gradual e responsável.

Por várias razões, porventura comprehensíveis, nos últimos anos não tinha sido possível nenhuma «política forte» nesta matéria. Nós fazêmo-la, Sr. Deputado Pacheco Pereira! Resistimos e continuamos a resistir a lobbies e pressões, como V. Ex.^a bem sabe.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Governo aprovou legislação que pôs termo a uma solução legal, que era, na Europa de hoje, um factor anacrónico de divergência e de bloqueio institucional. Foi rompido o obstáculo legal que impedia ou adiava a recuperação do projecto europeu de uma polícia cívica. O actual Governo orgulha-se de ter o seu nome associado a esta reforma.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Este processo, Srs. Deputados, não minou a autoridade do Estado, modernizou e aumentou a autoridade do Estado de Direito democrático em Portugal.

Aplausos do PS.

O Governo presta homenagem a todos os partidos da oposição, pois nenhum submeteu a ratificação a legislação que promoveu esta reforma, numa Câmara onde dispõe de maioria. Vamos continuar nesta linha de modernização.

Na Europa já não se confunde, como entre nós, direcção e gestão com comando. Isto é, tal como não se gera ou dirige o que deve ser comandado, não se comanda o que deve ser dirigido ou gerido. Também aqui queremos convictamente evoluir.

Em nome de Portugal, da humanidade e da segurança, apresentámos a esta Assembleia, conforme tínhamos prometido, uma proposta de regularização extraordinária dos residentes lusófonos, que vivem entre nós irregularmente, e também, em condições menos amplas, dos residentes provenientes de outros países.

Esta Assembleia aprovou essa proposta por unanimidade num momento parlamentar de grande significado para a afirmação, no mundo, da autoridade de um Portugal solidário e acolhedor, digno do Portugal que, no passado, partiu à busca do mundo novo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo orgulta-se de ter apresentado essa proposta, de ter prometido e de ter cumprido. Por nossa iniciativa, e em nome da segurança dos portugueses, essa regularização, ao contrário do que aconteceu no passado, é uma regularização condicionada.

Se os beneficiários da medida proposta, nos próximos três anos, cometereem crimes, perderão o benefício que Portugal lhes proporcionou e ficarão em condições de serem expulsos exactamente como o estavam antes.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Quisemos um Portugal hospitalero, mas também mais exigente e respeitado. Quisemos também um Estado com mais meios legais e mais autoridade para ser solidário com as vítimas das situações de emergência, como as cheias que enfrentámos nos casos de grave carência. Por isso, aprovámos legislação que o permitiu, que deu mais autoridade legal à solidariedade frente à emergência.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos a preparar melhores condições para desenvolver a presença e a acção do Estado diante da insegurança, do crime e da emergência.

O que se passa é que, para nós, a afirmação da autoridade do Estado democrático passa também por instalações condignas, efectivos ampliados, renovados e requalificados, meios suficientes e modernizados. Prometemos melhores condições de trabalho para todos os homens e mulheres que servem o País nas nossas forças de segurança e melhores condições de atendimento para todos os cidadãos que, por uma razão ou outra, se dirigem ou são obrigados a permanecer nas instalações das forças de segurança.

Quero dizer-vos que a situação de degradação que encontrámos ultrapassa, em muitos casos, as nossas piores expectativas. Por isso, lançámos mão de um conjunto de acções, com vista à preparação de um programa plurianual na área das instalações e equipamentos, que se traduzirá num investimento de mais de 10 milhões de contos e que esperamos apresentar ao Parlamento em Outubro.

Posso anunciar-vos que foram, entretanto, já lançados concursos públicos para novas instalações em Condeixa,

Chamusca, Covilhã, Esmoriz, Ferreira do Zêzere, Oliveira de Azeméis, Pinhel, Teixoso, Vale de Cambra, Abrantes, Alto do Pina, Divisão de Trânsito de Lisboa, Horta Nova (Carnide), Bairro Padre Cruz (Carnide), Chelas, Marinha Grande, Santo António dos Cavaleiros e Estoril.

Até ao final do corrente ano serão lançados concursos para Alcochete, Almeirim, Izeda, Cartaxo, Constância, Escola Prática de Queluz, Gonçalo, Marco de Canavezes, Mangualde, Merceana, Porto Santo, Rio Maior, Santa Cruz, Santa Maria de Lamas, Sardoal, S. Vicente e Torrão.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Deu-se ainda início, ou iniciar-se-ão durante o corrente ano, 16 projectos de remodelação e beneficiação de instalações, foram já lançados concursos para execução de 18 projectos de novas instalações da GNR e PSP e serão ainda lançados este ano mais 10, num total de 28 novos projectos, que seria fastidioso enumerar caso a caso.

A autoridade do Estado não se pode afirmar sem condições estruturais que sustentem o seu exercício e a própria dignidade desse exercício. Há tanto para fazer, há tanto tempo perdido para recuperar, que vamos apresentar à Assembleia uma proposta de lei de programação nesta matéria, que distribua no tempo o enorme esforço de investimento que é necessário. É nisso que já estamos a trabalhar hoje com as forças de segurança.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Temos também muito trabalho preparado em matéria de ajustamento dos dispositivos territoriais. Temos estudos, temos conceitos, temos critérios, mas não queremos, como no passado, que tudo se passe com referência a um documento inclassificável do ponto de vista jurídico.

Vamos, pois, trazer a esta Assembleia, logo no início da próxima sessão legislativa, uma proposta de lei de orientação em matéria de política de segurança.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Para nós não há autoridade sem responsabilidade e sem uma plena e reconhecida legitimidade.

Numa reunião do Gabinete Coordenador de Segurança, que teve lugar há dias, mais concretamente no dia a seguir à entrada em vigor da legislação que lhe ampliou as competências, vários dos seus membros, responsáveis por forças e serviços de segurança, reconheceram e defenderam abertamente a necessidade de substituir, nesta área, uma cultura da violência por uma cultura do civismo e de promover, em nome dessa necessidade, a alteração de muito do que ainda hoje existe neste campo.

Aplausos do PS.

Este Governo, este Ministro da Administração Interna, sentem-se gratificados com esse reconhecimento. Durante 10 anos — é sabido —, não funcionou neste sector nenhuma inspecção-geral. As mudanças esperadas pelos eleitores, que querem uma autoridade em quem possam confiar, estão em marcha e vão continuar, com prudência, mas de forma sólida e irreversível.

Está em revisão um padrão comprovadamente deficiente de exercício do poder disciplinar e de apuramento de responsabilidades. A Inspecção-Geral da Administração Interna está a ocupar-se dessa revisão e há já novas orientações em aplicação. Os portugueses sabem

que podem contar com a qualidade e a isenção desse trabalho. Ao fim de 10 anos de ausência, desenvolve-se um reforço consistente da fiscalização neste sector.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr.^{as} e Srs. Deputados: Está, por isso, perante vós a consciência tranquila deste Governo e, se me é permitida a primeira pessoa, do Ministro da Administração Interna deste Governo.

Se, amanhã, essa consciência decidisse pôr termo a esta comissão no Estado de um homem da sociedade civil, fá-lo-ia com o sentimento de ter cumprido e honrado os valores por que lutou.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — É certo, Srs. Deputados, que seis meses passados sobre a investidura deste Governo, num posto de uma força de segurança, foram cometidos crimes de tortura e homicídio, seguidos de actos de encobrimento, que incluíram uma horrível profanação de cadáver. Foi indicado como autor do crime o próprio comandante do posto, um sargento-ajudante. Os demais membros da corporação, nessa noite, presentes no posto, foram também constituídos arguidos.

Os crimes que se encontram indicados sacudiram dramaticamente a relação entre cidadãos e forças de segurança, entre cidadãos e poder — a relação crucial a que neste debate se parecia aludir sob a epígrafe «a autoridade do Estado».

E tudo isto interpela, em primeiro lugar, a consciência e o sentido de responsabilidade do Governo e, em particular, daquele que foi escolhido e aceitou, neste Governo, desempenhar o cargo de Ministro da Administração Interna. É necessário que a Assembleia da República, o País e, em especial, as forças de segurança não tenham dúvidas sobre essa consciência e as consequências que devem ser extraídas de tais factos.

Se para alguns que ocuparam este cargo no passado nunca existiu homicídio ou tortura, ou começou quase sempre por não existir em qualquer posto ou esquadra, este Governo e este Ministro não querem apenas assumir a responsabilidade de extraír consequências deste homicídio. E já af se fez diferente. Há que extraí-las também, e em toda a extensão, das deficientes condições de formação e fiscalização que têm permitido que nas forças de segurança, hoje dependentes do Governo, homens, que num Estado democrático de Direito foram admitidos, formados, treinados e foram sendo enquadrados há 5, 10, 15, 20 anos, possam ser levados a cometer crimes e, por isso, a atentar contra a confiança dos cidadãos na autoridade.

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Ministro.

O Orador: — Há um trabalho de envergadura a fazer e o Governo está determinado a levá-lo a cabo, através de um esforço novo na área da fiscalização e da justiça disciplinar que está em marcha, através de uma aposta na área da formação que teve hoje mesmo um salto decisivo.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Entendamo-nos sobre a autoridade do Estado. Não falo já na própria autoridade do Estado enquanto Estado Nacional, embora af a pergunta seja hoje irreprimível.

Como é possível falar com credibilidade na autoridade do Estado quando lá fora, no dia de hoje, se afecta a autoridade de quem o representa? Quem pode confiar no discurso, para uso interno sobre a autoridade do Estado, de quem vai a Bruxelas criticar e diminuir o poder regional do Estado Português?

Aplausos do PS.

Para nós, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a autoridade em democracia funda-se também na protecção cada vez mais aperfeiçoada dos direitos, liberdade e garantias e tem por dimensão essencial a confiança e a responsabilidade. Não é uma autoridade qualquer, fundada na tradição de obedecer ou no carisma do chefe do momento. A sua credencial e o seu horizonte serão sempre a Constituição e a lei.

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, para repor a autoridade e a credibilidade de um Estado responsável, o último acto do Governo, antes de comparecer nesta interpelação, foi um acto natural num Estado, pessoa de bem: foi o de reconhecer a responsabilidade do Estado no caso do homicídio e profanação do cadáver do cidadão morto no posto de Sacavém.

O Governo acolheu a disponibilidade do Sr. Provedor de Justiça para colaborar na fixação da indemnização que é devida à família.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Agradeço que termine, Sr. Ministro.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Para salvaguarda da autoridade do Estado democrático de Direito, logo que fixada, essa indemnização irá ser paga. Para nós, autoridade, é acima de tudo responsabilidade.

Nesta matéria, não é algo de importante que vai mudar. Algo de importante já mudou. Isso era também exigido por quem votou em nós no dia 1 de Outubro.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Pacheco Pereira, os Srs. Deputados Francisco de Assis, António Filipe, José Junqueiro, Alberto Martins, Henrique Neto, Manuel Alegre e Jorge Lacão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr. Francisco de Assis (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pacheco Pereira, estava eu a laborar nalguma hesitação em relação à faceta do Sr. Deputado, a quem me deveria preferencialmente dirigir, quando subitamente o teor e o som das suas palavras me aclararam o espírito e me permitiram resolver essa inquietação.

Na verdade, estava hesitante em saber se me deveria dirigir preferencialmente ao Deputado eleito por Aveiro, ao Presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa, à auto reserva moral e política do PSD, ao pretenso grande educador do mesmo partido e eventuais adjacências...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ..., ao intelectual em descolagem do cavaquismo, que, de resto, serviu durante 10 anos, ou se ao propagandista mediático.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mas as suas palavras aclararam-me completamente o espírito. E vou dirigir-me à última versão do Deputado Pacheco Pereira, o teorizador e profeta de uma espécie de neo-jacobinismo de direita, autoritário, cego e profundamente arrogante.

Aplausos do PS.

E isso permite-me, Sr. Deputado, perceber muito melhor a sua profunda e despudorada arrogância, a forma como se dirigiu a esta Câmara e como habitualmente se dirige ao País. É esse neo-jacobinismo que traduz, de alguma forma, um vanguardismo de outrora, travestido agora das políticas fortes, que leva justamente a que V. Ex.^a conceba o País como uma mera abstracção. Por isso mesmo, tenderá sempre a desqualificar as políticas baseadas no diálogo, as políticas direcionadas para entes concretos, para entes que têm uma intervenção real da vida nacional. Mas essa abstracção jacobina tem naturalmente como contraponto o elogio do autoritarismo, de um autoritarismo profundamente arrogante de que V. Ex.^a, de resto, aqui deu provas.

E é por isso natural que daí decorram duas coisas. Que o Sr. Deputado, não conhecendo, não perceba e não entenda o País e não esteja verdadeiramente ao seu alcance compreender a natureza das políticas governamentais, dirigidas no intuito de resolver os problemas concretos com que o País se defronta, valorizando metodologicamente o diálogo, mas nunca deixando de tomar decisões nas horas em que aquelas são necessárias. Decisões essas que, obviamente, têm depois de ser debatidas na esfera pública, no campo da discussão política e mormente aqui nesta Assembleia da República. E não conhecendo o País é V. Ex.^a também facilmente conduzido a uma espécie de estado de delírio pré-metafísico, de quem tudo ignorando tudo pode dizer, de quem nada comprehendendo tudo pode citar, inclusivamente citando informações falsas e recusando a admitir a realidade.

Aplausos do PS.

Porque a realidade, nas suas múltiplas dimensões, a realidade empáfica em toda a sua complexidade, é coisa que lhe escapa nas suas elucubrações teóricas.

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou já terminar, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Pacheco Pereira, é por isso que V. Ex.^a é cada vez mais um ficcionista em estado de levitação e cada vez menos um político responsável.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Muito bem!

O Orador: — E o País há-de perceber isso, a começar pelo seu partido e pelo líder do seu partido, quando entrarem ambos em rota de colisão na estratosfera da política portuguesa.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Pacheco Pereira, pretende responder já ou acumula?

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Já, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco de Assis, lamento mas o senhor usou palavras tão difíceis que eu não percebi nada daquilo que disse.

Aplausos do PSD.

Risos.

E confesso que não percebi em grande parte porque das duas, uma: ou as palavras que utilizou são do domínio da retórica; e nesse caso o Sr. Deputado não disse absolutamente nada, ou as palavras devem ser entendidas como tal e analisadas com rigor e, nesse caso, o Sr. Deputado disse várias asneiras sobre os conceitos que utilizou de jacobinismo, de vanguardismo, etc....

O Sr. Francisco de Assis (PS): — Demonstre-o, Sr. Deputado!

O Orador: — ... que talvez fosse bom passar a usar com mais rigor.

Mas digo-lhe, sem precisar de usar tantas palavras difíceis, que pensei que a um homem de esquerda, como presumo que o Sr. Deputado é, sempre lhe tivesse chocado, porque sempre o criticou e sempre o criticaram, a atitude de promiscuidade entre a política e os clubes de futebol. E, infelizmente, vejo agora muitos dos que se arrepiaiam ao mais pequeno sinal dessa promiscuidade, que também existiu no meu partido, estarem agora todos caladinhos face ao maior acto de subserviência política de um governo, com prejuízo dos interesses de Estado — nem sequer ao desporto, não —, ao lado de dirigentes do futebol para comprar favores políticos. E aí o senhor está calado, embora provavelmente devesse dizer muitas coisas.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pacheco Pereira, eu vou ser mais prosaico na formulação do meu pedido de esclarecimento...

O Sr. José Magalhães (PS): — Para ver se eu percebo!...

O Orador: — ... para tentar fazer-me entender!

Vozes do PS: — Exacto!

O Orador: — O PSD anunciou a sua intenção de interpelar o Governo sobre a autoridade do Estado e a solução que encontrou para essa interpelação foi uma solução parecida com a solução que o Governo encontrou para as dívidas dos clubes de futebol: fazer uma interpelação virtual. De facto, o Sr. Deputado falou de inúmeros assuntos e apenas falou de algo que se pode relacionar mais directamente com o tema da interpelação nos últimos minutos e, mesmo assim, formulando algumas críticas à política de segurança interna seguida por este Governo, deixando, no essencial, no tinteiro aquilo que

poderia ser merecedor, e pode ser merecedor, de críticas fundadas.

Estou de acordo com um aspecto que o Sr. Deputado referiu: é que este Governo não pode continuar eternamente a invocar a herança recebida do Governo anterior para justificar a sua inércia política e a sua falta de medidas.

Aplausos do PCP.

E nisso estamos inteiramente de acordo. Agora, aquilo que é preciso dizer é que o PSD faz rigorosamente o mesmo, está numa posição simétrica, isto é, critica o Governo por situações perante as quais, no fundo, o PSD tem pesadas e profundas responsabilidades.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente!

O Orador: — No fundo, o PSD veio criticar o Governo por se demarcar pouco daquela que era a sua política, veio criticar o Governo por tomar opções muito semelhantes àquelas que tomou num passado recente e muito próximas daquilo que, seguramente, continuaria a fazer se, por acaso, continuasse no governo.

Que críticas é que o Sr. Deputado aqui trouxe relativamente ao Governo? Críticas de partidarização do Estado, o que vindo do PSD ... É evidente que condenamos, e continuaremos a fazê-lo, atitudes destas por parte deste Governo, mas também entendemos que o PSD tem muito pouca autoridade, atendendo ao seu passado recente, para fazer críticas desta natureza.

O Sr. José Magalhães (PS): — Batam palmas agora!

O Orador: — O PSD critica o Governo por manipular o fenómeno desportivo quando todos nós nos lembramos muito bem de atitudes do PSD relativamente a esta matéria.

O Sr. Deputado vem aqui apelar agora — imagine-se! — à intervenção do Sr. Presidente da República quando, há poucos meses atrás, ficava com «pele de galinha» só de pensar numa intervenção do Presidente da República!

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Ele próprio!

O Orador: — Quanto à matéria de política de segurança interna, afi há que reconhecer que as críticas ficaram «no tinteiro», porque as responsabilidades que o PSD tem na gravidade a que chegou a situação da política de segurança interna e a lógica de actuação imposta às forças policiais são tão pesadas que lhe faltou a coragem para criticar o Governo pela timidez que tem tido em alterar decisivamente a política que o PSD seguiu.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Pacheco Pereira para responder, queria lembrar que temos connosco um grupo de 45 alunos da Escola C+S D. Carlos I, de Sintra, um grupo de 75 alunos da Escola n.º 1 de Pataias, um grupo de 86 alunos da Escola n.º 1 do Cartaxo e já tivemos connosco um grupo de 19 pessoas do INDEP.

Srs. Deputados, testemunhemos a satisfação de os termos connosco.

Aplausos gerais, de pé.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, vou responder às questões que me colocou.

Em primeiro lugar, obviamente, há matérias em que temos responsabilidade. Penso que devíamos ter actuado muito mais cedo, enquanto fomos governo, em relação às dívidas dos clubes de futebol...

Vozes do PS e do CDS-PP: — Ah!...

O Orador: — Esta foi sempre a minha opinião...

O Sr. José Magalhães (PS): — Mas não a do Cavaco!

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — A única!

O Orador: — Com certeza que devíamos tê-lo feito, e é exactamente por o pensar e dizer que nós temos autoridade ...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Nós... Esse é um plural majestático!

O Sr. José Magalhães (PS): — Você talvez, mas eles não!

O Orador: — ... para criticar algo de completamente diferente, a cedência do interesse público às pressões de um grupo de pressão. Isso é completamente distinto!

Segundo aspecto: também é verdade ...

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — E os perdões fiscais?!

O Orador: — Os senhores querem tratar estas questões com seriedade ou querem continuar a fazer algazarra?!

Convinha que se habitassem, nalguns casos, até a não repetir erros que nós cometemos. Convinha que aprendessem!

Protestos do PS.

Sr. Deputado, há duas matérias sobre as quais o senhor tem uma parte de razão: o governo do PSD devia ter actuado mais cedo em relação às dívidas dos clubes de futebol, mas o que é certo é que actuou.

Vozes do PS: — Mal!

O Orador: — Tarde, mas actuou!

Vozes do PS: — Mal!

O Orador: — Em relação à partidarização do Estado, devia ter sido muito mais prudente e exigente, no sentido de a ter impedido.

Como sabe, não é a primeira vez que digo isto, digo-o há muito tempo, inclusive disse-o na vigência do governo anterior.

O Sr. José Magalhães (PS): — Marques Mendes, bata palmas!

O Orador: — Se o Sr. Deputado José Magalhães, agora, se quer transformar na «voz do dono» do Governo

do PS, tem toda a liberdade para o fazer, mas talvez fosse bom aprender que temos grande liberdade para falar sobre estas matérias ...

Vozes do PS: — Ah!... Vê-se!

O Orador: — ... e, acima de tudo, não temos medo de falar delas quando está presente o Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para terminar, a resposta que lhe ia dar é a seguinte: as três matérias sobre as quais falei são cruciais naquilo que é o retrato, hoje, dos problemas da autoridade do Estado. Se o Governo cedeu como cedeu aos *lobbies* dos clubes de futebol, inevitavelmente não terá autoridade nem para pôr ordem no futebol nem para pôr ordem no fisco. São duas matérias em que o Governo encerrou as portas! A partir de agora tudo o que disser não vai ser ouvido por ninguém!

Segundo aspecto: cometemos erros, sim, senhor, na partidarização do Estado, mas, em 10 anos, não têm a dimensão do que o PS fez em meia dúzia de meses e, acima de tudo, não têm a despidorada tentativa de «deitar poeira nos olhos» dos portugueses, tentando fazer um diploma que não faz mais nada se não institucionalizar o emprego dos socialistas na função pública, sob directa tutela ministerial.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Prove isso!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Para me fazer compreender, procurarei utilizar algumas palavras do Deputado do PSD que aqui apresentou a interpelação para lhe dizer que o seu discurso é de uma profunda inépcia, de uma grande ignorância, de uma tremenda ligeireza, tendo-se o senhor revelado aqui como autor de uma enormíssima promiscuidade política.

O Sr. José Magalhães (PS): — No mínimo!

Protestos do PSD.

O Orador: — Se não fosse V. Ex.^a escudar-se sob a capa da imunidade parlamentar, poderia mesmo ser alvo de um processo de difamação, posto quer pelo próprio Futebol Clube do Porto quer pelo Primeiro-Ministro, porque V. Ex.^a foi, de facto, uma pessoa incontinente.

Risos do PSD.

Sr. Presidente, gostaria que me fosse descontado este tempo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, é difícil. Srs. Deputados, agradeço que ouçam.

O Orador: — VV. Ex.^{as} sabem que esta não é uma situação dos últimos sete meses mas que já vem dos últimos 10 anos. Diria mesmo, passando a citar o Sr. Deputado Luís Filipe Menezes, que «esta situação teve

o acordo tácito do Estado, que só ao fim de uma década acordou, de forma extemporânea, para a dimensão sócio-económica e política deste contra-senso. Foi demasiado tarde e a cumplicidade daí decorrente obriga a que se evolua para uma solução negocial».

O Sr. José Magalhães (PS): — Grandes palavras!

O Orador: — O PSD não tem, portanto, autoridade política nem legitimidade moral para criticar quem quer que seja nesta Câmara, mas exorto-o a que aproveite este momento e peça desculpa aos portugueses ...

Vozes do PSD: — Ah!...

O Orador: — ..., em nome da obrigação moral e da legitimidade política, que lhes deve por causa dos seus contra-sensos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Gostaria de lhe dizer ainda o que se passa. Os clubes não cumprem com as suas obrigações ao fisco e à segurança social. Até agora, por proposta do PSD, de Junho/Julho de 1995, havia a transferência de 80% dos lucros do totobola, sem qualquer contrapartida e sem que o Estado visse a garantia do pagamento de qualquer dívida. Verifica-se que a aplicação do Decreto-Lei n.º 225/94 falhou e que desde Janeiro até Outubro de 1995 mais de 80% dos clubes não o cumpriram.

O Sr. Deputado queria saber o que se passa? Aqui tem a resposta!

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador: — E o que é que acordaram a Federação e a Liga? Acordaram...

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, isto é um pingue-pongue! Quando fala um grupo parlamentar o outro manifesta-se e quando fala o outro o primeiro manifesta-se também! Temos todos de assumir o respeito pelo orador!

Srs. Deputados que se estão a manifestar, peço-vos que respeitem o orador.

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — O Governo, a Liga e a Federação acordaram numa transferência, que passou de 80% a 100%, dos dinheiros do totobola para os clubes, no sentido de tentar resolver estes problemas, mas cativando 50% dessa verba para pagar as dívidas ao fisco e à segurança social, tendo o Governo garantido publicamente que as contribuições para as instituições de solidariedade social seriam assumidas através do Orçamento do Estado ...

Vozes do PSD: — Ah!...

O Orador: — ..., criando este diploma ...

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, acabei de fazer um pedido em pura perda. Os Srs. Deputados só se desrespeitam a si próprios, além de desrespeitarem o Parlamento, não acatando as injunções do Presidente da

Assembleia da República. Peço muita desculpa de lhes falar nestes termos.

Faça favor de concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — Para os clubes que obrigações foram criadas? Até ao dia 31 de Julho de cada ano terão de apresentar uma certidão do centro regional de segurança social e das próprias Finanças no sentido de comprovar que todas as suas prestações estão em dia; caso isso não aconteça, podem sofrer sanções, que vão desde a despromoção de divisão até à impossibilidade de exercer a prática desportiva.

Termino perguntando ao Sr. Deputado por que é que o PSD, em vez de deturpar despudoradamente os factos, não investe na construção da própria seriedade, a qual deveria ser extensiva a ele próprio.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira para responder.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, regimentalmente, não há protestos a pedidos de esclarecimento e a respostas.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Sr. Presidente, o meu nome foi invocado ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, pode defender a sua honra no final do debate.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Sr. Presidente, manifestamente, e como V. Ex.^a entenderá, se o fizer só no final do debate, uma intervenção minha ficará prejudicada e V. Ex.^a ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não fui eu que fiz o Regimento, mas sou eu que o tenho de cumprir.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Sr. Presidente, permite-me uma interpelação à Mesa?

O Sr. Presidente: — Faça favor, desde que a disfarce o melhor que puder.

Risos.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Sr. Presidente, em circunstâncias semelhantes, lembro que, logo no primeiro debate nobre desta sessão legislativa, V. Ex.^a deu a palavra ao Sr. Deputado Manuel Monteiro nas mesmas circunstâncias. Peço o mesmo tratamento para poder defender a minha consideração.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tenho dado a palavra a todos os Deputados de todas as bancadas, incluindo ao Sr. Deputado. Essa menção não tem nenhum significado.

Queira fazer a sua interpelação.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado José Junqueiro evocou o meu nome e uma afirmação feita por mim sobre uma matéria que aqui foi abordada pelo meu colega Pacheco Pereira. Creio que esta é uma atitude de mau gosto, na medida em que o Sr. Deputado sabe que não estou a intervir directamente neste debate e, portanto, tenho dificuldade em dar explicações.

Mas com a benevolência de V. Ex.^a, Sr. Presidente, permito-me dizer o seguinte: na matéria evocada, o PSD tem uma posição coerente, pois a que tem hoje é a que tinha há dois anos atrás e eu, como cidadão e como Deputado responsável, tenho hoje uma posição que é a mesma que tinha há dois anos.

O partido de V. Ex.^a é que não tem a mesma posição, porque há dois anos atrás, pela voz dos Srs. Deputados Manuel dos Santos, José Magalhães e Ferro Rodrigues, interpelou o governo sobre se ele ia tomar a atitude que hoje o Governo socialista tomou, protestando *a anteriori* contra ela.

Mas, Sr. Deputado, se V. Ex.^a evocou o meu nome para demonstrar que há um Deputado do PSD que, numa matéria concreta — aliás, na minha opinião, não particularmente relevante — tem uma opinião diferente da do seu partido, leio-lhe o seguinte, escrito por Fernando Gomes, que não é um militante socialista qualquer: «o PS elegeu o combate à droga e à insegurança como um dos grandes temas; meio ano depois sou obrigado a reconhecer que nada de importante foi feito».

Estas divergências, que correspondem àquilo que os portugueses pensam sobre como é que VV.Ex.^{ss} estão a exercer o poder e a autoridade do Estado, é que vos deviam preocupar, Sr. Deputado José Junqueiro.

Aplausos do PSD.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tal como é habitual, Srs. Deputados, uma não interpelação desencadeia outra. É como as cerejas...

O Sr. José Junqueiro (PS): — Sr. Presidente, gostaria de voltar a repetir aquilo que há pouco li: «Esta situação teve o acordo tácito do Estado, que só ao fim de uma década acordou, de forma extemporânea, para a dimensão sócio-económica e política deste contra-senso. Foi demasiado tarde e a cumplicidade daí decorrente obriga a que se evolua para uma solução negocial».

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero dizer que acabei de citar aquilo que foi escrito e que prova aquilo que eu não disse tão explicitamente, ou seja, que o PSD durante estes anos foi cúmplice, cedeu a *lobbies*, fez batota política, fez promiscuidade política, criou dívidas de 15 milhões de contos, delapidou os dinheiros do Estado, tomou medidas sem que houvesse, num único momento, a segurança de uma contrapartida para o Estado. Outra coisa bem diferente é que o PS assume aquilo que o PSD não quis assumir, diz ao País o que se passa, diz ao País o que quer fazer, diz ao País como o quer fazer, diz, finalmente, como Governo, a verdade ao País, verdade que foi escarnoteada durante dez anos pela cumplicidade aqui denunciada do PSD e do Sr. Deputado Luís Filipe Menezes.

O Sr. Presidente: — Ficam registadas as vossas interpelações.

Para responder ao Sr. Deputado José Junqueiro, tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, não há nada de muito importante para responder. O Sr. Deputado descreveu aquilo que é um perdão fiscal! Então, charem-lhe perdão fiscal e assumam o ónus político. Agora, andarem a tentar enganar as pessoas, dar a entender que isto é um jogo que soma zero, quando há aqui um «buraco» que vai sempre cair em cima de alguém, neste caso em cima dos contribuintes, digam antes com clareza que perdoaram aos clubes o dinheiro que eles deviam. E expliquem por que é que o fazem e por que razão é que, nestas circunstâncias, lhe dão um tratamento preferencial. Sejam claros, transparentes! Essas palavras de que os senhores tanto gostam, usem-nas na matéria, expliquem! Perdoaram o dinheiro dos clubes! Mas dizem que não, preferem pagar às escondidas e, depois, vão buscar ao Orçamento de Estado para pagar à Misericórdia aquilo que vão pagar ao Governo.

Depois, o Sr. Primeiro-Ministro fez aquela cena «escabrosa» na televisão, que fez lembrar a «cena do PIB», dizendo que era irrelevante o mecanismo. Mas não, não é nada irrelevante o mecanismo! Nem nós deixamos que seja irrelevante o mecanismo porque as pessoas têm de perceber que, depois daquilo tudo somado, sobra alguma coisa: 15 milhões de contos que, objectivamente, vão ser perdoados aos clubes de futebol!

Sr. Deputado, não me mete medo, ameaçando-me! Isso tem um preço político porque eu não me esqueço de ter visto o Primeiro-Ministro e o Ministro que, no Governo, faz essencialmente as funções de Ministro da propaganda ao lado do Presidente da Câmara do Porto e do Presidente do Futebol Clube do Porto a fazer um comício político. É óbvio que o senhor tem de explicar ao País que isso não tem nada a ver com os perdões no futebol!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pacheco Pereira, V. Ex.^a hoje tem estado manifestamente irreconhecível, e eu diria, em relação à intervenção que fez e com que nos brindou, usando as suas palavras, que foi uma intervenção ligeira e irresponsável.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Fez algumas declarações que são gravemente anti-democráticas, de bradar aos céus, e em relação às quais V. Ex.^a deve à Câmara e ao País uma explicação muito séria, porque disse que «as Forças Armadas, os serviços de informação e as forças de segurança vivem, em Portugal, numa fronteira nem sempre nítida entre a democracia e os seus inimigos, a lei e a sua violação». Ora, V. Ex.^a ao dizer isto — e disse-o claramente — disse que a fronteira entre a legalidade e a ilegalidade, a fraude e a seriedade, a mentira e a verdade, a seriedade e a corrupção, a democracia e a ditadura era percorrida pelas forças de segurança. Nós queremos dizer-lhes que isto é grave, é anti-democrático, é inaceitável e, pela nossa parte, dizemos que a esta irresponsabilidade não respondemos, que as forças de segurança, as Forças

Armadas, os serviços de informação vivem dentro da fronteira no país da democracia e da legalidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, Sr. Deputado, há uma questão que tem de aclarar e que é esta: onde estamos? Estamos na pátria da legalidade com estas forças de segurança, ou, na sua hipótese, na fronteira da ilegalidade, da ditadura, da corrupção, da falta de seriedade a que o senhor alude? A fronteira de que fala é pouco nítida — as palavras são suas —, pelo que o senhor tem de aclarar. E, mais, tem de aclarar outra questão que, para nós, é preocupante: há dois dias, o seu líder partidário, ao sair de uma entrevista e de uma audiência na Polícia Judiciária, que é uma das tais forças de segurança aqui arroladas, fez um grande elogio público à actividade dessas forças de segurança. Portanto, V. Ex.^a tem de nos explicar o seguinte: para o seu líder há legalidade e para si há ilegalidade? Para uns há democracia e para outros há ditadura? Onde estamos? Era bom que o País conhecesse a sua opinião.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins admito que, genuinamente, não me tenha entendido, mas eu explico-lhe: não me limitei senão a dizer aquilo qualquer filósofo da democracia lhe dirá e que talvez o Sr. Deputado Francisco Assis lhe possa explicar. Aliás, limitei-me a repetir aquilo que, por exemplo, Max Weber diz das forças de segurança.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Max Weber não diz nada disso!

O Orador: — Eu explico-lhe, Sr. Deputado! Faz-lhes bem compreenderem um pouco mais do que as coisas corriqueiras que estão habituados a tratar nas federações do PS.

Protestos do PS.

Mas eu explico: as forças de segurança e as forças militares têm uma coisa cuja compatibilidade com a democracia é complexa, que é o monopólio da força. A força — a palavra é a força — ou o poder, se quiser, num sentido weberiano e não marxista — escusa de mostrar ignorância, Sr. Deputado —, significa a imposição a outrem de algo que outrem não deseja fazer. E o que eu disse foi algo que qualquer pessoa que escreva sobre as forças de segurança ou sobre as polícias dirá e que é: exactamente porque essas forças têm, por um lado, o monopólio legítimo da força, são sujeitas a regras, a obrigações e a deveres que são distintos daqueles que correspondem às obrigações e deveres de qualquer cidadão; inclusive, têm alguns direitos de cidadania diminuídos. Isso não significa que não sejam democráticas, significa que, no tratamento das questões de segurança — e essa é a crítica essencial que se pode fazer ao Sr. Ministro — tem de se ter sensibilidade em relação às condições de risco, de dificuldade em lidar com processos que não são

compatíveis com aquilo que são as águas correntes centrais num Estado democrático.

Qualquer teórico da democracia lhe dirá que as forças de segurança actuam dentro da democracia, mas nos limites do Estado democrático. E neste caso «limites» não significa nos limites da ilegalidade mas nos sítios onde acaba a lei e começa a violação da lei, nos sítios onde acaba a democracia e começam os inimigos da democracia. É para isso que servem os serviços de informação, meus senhores!

Aplausos do PSD.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da honra e consideração.

O Sr. Presidente: — Fica inscrito para o final do debate.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Neto.

O Sr. Henrique Neto (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pacheco Pereira, V. Ex.^a é conhecido nesta Câmara, e presumo que no País, por viver das palavras e para'as palavras. Verdadeiramente, V. Ex.^a alimenta-se de telejornais. Não tem, por isso, do meu ponto de vista infelizmente, o privilégio ou a necessidade de contactar com a realidade, de conviver com a realidade. V. Ex.^a, tanto quanto sei, nunca exerceu nenhum cargo executivo, nunca dirigiu nenhuma empresa, verdadeiramente nunca dirigiu uma mercaria.

Uma voz do PSD: — Isso é como o Primeiro-Ministro!

O Orador: — V. Ex.^a nunca foi director-geral, nunca foi secretário de Estado ou ministro. Não foi também, na administração pública, presidente de junta de freguesia e, tanto quanto sei, não quer vir a ser presidente de câmara.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes(PS): — Até deixou de ser vereador!

O Orador: — Por isso, presumo que V. Ex.^a está crescentemente a distanciar-se da realidade. E nesse seu afã de usar e de viver das palavras, presumo que já começa a embriagar-se com as palavras próprias e já recria os factos, verdadeiramente já inventa a realidade. E sendo facto e verdade que V. Ex.^a escreve nos jornais, também no campo da realidade V. Ex.^a não poderia ser jornalista por este facto mesmo: porque recria os factos e inventa a realidade, quando se sabe que os jornalistas têm deveres de ética, que as opiniões são livres mas os factos são sagrados, e a «prelenga» que V. Ex.^a aqui fez hoje teve muitas palavras mas muito poucos factos.

V. Ex.^a falou de polícias, falou de futebol, falou de grupos de pressão, disse coisas, mas não falou da autoridade do Estado — lamento, mas não falou da autoridade do Estado. E provavelmente não falou porque onde estaria a autoridade do Estado quando o governo de V. Ex.^a deixou que as tais dívidas do futebol à segurança social, bem como das empresas, crescessem a ponto de passarem mais de mil milhões de contos? Mil milhões de contos que V. Ex.^a e os seus pares deixaram crescer a ponto de ser incontrolável. O que este Governo está a

tentar fazer é controlar a «bagunça» que VV. Ex.^{as} deixaram!

Aplausos do PS.

Onde é que estava a autoridade do Estado, Sr. Deputado, quando se realizaram as privatizações, privatizações feitas à margem da lei para ajudar e apoiar os vossos próprios *lobbies*? Onde estava a autoridade do Estado quando o Totta e o BPA foram privatizados? Onde estavam VV. Ex.^{as} quando o presidente da Bolsa se demitiu? Mas mais: V. Ex.^a não tem autoridade para falar de autoridade do Estado porque foi V. Ex.^a que atacou bastas vezes as instituições do Estado, inventando as forças de bloqueio! Foi V. Ex.^a que atacou o Presidente da República! Foi V. Ex.^a que atacou o Tribunal de Contas! Foi V. Ex.^a que atacou a Procuradoria-Geral da República! Foi V. Ex.^a que atacou esta Casa!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, lamento ser, de profissão, um humilde professor universitário e de ter muita honra de viver das palavras. Aliás, de facto, não fui ministro, nem secretário de Estado, nem presidente de câmara, nem director-geral, mas nada disto me impede de ter o direito de falar aqui, porque fui eleito pelos portugueses, tal como o Sr. Deputado.

Não sei se os Srs. Deputados do PS já repararam nas intervenções que estão a fazer: nem sequer se aperceberam de que estão a retirar, nas vossas intervenções, o próprio direito à oposição de dizer o que entende.

Protestos do PS.

Os senhores ainda nem sequer perceberam que, no conteúdo das vossas intervenções, não criticam o que nós dizemos mas o facto de estarmos a dizer-lo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os senhores não se aperceberam como, ao fim de meia dúzia de meses de poder, já falam com uma cultura tão autoritária que recusa o direito de outrem vos criticar? Os senhores nem sequer se aperceberam...

O Sr. António Braga (PS): — Que virgem ofendida!

O Orador: — Mas isso é claríssimo! Pega-se nos textos das vossas intervenções e todas elas têm um momento em que os senhores dizem: «vocês não podiam dizer isto» ou porque é crime, como disse aquele Sr. Deputado, ou porque eu não fui ministro nem secretário de Estado e, portanto, também não tenho o direito de falar nesta Assembleia. Presumo que o Sr. Engenheiro Guterres, Primeiro-Ministro, também não o tem, a não ser agora, porque é Primeiro-Ministro; mas antes de o ser, que eu saiba, também não dirigiu nenhuma empresa, nunca exerceu grande parte das funções que o senhor referiu.

Contudo, aquilo que mais me preocupa é que os senhores não estão minimamente preocupados em argumentar, estão apenas preocupados em dizer que nós

não devemos dizer o que dizemos. Mas estão bem enganados porque não nos tiram a liberdade de dizer o que entendemos. E mais: os senhores estão particularmente preocupados com o que nós estamos a dizer porque o que dizemos corresponde ao sentimento generalizado do povo português, que, consultado sobre esta matéria, percebe muito bem o que é que os senhores estão a fazer.

Aplausos do PSD.

Os senhores fizeram um mau negócio porque pensavam que faziam uma coisa popular, mas cometem o velho erro que, às vezes, se comete também com a Igreja, que é pensar que ceder às pressões da Igreja é popular. Os portugueses são religiosos e têm fé mas são anticlericais quando a Igreja abusa.

E o mesmo acontece com o futebol, mas foi isso que os senhores não perceberam. Os senhores não perceberam que os portugueses gostam de futebol e gostam dos seus clubes, mas não gostam dos abusos do poder. Mas os senhores merecem. Os presidentes dos clubes de futebol falam grosso com o Estado porque vos perceberam, perceberam que se falassem grosso os senhores cediam. Foi isso que aconteceu e isso é que é uma vergonha para a nossa democracia.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão para pedir esclarecimentos.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Tratava-se de uma interpelação política sobre a autoridade do Estado. O Sr. Deputado Pacheco Pereira suscitou desde logo a importância de o Sr. Primeiro-Ministro vir a responder à sua interpelação que, de conteúdo substantivo, como se viu, afinal não tinha lugar a resposta significativa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas, Sr. Deputado Pacheco Pereira, onde estava na legislatura passada quando, se a minha estatística não me falseia, foram 24 as interpelações políticas feitas ao Governo, não tendo, em nenhuma delas, o Primeiro-Ministro usado da palavra na abertura ou no encerramento?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Nem cá esteve!

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Isso é a justificação da não resposta.

O Orador: — Onde estava o Sr. Deputado Pacheco Pereira que, com tanta pertinência intelectual, não foi capaz de lembrar uma única vez ao Primeiro-Ministro de então as suas possíveis responsabilidades perante o Parlamento?

Depois, para que se trate com seriedade o problema da autoridade do Estado é suposto que isso se faça a partir de uma atitude de credibilidade de oposição. Sr. Deputado Pacheco Pereira, o que pensa da atitude do seu líder de partido que, por sinal, hoje mesmo, junto do Presidente da Comissão Europeia, foi levar, em nome do seu partido, a seguinte mensagem: «sempre que um membro do

Governo de Portugal tenha uma divergência de opinião com a Comissão Europeia, sempre que possa ocorrer um conflito de interesses entre a posição interpretada pelo Governo de Portugal e a posição dos Comissários Europeus, saiba o Sr. Presidente da Comissão que o líder do principal partido da oposição está com a Comissão contra a posição do Governo português».

O Sr. José Magalhães (PS): — É um escândalo!

Protestos do PSD.

Aplausos do PS.

O Orador: — Sr. Deputado Pacheco Pereira, levar este ponto até às suas consequências políticas naturais daria lugar a sobrestrar aqui a vossa interpelação política sobre a autoridade do Estado por ela ter origem em quem não tem o sentido mínimo das responsabilidades do Estado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Depois, o Sr. Deputado Pacheco Pereira aludi à questão daquilo que foi o convénio celebrado entre o Governo e vários representantes institucionais dos clubes desportivos. E fala de um escândalo. Sr. Deputado Pacheco Pereira, o que pensa da solução, no passado defendida pelo seu Governo, que admitia transferências das verbas do totobola, na ordem dos 80%, para os clubes, sem nenhuma retenção à cabeça, para pagamento das suas dívidas ao Estado e sem nenhuma penalização possível, nem para os clubes nem para os dirigentes desportivos?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Deputado Pacheco Pereira, que pensa V. Ex.^a do facto de ter falado aqui na nebulosa de *lobbies*, que teriam dado lugar a um acordo muito estranho, quando alguns dos representantes institucionais daquilo a que chamou os *lobbies* se sentaram na sua bancada e celebraram o convénio com o Governo e o fizeram à luz do dia?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: — Sejamos sérios. Se o senhor tem razão no que disse...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: — ..., ou o senhor ou a outra pessoa a que me refiro está a mais na bancada do PSD.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Qual delas vai sair?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem de terminar mesmo. Já gastou 4 minutos.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Pacheco Pereira, tem a palavra para responder, querendo.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Lacão, já esperava que o senhor compreendesse que o Sr. Primeiro-Ministro não se saiu bem neste debate não falando.

Risos do PS.

E teve ocasião de vir aqui tentar corrigir esse erro. Deva dizer-lhe que comecei por felicitar o Sr. Primeiro-Ministro por ele estar presente, dizendo-lhe que, contrariamente ao que acontecia antes, algo sempre criticado pelo Partido Socialista, esperava que participasse neste debate. E directamente lhe fiz o repto para participar.

Protestos do PS.

Em primeiro lugar, os senhores perdem autoridade nas críticas que fizeram antes. Isto da herança é complicado porque também conta para os senhores. É que os senhores antes criticavam o Primeiro-Ministro por não falar, agora ele vem cá e não fala e os senhores limitam-se a dizer que o outro não falava, este também não fala. De facto, em matéria de credibilidade, vamos longe!

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — É uma falsidade!

O Orador: — Mas sabem porque é que o Sr. Primeiro-Ministro não falou? Vou-lhes dizer porquê. É que o Sr. Primeiro-Ministro só quer falar quando tem condições leoninas e vantajosas para poder falar dali; quando tem, por exemplo, a possibilidade de ter a última palavra; quando tem todo o tempo para falar e nós pouco tempo. E hoje, se falasse, estava nas mesmas condições que temos como Deputados da oposição para o interpelar, pelo que teve medo e não falou. Ele foi directamente desafiado a falar, ele tinha que falar, até pelas posições que tomara antes de crítica ao anterior Primeiro-Ministro, e foi-se embora sem falar. E nem mesmo quando se lhe deu segunda oportunidade para falar ele falou!

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — E isso nós percebemos muito bem.

Aplausos do PSD.

E ao Sr. Deputado Jorge Lacão também lhe deu um vislumbre, percebeu um bocadinho e resolveu vir aqui defender e arranjar uma razão para o Sr. Primeiro-Ministro não falar.

Quanto à credibilidade da oposição, devo dizer que no dia em que o Governo elogiar a oposição sinto-me muito preocupado com o meu partido porque a última coisa que espero do partido do Governo é que passem atestados de credibilidade aos partidos da oposição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E nós sentimo-nos muito honrados por o Partido Socialista não nos passar atestados de credibilidade porque sabemos que o que estamos aqui a

defender corresponde ao sentimento generalizado dos portugueses. E quando é assim tudo está bem da nossa parte.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Guilherme Silva pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, é a segunda vez que Deputados da bancada do Partido Socialista se referem à deslocação do presidente do meu partido a Bruxelas e mais concretamente a uma visita ao Presidente da Comissão. O presidente do meu partido não fez as declarações que lhe estão a ser imputadas.

Vozes do PS: — Fez, fez!

O Orador: — Tenham calma, Srs. Deputados do Partido Socialista.

O presidente do meu partido manifestou algum receio pelas atitudes que o Governo tem tido em matéria de política europeia, designadamente junto da Comissão, hostilizando as instâncias comunitárias, e nesta oportunidade ia coadjuvar no sentido de defesa dos interesses nacionais sensibilizando o Presidente da Comissão para as questões portuguesas. É uma questão completamente diferente daquela que lhe tem sido imputada.

Protestos do PS.

Não vai, não foi, nem o presidente do meu partido o fará em nenhuma circunstância, a Bruxelas fazer queixas do Governo português. Leiam e ouçam aquilo que ele disse.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jorge Lacão pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, para exercer o direito de defesa da bancada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Passe a confissão íntima, estava eu esta manhã a fazer as chamadas ablucções matinais e a barba...

Risos do PS.

...quando de repente parei estupefacto. Será que estou a ouvir bem?! E pus o ouvido mais atentamente à escuta. E uma rádio, relativamente à qual não carece de ser feita publicidade, estava a transmitir ... Portanto, não ouvi de alguém mandar dizer, ouvi pela boca do próprio líder do PSD...

O Sr. José Magalhães (PS): — Directamente!

O Orador: — ... ouvi pela própria boca do líder do PSD que se tinha deslocado a Bruxelas para falar com o Presidente Santer e para lhe explicar que as atitudes que os ministros do Governo português tinham tomado junto de vários Comissários eram atitudes que não traduziam correctamente o interesse nacional porque se exprimiam numa lógica conflitual que só poderia prejudicar as posições portuguesas no contexto da União Europeia.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Exacto!

O Sr. José Magalhães (PS): — Incrível!

O Orador: — Sr. Deputado, quero que fique claro o seguinte: o líder do seu partido, como qualquer um de nós, tem toda a legitimidade para interpretar como querer os interesses nacionais; tem toda a legitimidade para o fazer onde querer, mas há uma coisa que nós temos inteira legitimidade também para fazer e que é considerar que o líder do seu partido, tendo direito ao disparate, que pode ter, tem ou não tem o sentido da responsabilidade nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E o que quero aqui reafirmar é que a prova que ele hoje fez é de alguém que não tem o sentido mais profundo da responsabilidade e dos interesses dos portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva para dar explicações, querendo.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, insisto que há uma deturpação das declarações do presidente do meu partido.

Protestos do PS.

O presidente do meu partido declarou...

Protestos do PS.

Ouçam ...

O Sr. José Magalhães (PS): — Já ouvimos!

O Orador: — Se VV. Ex-as não ouvem como é que podem saber aquilo que disse o presidente do meu partido? Não ouvem, nem me querem ouvir!

O presidente do meu partido disse que as motivações que o levaram lá prendiam-se com a preocupação que tinha com o comportamento que o Governo tinha tido de hostilização da Comissão Europeia e de outras instâncias comunitárias.

Mas não disse que ia junto do Presidente da Comissão fazer queixa disso.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Disse, disse!

O Orador: — Não disse. O que disse é que, preocupado com essa circunstância, ia junto do Presidente da Comissão fazer a sua intervenção no sentido da defesa

dos interesses portugueses, o que é próprio da sua responsabilidade como líder do maior partido da oposição.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, trata-se de uma divergência sobre uma versão de um facto que poderá, depois disto, ser esclarecido porque aqui dificilmente o poderá ser.

O Sr. Deputado Paulo Portas pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, mas que seja.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Em matéria de autoridade do Estado, o nosso partido tem posições que expressará qualificadamente dentro de momentos, mas foi aqui trazido um assunto que não pode deixar de ser esclarecido nesta Câmara: as lamentáveis declarações do Presidente do Partido Social Democrata, hoje, junto da Comissão Europeia.

Vozes do CDS-PP e do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador: — Basta pedir a gravação dessas declarações para que se fique com a noção de que, infelizmente, o presidente daquele que é considerado o maior partido da oposição fez queixinhas do Governo de Portugal junto da Comissão Europeia.

Aplausos do CDS-PP.

Protestos do PSD.

Quero apenas dizer aqui que não me admira que isto tenha acontecido no preciso dia em que o Presidente do Partido Social Democrata foi a Bruxelas negociar a integração do PSD numa família federalista, num partido federalista ...

Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PS.

... e, portanto, legitimar, com estas declarações, a interpretação de que agiu não como um responsável partidário junto da Comissão Europeia mas como um embaixador de um partido federalista em Portugal.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, há mais três ou quatro pedidos de palavra que, naturalmente, se vão traduzir em outras tantas interpelações.

Quero dizer-vos, com toda a franqueza, que não estou disposto a que passemos a tarde a fazer falsas interpelações. É verdade que depois de começar uma é difícil recusar a segunda, mas é possível evitar o «enxame» das interpelações, e eu vou evitá-lo com certeza. Não darei a palavra a mais ninguém para uma interpelação que rigorosamente o não seja em termos regimentais.

O Sr. Deputado Pacheco Pereira pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Para mostrar a gravação!

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, no momento em que ia sentar-me lembrei-me que não tinha dado uma resposta ao Deputado Jorge Lacão e por isso pedi imediatamente a palavra, só que o Sr. Presidente não viu.

Gostaria que agora me desse oportunidade de terminar a resposta às perguntas do Sr. Deputado Jorge Lacão porque, infelizmente, esqueci-me. Se ele pretende a resposta eu dou-lha, se ele não pretende eu não lha dou. É que, de facto, esqueci-me de responder a uma pergunta.

Protestos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, as respostas não podem ser dadas a prestações.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — O Sr. Presidente estava a olhar para outro lado quando pedi a palavra. Lamento, mas eu há pouco fiz sinal à Mesa.

O Sr. Presidente: — A Mesa tem seis olhos, no mínimo.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Como entender, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado. Não me leve a mal que não volte atrás.

O Sr. Deputado Medeiros Ferreira pede a palavra para que efecto?

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Sr. Presidente, sinceramente é para dar um esclarecimento à Câmara na forma de interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — «Na forma» não é uma interpelação.

Faça favor de dar rapidamente um esclarecimento, sem mais considerações.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Sr. Presidente, é para dizer que hoje de manhã ouvi as declarações do Presidente do Partido Social Democrata, tive oportunidade de responder a essas declarações e, sinceramente, o que pareceu foi que o Sr. Presidente do Partido Social Democrata estava num acto de candidatura ao Partido Popular Europeu e ia submeter uma cunha ao Sr. Presidente da Comissão, Jacques Santer.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Luís Filipe Menezes pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Alberto Martins pediu há pouco a palavra para defesa da honra pessoal. O Regimento diz que as reacções, contra ofensas à honra ou consideração são feitas a seguir ao termo do debate, mas não esclarece que debate.

Como se trata de defender a honra pessoal relativamente a uma intervenção do Sr. Deputado Pacheco Pereira, acho — não sei se bem, se mal — que devo dar-lhe desde já a palavra, uma vez que o Sr. Deputado Pacheco Pereira já fez a sua intervenção.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pacheco Pereira, a sua intervenção surpreendeu-me por um facto anómalo, que é a arrogância política e cultural de que deu mostras.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sinto-me constrangido até em dizer-lhe isto: V. Ex.^a sabe que li Max Weber. Estávamos a falar aqui não do poder carismático ou tradicional mas dos poderes legais e, como sabe — e eu vou lembrar-lhe —, o Max Weber fazia parte da bibliografia que sugeri aos meus alunos na Faculdade de Letras e V. Ex.^a foi meu aluno. Portanto, sabe que eu li Max Weber.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. José Magalhães (PS): — Mau aluno!

O Orador: — A segunda questão — e esta é grave, enquanto que a primeira não o é, é apenas uma falha de memória — é a seguinte: V. Ex.^a disse, e eu repito, que as Forças Armadas, as forças de segurança e os serviços de informação vivem numa fronteira nem sempre nítida entre a democracia e os seus inimigos, a lei e a sua violação. A sua intervenção é grave. E sabe porquê? Porque pode encobrir uma grave falha de memória e uma amnésia irresponsável.

Como V. Ex.^a sabe, ou devia saber, até 1995 os diversos relatórios da Amnistia Internacional dão conta de que há graves violações e maus tratos, fenómeno relativamente comum ao nível das nossas forças de segurança. Ao dizer que há uma fronteira pouco nítida não quero crer que V. Ex.^a esteja a tentar desculpar esses crimes que foram cometidos na altura do seu governo por parte das forças de segurança.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira para dar explicações, querendo.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, em primeiro lugar gostaria de esclarecer que, como sabe muito bem, a parte inicial do que referiu não se passou rigorosamente assim. Sabe que fomos os dois aceites, nas mesmas circunstâncias, para dar a mesma cadeira e sabe que o Sr. Ministro Cardia me impidiu de dar as aulas e permitiu-o ao Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. José Magalhães (PS): — Que ingratidão!

O Orador: — Tenho muita honra em ter, formalmente, sido seu aluno, tendo em conta que me deu 18 valores, nota de que tenho muito gosto e muita honra.

Devo dizer-lhe que não pretendo ser arrogante consigo, mas de facto respondi aos comentários, esses sim ignorantes, de alguns seus colegas de bancada, cujos conhecimentos em matéria de filosofia política e de sociologia não são, evidentemente, os do Sr. Deputado, e que estavam para ali a dizer «isso é marxismo, isso é marxismo». Talvez seja bom o Sr. Deputado lhes ensinar que não é!

O Sr. António Braga (PS): — Está a descer a média. Vai chegar aos 13 valores!

O Orador: — O segundo aspecto tem a ver com a diferença de atitude da sua bancada e da minha. Houve crimes cometidos em esquadras durante a vigência do governo anterior e do actual, mas há, para já, uma diferença substancial entre a nossa atitude e a dos Srs. Deputados: é que, antes, enquanto os senhores assacaram a responsabilidade desses crimes ao governo, nós agora não assacarmos a responsabilidade desses crimes ao actual Governo.

Protestos do PS.

Terceiro aspecto. nenhum desses crimes, uma vez conhecido, deixou de ser investigado e condenado. Essa é uma diferença fundamental.

Mais: quer saber qual é a diferença essencial, em matéria de segurança, que temos com o Sr. Ministro Alberto Costa? É que o Sr. Ministro Alberto Costa, no início do debate, disse que «esta não é a minha polícia», repito, «esta não é a minha polícia», a pretexto dos incidentes que ocorreram no Norte do País...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. José Magalhães (PS): — Quando é que o Sr. Ministro disse tal coisa?!

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa): — Nunca disse isso!

O Orador: — E o problema que temos de defrontar é que o Governo tem de dizer-nos com clareza duas coisas: ou considera que os crimes cometidos dentro das esquadras reflectem um problema estrutural das nossas forças de segurança, e nesse caso são as forças de segurança que, no seu conjunto, têm de ser mudadas em relação à responsabilização desses crimes, ou considera que esses crimes são actos individuais e que, quando conhecidos, as cadeias de comando funcionam como deve ser e o poder político assume as suas responsabilidades. O que não pode andar é de 15 em 15 dias a dizer uma coisa e, quando a anterior resultou mal, na comunicação social, corrigi-la 15 dias depois.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Isto é que significa ter um pensamento... O Sr. Ministro Alberto Costa tem de dizer-nos, primeiro, se considera...

O Sr. Presidente: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — ... que os abusos ocorridos nas esquadras são sistemáticos, segundo, se são ocultados pelas cadeias de comando, terceiro, se caracterizam as nossas polícias. Respondendo a essas questões, ele está em condições de discutir a questão de fundo e não apenas a enumerar medidas.

Aplausos do PSD.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Que pobreza!

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro da Administração Interna pediu a palavra para defender a honra da bancada do Governo.

Tem a palavra.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Pacheco Pereira repetiu aqui uma infâmia que se tem generalizado: a de que eu teria dito «esta não é a minha polícia».

Já ouvi isso imensas vezes, pelo que faço aqui um desafio directo ao Sr. Deputado Pacheco Pereira: diga, mas diga agora, diga agora mesmo onde é que eu disse isso!

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.^a diga em que momento, em que meio de comunicação social, qual é o documento que tem. Se V. Ex.^a o não fizer nesta altura...

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

... se V. Ex.^a o não fizer nesta altura ...

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Agora o Sr. Deputado Pacheco Pereira vai ter de provar!

O Orador: — ... os portugueses, Sr. Deputado Pacheco Pereira ...

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço-lhes, mais uma vez, que mantenham silêncio.

Faça favor de continuar, Sr. Ministro.

O Orador: — ..., os portugueses, Sr. Deputado Pacheco Pereira, extraírão daí as consequências.

Vozes do PSD: — Ah!

O Orador: — Mas V. Ex.^a não venha para aqui com trapalhada retórica.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Diga onde, em que dia, em que local é que eu disse isso. Diga. Por uma vez, diga ...

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Ou então é mentiroso!

O Orador: — ... e passarei a escutá-lo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira para dar explicações, querendo.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, já acharam que eu me atrevi, já acharam que eu podia ter um processo, já acharam que eu não podia falar porque não tinha sido ministro e agora vem o Sr. Ministro ameaçar-me!

Protestos do PS.

O Sr. José Magalhães (PS): — Dê a resposta!

O Orador: — Mas eu respondo-lhe! Eu respondo-lhe! Olhe, Sr. Ministro, veja e oiça a sucessão de entrevistas que deu à SIC e a outras televisões, quando se deram os acontecimentos de Santo Tirso.

Protestos do PS.

O Sr. José Magalhães (PS): — Mas qual?

O Orador: — Aliás, não percebo a indignação do Sr. Ministro porque o Sr. Deputado José Magalhães, que está «aos saltos» a falar, repetiu essa frase exactamente nos mesmos termos, em vários debates.

O Sr. José Magalhães (PS): — Eu?!

O Orador: — Não percebo a sua indignação!

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. José Magalhães (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Se os Srs. Deputados se acalmassem um pouco era excelente.

O Sr. Deputado José Magalhães pediu a palavra para que efectuado?

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, para exercer o direito de defesa. É que a minha pessoa foi invocada em termos completamente inverdadeiros.

Risos do PSD.

Gostaria de usar da palavra para refutar completamente o que foi dito.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem de caracterizar a figura regimental. Se é defesa da honra, poderei dar-lhe já a palavra.

O Sr. José Magalhães (PS): — É para defesa da honra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, a defesa é breve.

O Sr. Deputado Pacheco Pereira fez, nesta Câmara, alguma coisa que nunca se faz: disse que o Sr. Ministro da Administração Interna tinha proferido determinadas afirmações, e quando o Sr. Ministro lhe disse, o que é um acto normal, «diga aonde, em que termos, quando» é que esse rumor — rumor calunioso ...

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — ..., rumor usado contra o Governo, contra o Ministro em termos que, aliás, são eticamente repugnantes! —, que este Deputado aceitou trazer ao Plenário da Assembleia da República, se materializou numa declaração, assistimos a uma saída de verdadeiro sendeiro.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — O Sr. Deputado esparramou-se completamente, disse de forma vaga «veja a televisão», citou uma estação que — coitada! — não tem culpa nenhuma de ser assim invocada e foi totalmente vago e balofa. Não disse nada!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E, estando já desesperado, tocando no chão ...

Risos do PS.

..., lembrou-se de uma última solução, que foi a de invocar outro ao barulho! Já agora, chama-se o Magalhães ...

Risos do PS.

..., aborrece-se o Magalhães, chateia-se o Magalhães!...

Risos do PS.

E chateou o Magalhães!

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, e o Magalhães, que tinha sido convocado para uma interpelação sobre segurança interna e sobre autoridade do Estado, que não é ministro da Administração Interna e a quem nunca passou pela cabeça dizer a frase em causa, apanha o chamado rumor em terceira mão, já usado. Ó, Sr. Deputado, pelo menos dê-me um em primeira mão para não me ofender!

Risos do PS.

Tenho direito a um rumorzinho em primeira mão. O Magalhães disse, em primeira mão, e segue-se uma asneira enorme!...

Sr. Deputado, isto é tão ridículo que só faço este protesto por solidariedade para com o Ministro, porque quanto a mim essa frase é ridícula. Desafio-o, já agora; a dizer em que declaração e em que sítio é que eu disse, em tom lamechas, «esta não é a minha polícia», chorando. Ridículo!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira para dar explicações, querendo.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto é completamente bizarro ...

Vozes do PS: — É, é!

Protestos do PS.

O Orador: — Querem ouvir a resposta?

O Sr. Deputado José Magalhães não só referiu e discutiu esta frase, que penso que *verbatim* é, «esta ainda não é a minha polícia» — mas vamos ver, vamos ver! — como fez pior: passou uma hora a explicar por que razão é que esta ainda não era a polícia do Sr. Ministro.

Protestos do PS.

Portanto, vamos ser sérios. Vamos ser sérios, Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Boa ideia!

Protestos do Deputado do PS José Magalhães.

O Orador: — Sr. Deputado José Magalhães, às vezes tenho pena, porque acho que isto devia discutir-se mais seriamente.

Risos do PS.

Sim, sim!

O Sr. José Magalhães (PS): — Peça desculpa ao Sr. Ministro!

O Sr. Presidente: — Façam silêncio, se faz favor.

O Orador: — Substantivamente, o senhor esteve uma hora a explicar por que razão é que as polícias que existiam ainda não eram as polícias do Sr. Ministro.

Protestos do PS.

Mais: avançou uma teoria conspirativa, aliás a seguir reproduzida nas rádios, como o Sr. Deputado José Magalhães muito bem se lembra. Ele está a fazer esta cena de indignação, mas sabe muito bem que isto é assim, porque, primeiro, isto não foi há muito tempo e, depois, tem boa memória.

O Sr. José Magalhães (PS): — Tenho, tenho! Por isso é que lhe digo que é mentira!

O Orador: — E sabe perfeitamente que desenvolveu uma teoria conspirativa sobre a relação entre o Ministro e os comandos da PSP, dando a entender que o Ministro estava a actuar — e isso, sim, é da responsabilidade do Sr. Deputado José Magalhães — não direi com má fé mas de uma maneira que, a prazo, levaria à substituição do conjunto de comandos. Passou uma hora a discutir isto, Sr. Deputado José Magalhães! Eu bem sei que o senhor adapta as suas ideias às circunstâncias dos debates, particularmente quando está presente o Governo, com o qual, não percebo muito bem, o senhor tem grande vontade de acertar as suas posições!

Protestos do PS.

Mas a verdade é que o senhor sabe que isto é verdade. O Sr. Ministro sabe em que contexto fez estas declarações: foi no contexto dos incidentes com a polícia de choque, na fábrica de Santo Tirso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sabe que, substantivamente, foi o que afirmou ...

O Sr. José Magalhães (PS): — Está atrapalhado!

O Orador: — ... e não fez mais nada na sua intervenção senão explicar por que é que esta não é a sua polícia! Ou, então, nós não percebemos nada!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, ainda hoje não consegui que se fizesse silêncio nesta Sala. Compreendo que estejam todos muito excitados, mas tenham paciência, vamos lá pôr alguma calma nos trabalhos.

Sr. Ministro da Administração Interna: pede a palavra para que efectue?

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Para defesa da honra da bancada do Governo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pacheco Pereira, V. Ex.^a permitiu-se insistir na reprodução de uma anterior imputação não provada. V. Ex.^a pensa que respondeu, mas, perante todas as pessoas, ainda não disse onde é que essa expressão teria sido proferida.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Permite-me que o interrompa?

O Orador: — V. Ex.^a responderá a seguir.

À pergunta, V. Ex.^a disse nada. Mas prepare-se para ouvir coisas bem sérias. Ouça, porque V. Ex.^a fez aqui hoje um papel de pseudo-solidariedade. Vou ler-lhe uma frase, reproduzida, esta, sim, de um órgão de comunicação social com a data da publicação. É do *Diário de Notícias* de 26 de Fevereiro de 1996, e alguém dizia: «Cada vez que a polícia intervém em momentos cruciais há ligeiro excesso, ou, não há ligeiro, há excesso. Mas por que é que há excesso?» Sr. Deputado Pacheco Pereira, esta é uma reprodução literal e o autor desta prosa é o líder actual do seu partido. O senhor vem aqui fazer um número que não joga com estas declarações. E o senhor sabe bem...

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Está em rota de colisão!

Vozes do PSD: — Não percebeu!

O Orador: — O senhor sabe quanto eu apreciaria que aqui estivesse o líder do seu partido.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Uma trapalhada!

O Orador: — Este debate sobre a autoridade do Estado não deveria ser travado através dos jornais, das conferências de imprensa e das intrigas. Deveria ser travado aqui, directamente, e nada seria mais estimulante para o Governo e para mim, que andei com ele na faculdade, quando ele cultivava a autoridade do Estado de uma maneira e eu de outra, do que tê-lo aqui.

Aplausos do PS.

E ele não está cá! E o senhor não disse aqui aquilo que ele já disse!

Protestos do PSD.

Por isso, peço-lhe, explique, afinal, o que se passa com o excesso. Explique o que se passa com estas intrigantes declarações!

Mas ainda há mais, Sr. Deputado. Depois veremos, há muito mais!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, sem querer ser juiz da vossa sensibilidade psicológica, peço-vos também que não se desviem da verdadeira finalidade das defesas da honra.

Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, à primeira das questões já respondi.

Vozes do PS: — Ah!....

O Orador: — Não espera, com certeza, considerar que o litígio entre nós é eu dizer-lhe de cor o dia, a hora e o noticiário. Já lhe respondi, o senhor pode verificar. Percebo que já vá para a outra questão, mas, em relação a essa questão em concreto, já lhe respondi.

Vozes do PS: — Peça desculpa!

O Orador: — Não tenho nada que pedir desculpa, porque fui rigoroso no que disse. E o Sr. Ministro já percebeu que o fui, porque lembra-se do que disse. Não há nada a pedir. Tenho razão. As afirmações foram feitas, foram gravadas e são facilmente verificáveis. Não me engano nessa matéria.

Protestos do PS.

Posso continuar?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: — Peço desculpa, mas o Sr. Presidente da Assembleia já nos admoestou várias vezes, quando estamos a fazer barulho e está a falar alguém da bancada do PSD. Ora, eu nunca falei nesta Assembleia sem haver ruído da bancada do PSD e nunca vi o Sr. Presidente da Assembleia admoestar essa bancada.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado acaba de fazer uma afirmação que considero, desta vez, ofensiva do Presidente da Assembleia da República.

Aplausos do PS.

Não defendo nem tenho de defender a minha honra, porque não põe a minha honra em causa quem quer. Mas devo dizer-lhe que se alguma coisa é óbvia nesta Assembleia é o facto de eu não fazer qualquer distinção quanto às bancadas. Espero que os seus colegas de bancada, já que o Sr. Deputado não reconhece isso, me reconheçam esse facto e esse mérito.

Sr. Deputado, o ruído vem de todas as bancadas em relação a todos os oradores, estou farto de realçar esse aspecto. Se o Sr. Deputado não me faz essa justiça, então não tem um verdadeiro critério de justiça. Peço-lhe desculpa.

O Orador: — Sr. Presidente, quero dizer ao Sr. Ministro que, para mim, a questão central deste debate é a que lhe coloquei há pouco. Agora que já tivemos todas as guerras parlamentares, responda-me por favor à questão que está no centro das nossas dúvidas sobre o seu entendimento em relação às questões da polícia, que é a seguinte: o que pensa o Sr. Ministro sobre os incidentes de Matosinhos, os incidentes da GNR, que aconteceram há meia dúzia de meses, as queixas que a Amnistia Internacional refere, o acontecimento de Sacavém, as queixas contra a brutalidade policial ocorrida dentro das esquadras? Porque de duas uma: ou o Sr. Ministro entende que isto são incidentes isolados, para os quais não há cumplicidez das chefias e, portanto, responsabilidade do conjunto dos corpos policiais, pelo que, nesse caso, o seu procedimento tem de ser um; ou o senhor acha que há uma conspiração de silêncio e um carácter sistemático destas práticas nas esquadras, e, nesse caso, o seu comportamento tem de ser outro.

O problema é que não percebi, pela sua intervenção, qual é a sua análise desta questão. Porque de duas uma: ou o que acontece dentro das esquadras não é excepcional, mas é escondido pelos outros agentes policiais e pelas chefias e é algo que mina de dentro as forças policiais, e, nesse caso, é necessária uma profunda mudança de métodos, processos, homens e chefias das forças policiais, e o Sr. Ministro não nos disse que ia fazer; ou, pelo contrário, se se trata de casos individualizados, em que, mal ou bem, os mecanismos previstos funcionaram, e, nesse caso, é injusto atribuir às forças de segurança, no seu conjunto, essa responsabilidade.

É esta a questão central. Da resposta a esta questão é que se percebe o que o Sr. Ministro está a fazer, porque a mera enumeração de obras nunca nos permitiu perceber uma política. Uma política, particularmente nestas matérias delicadas, percebe-se a partir da resposta a esta questão: ou uma coisa ou outra.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Qual é a sua coisa? É a «coisa» ou a «outra»?

O Orador: — Nós até podemos contestar se tem razão na resposta. A pergunta é muito simples: se o Sr. Ministro entende...

O Sr. José Magalhães (PS): — Qual é a «coisa» do PSD?

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, agradeço que deixem ouvir o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Orador: — Esta é que é a questão. É da resposta a esta pergunta que pode nascer um pensamento em relação às forças de segurança. Não respondendo, é evidente que oscila em função do que acontece e torna-se vítima dos acontecimentos. E, em minha opinião, o Sr. Ministro é vítima dos acontecimentos exactamente porque não tem uma ideia global quanto às forças de segurança.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jorge Ferreira, pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — É mesmo para uma interpelação à Mesa.

Sr. Presidente, tenho estado espantado e surpreendido a ouvir a sequência de diálogos que esta interpelação tem gerado e penso que nos últimos minutos sobrevieram dois factos graves. Um Sr. Deputado, o Sr. Deputado Pacheco Pereira, afirma a pés juntos e garante ao Parlamento, e por intermédio do Parlamento ao País, que o Sr. Ministro da Administração Interna fez declarações graves sobre a situação da polícia e o seu juízo a respeito da polícia. Se ele fez as declarações que o Sr. Deputado Pacheco Pereira o acusa de ter feito, é grave; se o Sr. Ministro não fez as declarações, é grave que o Sr. Deputado Pacheco Pereira insista que ele as fez.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em qualquer circunstância, o meu grupo parlamentar tem o direito de saber, em plena interpelação sobre a autoridade do Estado, se o Sr. Ministro fez ou não as declarações.

Nestes termos, peço uma interrupção dos trabalhos para que o Sr. Deputado Pacheco Pereira ou a Mesa...

O Sr. José Magalhães (PS): — Vá buscar as bobinas!

O Orador: — ... habilitem o Parlamento para a sequência do debate, porque devo dizer-lhe, Sr. Presidente, que tenho uma intervenção para fazer e se o Sr. Ministro fez as afirmações que o Sr. Deputado Pacheco Pereira diz que fez tenho de fazer outra; se ele não as fez, mantendo a minha intervenção. Portanto, o meu grupo parlamentar tem o direito de ser esclarecido neste momento sobre a veracidade do que o Sr. Deputado Pacheco Pereira diz ou do que o Sr. Ministro sustenta.

Assim, peço a interrupção dos trabalhos, por 30 minutos, para que se apure junto dos referidos órgãos de comunicação social se essas declarações terão, ou não, sido feitas, para saber em que ficarmos. Peço essa interrupção porque, como disse, isso é essencial para o meu grupo parlamentar se poder posicionar e intervir no debate desta interpelação.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, se interrompêssemos os trabalhos todas as vezes que precisamos da confirmação de uma afirmação feita aqui, nunca mais andaríamos para a frente.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Permite-me que o interrompa, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Peço desculpa, mas estou a falar.

Não está na tradição dos nossos trabalhos fazer uma interrupção por esse motivo. De qualquer modo, se o Sr. Deputado insiste, ponho à votação a proposta de interrupção dos trabalhos, aliás, como tem de ser. Simplesmente, quero dizer-lhe que todos os Deputados desta Casa, cada um *per si*, tem o direito de requerer o registo das declarações referidas pelo Sr. Deputado Pacheco Pereira, pelo que não precisa de ser a Mesa ...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Não são essas, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — ..., são os Srs. Deputados que têm esse direito. Agora, condicionar o prosseguimento de um debate agendado à circunstância de em 30 minutos se ir procurar no registo dos programas de um determinado órgão de comunicação social umas declarações perdidas na «floresta» desse mesmo registo é verdadeiramente impensável. Mas não quero influenciar-vos com esta argumentação, pelo que vou pôr à votação a proposta do Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Parlamento não é um café. No café, nós dizemos que disse.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — No Parlamento, não se pode dizer que um Ministro ou o Presidente do PSD fizeram uma afirmação, havendo outros Deputados que dizem que não a fizeram. Como isto não é um café, as pessoas quando dizem as coisas têm de provar...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Não estamos numa conversa de café, trata-se de uma conversa séria, pois, para mim, as polícias são um assunto tão sério como saber se o Presidente do PSD andou a dizer mal do meu Governo do meu País, em Bruxelas ...

Protestos do PSD.

..., independentemente dos partidos.

Como não penso que o Parlamento seja um café, quero 'saber, porque eu...

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado, já entendi...

O Orador: — Não terminei, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, sei disso, mas...

O Orador: — Fiquei foi sem condições de audibilidade.

O Sr. Presidente: — Então, faça o obséquio.

O Orador: — Muito obrigado.

Dizia eu que quando o meu partido quer fazer política aqui, legitimamente, com afirmações de outros políticos, prova-as; agora, ficarem as afirmações no ar sobre matérias desta importância, não aceitamos, e repito que para nós é essencial conhecer o teor dessas declarações para sabermos como nos posicionamos neste debate, tanto de um lado como de outro.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a responsabilidade pelos actos de cada um tanto pode ser exercida na meia hora seguinte como nos dias seguintes. Mas, como vou pôr à votação a interrupção ou não dos trabalhos, não vale a pena pertermos mais tempo a discutir este assunto.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Jorge Ferreira que não tenho obrigação de ir buscar *cassette* alguma. Sei o que afirmei, o Sr. Ministro sabe o que afirmou e tal facto é verificável. Se os senhores quiserem verificá-lo, façam-no. Isto não é um tribunal e aqui ninguém tem direitos menores sobre esta matéria.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Jorge Ferreira, não lhe reconheço qualquer autoridade para fazer esse discurso, de que isto não é um de café — de facto, não é e eu sou o último a torná-lo como tal. Mas eu tinha vergonha de ir para a Baixa distribuir um comunicado, dizendo que o PSD se prepara para aumentar os ordenados dos políticos, quando os senhores sabem perfeitamente que isso é uma mentira. Portanto, a responsabilidade por dizer mentiras é vossa!

Aplausos do PSD.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça o favor de o fazer rapidamente, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, pela minha parte, vou tentar contribuir — vamos ver se o conseguirei — para que algum bom senso possa reinar nesta matéria.

Sr. Presidente, nunca nos opusemos nem nos oporemos a um pedido de suspensão dos trabalhos invocado por um grupo parlamentar por necessidade própria, porque um grupo parlamentar sente que, por uma razão relevante, precisa de um qualquer tempo de ponderação no decurso de um debate.

No entanto, neste caso, ocorre esta singularidade: o Sr. Deputado Jorge Ferreira pediu uma interrupção dos trabalhos não por causa da eventual necessidade disso por parte do seu grupo parlamentar mas para dar tempo ao Sr. Deputado Pacheco Pereira de produzir prova da imputação que fez ao Governo e ao Sr. Ministro da Administração Interna.

Entendemos, pela nossa parte, Sr. Presidente, que o Sr. Deputado Pacheco Pereira terá o dever de fazer a demonstração das suas acusações e pode fazê-lo até ao final dos trabalhos em curso. Se o PSD entender que também carece desse tempo para fazer a produção de prova, daremos o nosso voto favorável à interrupção; se o PSD entender que o Sr. Deputado Pacheco Pereira pode ser dispensado de ir procurar as provas, não careceremos de dar aval à interrupção pedida.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, cada um tem as suas próprias motivações, pelo que não há outro modo de resolver a situação, se não votando. Vamos votar...

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, espero que não seja para uma interpelação deste género, porque estamos na iminência de fazer uma votação. Já anunciei que fámos votar e, depois do anúncio da votação, nada se pode fazer a não ser votar. No fim da votação, dar-lhe-ia a palavra, se assim o entendesse.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, não levará a mal que eu diga que não tive qualquer possibilidade inteligível de apreender o sentido da sua recente afirmação, porque a Câmara não permite que as próprias palavras do Sr. Presidente possam ser escutadas.

Pedi a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Se é porque não ouviu o facto de eu ter anunciado que fámos entrar na votação, tem razão. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, houve um grupo parlamentar que pediu a interrupção dos trabalhos. V. Ex.^a quer colocar a questão à votação e está no seu pleníssimo direito...

O Sr. Presidente: — É uma obrigação, não é um direito, Sr. Deputado.

O Orador: — É um direito e uma obrigação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — É só uma obrigação, não um direito, Sr. Deputado.

O Orador: — Não estou a questionar isso. É um direito de direção dos trabalhos.

Não quero, no entanto, deixar de vincar fortemente que, nesta interpelação, começa a haver objectivamente um interesse, que, pelos vistos, agora é alargado ao Partido Popular, de não fazer uma discussão sobre a autoridade do Estado, mas tentar transformá-la numa conversa de café.

Foi para lavrar este protesto processual que interpelei a Mesa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, isso foi mais uma declaração de voto, que devia ter sido feita *a posteriori*.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não lha dou. Desculpe, pode levar a mal, zangar-se comigo, mas, antes da votação, não vou dar a palavra a mais ninguém.

O Sr. José Saraiva (PS): — Tem que dar!

O Sr. Presidente: — Está enganado, não tenho que dar! Já anunciei claramente a votação, dizendo: «vamos votar». Depois disso, logo se vê...

Portanto, Sr. Deputado, peço desculpa, mas não tenho que dar a palavra. Quando o senhor for presidente, conduzirá os trabalhos como entender, mas, enquanto eu estiver aqui, sou eu que os conduzo.

Srs. Deputados, vamos, então, votar o requerimento de interrupção dos trabalhos, apresentado pelo

Sr. Deputado Jorge Ferreira, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes e votos a favor do CDS-PP.

Srs. Deputados, foi deliberado que não se interrompam os trabalhos.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Agora, sim. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, no nosso entender, esta votação demonstra obviamente que, neste Parlamento, vale «falar de cor» — excepto para o Grupo Parlamentar do Partido Popular, porque nós não o fazemos.

E para testar as afirmações, que dizemos e mantemos que o líder do PSD fez em público, referindo que o seu partido proporia o aumento dos ordenados dos políticos, está aqui a *cassette* de vídeo para o demonstrar. Para se sublinhar a diferença dos comportamentos, vou mandar entregá-la na Mesa e peço a V. Ex.^a que a faça chegar ao Sr. Deputado Pacheco Pereira. Isto traduz a diferença dos comportamentos!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Mais uma vez, peço aos Srs. Deputados que me ajudem a não deixar perverter totalmente, pois, em grande medida, ela já o está, a figura da interpelação.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Quer dizer, Sr. Deputado, o que lhe pedi não teve qualquer significado.

Faça favor.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, quero dizer, em primeiro lugar, que não «falo de cor» e, em segundo lugar, que isto não é um tribunal, razão pela qual não vou buscar qualquer espécie de *cassette*.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Já percebemos! Não a tem!

O Orador: — Já fiz as referências às afirmações e às circunstâncias em que foram proferidas, pelo que qualquer pessoa pode ir verificar-las. Se o Partido Popular pretende criar um incidente, porque tem estado à margem deste debate, o problema é dele.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar, finalmente, à fase dos pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro da Administração Interna.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, tem sido visível que

o Governo, com a ajuda do grupo parlamentar que o apoia — e até de outros — tem procurado fazer deste debate, ao fim e ao cabo, a confusão que tem sido a política de segurança interna do Governo.

Efectivamente, há um paralelismo entre aquilo que tem acontecido hoje aqui e as contradições da política de segurança interna do Governo. Não nos admira, portanto, que se mantenha nesta mesma linha. Percebemos, aliás, o porquê de se manter este fio condutor.

Sr. Ministro da Administração Interna, manifestamente, V. Ex.^a não está na sua melhor forma. Vem aqui e nada de novo nos trouxe relativamente à política de segurança interna.

Só temos de prestar aqui homenagem à circunstância de o Sr. Primeiro-Ministro, desta vez, ter acertado nos Ministros que aqui devia trazer ao debate, o que significa quase uma confissão espontânea de que ele sente que é nestas áreas que a autoridade do Estado tem estado em crise. Efectivamente, assim é. E é por razões de passado do Partido Socialista que o Sr. Ministro da Administração Interna mais acentuadamente acaba por se ressentir.

Mas diga-se também que esse passado do Partido Socialista teve V. Ex.^a lá no coro, que é o fio condutor, ao fim e ao cabo, da situação da política de segurança neste momento. De facto, V. Ex.^{as}, quando na oposição, faziam sempre coro com os bloqueios das estradas, os levantamentos, as insubordinações, a linguagem e as atitudes contra as forças de segurança. E naturalmente que, ao assumirem o poder, estavam maculados por esta circunstância, o que se reflectiu mais acentuadamente, e inevitavelmente, na área da sua responsabilidade. Assim, V. Ex.^a teve dificuldade em pôr de lado o laxismo que estimulou e em acentuar, dentro das forças de segurança, um princípio de disciplina, que V. Ex.^a contestava.

Ora, o seu Governo começou por aprovar um diploma tendente a criar as condições de nomeação, à pressa, de um civil para o comando da PSP. Mas, logo de seguida, tem uma conduta exactamente contrária à que esse diploma previa e nomeia um militar. Pergunto a V. Ex.^a se isto, por um lado, não dá, desde logo, uma ideia de fraqueza e de hesitação do Governo e não é uma subalternização indireta dos militares e, por outro, não se reflecte na sua autoridade e no seu prestígio no comando da PSP.

V. Ex.^a começou logo por desautorizar o Conselho Disciplinar Superior da Polícia, ao acabar por dar uma pena simbólica, ou quase não punir, um subchefe que tinha tido atitudes que vinham com a recomendação de «grave punição». Ao invés, afasta um comandante da área de Lisboa, com provas dadas e com uma folha de serviços exemplar.

O Sr. José Magalhães (PS): — Tinha recebido a medalha de serviços cavaquista! A medalha de ouro!

O Orador: — Não serão estes dois pesos e estas duas medidas uma forma de fomentar a indisciplina, de quebrar a autoridade das forças de segurança?

Sabemos que o Sr. Provedor de Justiça insistiu em relação à questão do inquérito aos acontecimentos de Santo Tirso, mas nunca mais soubemos se a PSP efectivou ou não o inquérito interno sobre eles.

O Sr. Presidente: — Faça o favor de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Termine já, Sr. Presidente.

Sabemos — e falou-se — que tinha sido afastado da direcção ou do corpo docente da Escola Superior de Policia o Professor José Hermano Saraiva, por razões políticas. V. Ex.^a confirma que, tal qual se fazia antigamente, terá havido algum afastamento político da direcção ou do corpo docente da Escola Superior de Policia?

Gostaria que V. Ex.^a me esclarecesse sobre estas questões.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, fui informado de que o Sr. Ministro responderá a três pedidos de esclarecimento de cada vez.

Assim, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, gostaria de formular-lhe dois pedidos de esclarecimento.

Um dos pontos de honra do Governo — aliás, prometido no programa eleitoral do PS e reafirmado na apresentação do Programa do Governo — tem sido o do aumento de efectivos das forças policiais. V. Ex.^a tem dito que, nos últimos anos de governo do PSD, nenhum esforço foi feito no sentido de aumentar esses efectivos — isso é uma evidência — e que, em breve, esses efectivos vão ser acrescidos de 1600 pessoas, que, entretanto, entrarão para a Escola Superior de Policia.

O que gostaria de saber é, no período em que vão ser disponibilizados esses 1600 novos efectivos, quantos dos actuais efectivos vão passar à reforma, a fim de podermos apurar com rigor qual vai ser o acréscimo real, se é que vai existir, de efectivos policiais para cumprir a promessa eleitoral do PS, que era a de aumentar em 5000 o número de agentes das várias forças de segurança.

A minha segunda pergunta tem a ver com o problema de Sacavém. Julgo saber que estava preparada e prevista a substituição da GNR de Sacavém pela PSP, no âmbito da política geral do Ministério. A ser assim, a pergunta que formulo é esta: ao anunciar essa substituição, como medida imediata e resultante dos trágicos acontecimentos ocorridos no posto da GNR, não acha V. Ex.^a que estigmatizou aos olhos da opinião pública toda uma instituição que, em nossa opinião, não pode nem deve ser confundida com os desabridos actos cometidos por agentes da GNR naquele posto? Não lhe teria sido suficiente substituir imediatamente esses agentes naquele posto e aguardar pela prevista substituição da GNR pela PSP, em vez de fazer ligar essa substituição às consequências daquele caso e, desta forma, estigmatizar a credibilidade de toda a GNR perante todo o País?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, penso que até agora, nesta suposta interpelação sobre a autoridade do Estado, temos estado, de algum modo, confinados em margens estranhas.

O Partido Social Democrata trouxe para discussão o perdão da dívida dos clubes pelo Governo que, em nossa opinião, manifestamente, é uma questão que viola o Estado de direito, já que traduz na prática uma clara ofensiva para aquilo que são os direitos dos contribuintes que pagam os seus impostos, e o Governo limitou-se, em nossa opinião, a falar das polícias.

Por isso, há um registo que, desde já, queremos deixar aqui: é que nos parece que o problema é mais complexo e não é um problema que devesse, tão-pouco, ser suscitado por um facto excepcional, de extrema brutalidade, porque, independentemente do grau, a violência é sempre violência e os direitos dos cidadãos têm de ser sempre acautelados, qualquer que seja o carácter das questões.

Parece-me, assim, que a história passada do que aconteceu nas esquadras e das cargas policiais, se outra coisa não houvesse no presente, seria justificação mais do que suficiente para que uma das medidas do novo Governo tivesse sido preocupar-se em estabelecer códigos de conduta nas forças policiais, sejam elas a GNR ou a PSP.

O primeiro dado que gostaria de assinalar nesta interpelação é que foi apenas porque houve problemas, que, pela sua brutalidade, atingiram a opinião pública, que, de algum modo, se tentou mudar alguma coisa.

Mas porque para nós a autoridade do Estado não se coloca só nesta perspectiva, gostaria que o Sr. Ministro fosse mais claro em relação a outros aspectos. Por exemplo, no que se refere aos direitos do reclusos nas nossas prisões, há abusos que são conhecidos, mas sobre esta matéria não o ouvimos dizer nada.

Aliás, para nós, a questão da autoridade do Estado não se põe exclusivamente na óptica das polícias. Daí que pense que teria sido importante que o Governo tivesse neste debate outros representantes. Para nós um Estado é um Estado de direito e um Estado que pode afirmar a sua autoridade, em primeiro lugar, se se credibilizar, se ele próprio cumprir as leis que promulga. As questões ambientais são um exemplo claro daquilo que o Estado legisla e quer fazer aplicar ou supostamente quer fazer aplicar, mas que, sendo da sua responsabilidade directa, deixa de cumprir.

Estes são aspectos em relação aos quais a autoridade do Estado é mais do que duvidosa e em relação aos quais gostaríamos de explicações claras do Governo e não do Ministério da Administração Interna. Gostaríamos de saber como é que, por exemplo, se aceita a criação de um parque natural em Sintra/Cascais, se legisla nesse sentido e, depois, se permite aí construir, violando completamente a lei, o que, supostamente, um Estado de direito democrático não devia permitir.

A última conclusão deste pedido de esclarecimento é esta: parece-me que está afunilar-se a questão da autoridade do Estado em questões de polícia e em dívidas fiscais, quando o problema é muito mais complexo e alargado, por isso justificava que se fizesse uma abordagem integrada, que é, a meu ver, o que faz falta.

O Sr. Presidente: — Para responder às três perguntas formuladas, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Guilherme Silva, V. Ex.^a, de maneira também não original em relação ao estilo do Sr. Deputado Pacheco Pereira, referiu algum alinhamento passado em «coros» a propósito de bloqueios de estrada, que não provou. V.Ex.^a deverá referir a circunstância, o documento ou a acta onde isso se verifique, porque fica a saber que sou e serei o defensor de uma iniciativa legislativa para tutelar, melhor do que os senhores tutelaram, a liberdade de circulação de pessoas e bens em Portugal.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Já está na lei penal!

O Orador: — Estarei em condições de demonstrar que há um défice nessa matéria e entendo ser meu dever propor — fi-lo já e o Conselho de Ministros aprovou essa iniciativa — que esta Assembleia venha a colmatar essa lacuna. Isto porquê? Porque sempre entendi — e consta do Programa do Governo do Partido Socialista, apresentado aos eleitores — que, em Portugal, os sistemas de prémios e de sanções funcionam mal. Os senhores deixaram uma sociedade onde o sistema de prémios e de sanções não funciona bem. Nós queremos que funcione melhor e, por isso, vai aparecer legislação nesse domínio.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Depois V.Ex.^a diz que houve pressa na modificação da legislação. Então, VV. Ex.^{as} estiveram 10 anos no poder e nada fizeram e dizem que quem fez teve pressa!?

Sr. Deputado, sabe o que é que o seu partido diz sobre esta matéria, que é relevante no plano europeu e que esses países já resolveram há uma década ou duas? Zero! Zero, Srs. Deputados!

O Sr. José Magalhães (PS): — Essa é que é a verdade! E o Sr. Deputado Carlos Encarnação sabe isso muito bem!

O Orador: — Citem-me o documento, o debate ou o texto oficial onde tenham emitido uma ideia! Os senhores deixaram-nos uma divergência que nós já reparámos!

Sr. Deputado Guilherme Silva, V. Ex.^a tem a desculpa — e não veja nisto uma ofensa — de não dever saber tanto como o seu colega de bancada Carlos Encarnação. O que se passa em vários países da Europa é que em várias forças policiais esta foi justamente a técnica seguida.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Mal!

O Orador: — E porquê? Para que não se realizasse em simultâneo uma ruptura na solução legislativa e uma ruptura nas práticas institucionais tradicionais. Isso fez-se assim em vários países, só que os senhores não viram nada. Não viram nada!

E digo-lhes mais sobre este aspecto, que é particularmente importante que fique aqui claro, uma vez que, neste debate, este tipo de soluções são às vezes equivocadas: a modificação foi feita antes da nomeação de um general, com prévia explicação a esse general, de que a modificação que ia ser feita seria mais desautorizante se fosse efectuada no momento em que estivesse o general a comandar a PSP. Essa explicação foi dada e foi entendida! VV. Ex.^{as} é que não entenderam nada!

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Estão mal informados!

O Orador: — Quanto ao Conselho Superior de Polícia, à desautorização, etc., devo dizer que VV. Ex.^{as} é que não têm o sentido de autoridade, e este debate bem o demonstra! VV. Ex.^{as} não têm o sentido de autoridade! Quem é o último titular do poder disciplinar?!

O Sr. José Magalhães (PS): — Exacto!

O Orador: — Qual é o último lugar na cadeia hierárquica?!

O Sr. José Magalhães (PS): — Convém não esquecer!

O Orador: — O poder disciplinar exerce-se ou simula-se! VV. Ex.^{as}, ao longo de anos, simularam exercer o poder disciplinar! Simularam!

O Sr. José Magalhães (PS): — Exacto!

O Orador: — E no dia em que o poder disciplinar é exercido efectivamente, com critério e com equidade, nesse dia VV. Ex.^{as} fazem um «coro» e dizem: «Ai, a desautorização! Ai, a desautorização!».

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Vamos ver!

O Orador: — VV. Ex.^{as} não entenderam nada! Não entenderam nada!

Depois dizem: «afastaram um titular, em contraste com a decisão que aplicou uma multa de 100.000\$ a um subchefe da polícia», que V. Ex.^a sabe bem quanto ganha por mês. Portanto, essas considerações que aqui vem fazer são manifestamente impertinentes.

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que termine, Sr. Ministro.

O Orador: — Termine já, Sr. Presidente.

Não há comparação, Sr. Deputado! Não há comparação, porque o Comandante Metropolitano de Lisboa foi demitido por razões que virão publicadas no *Diário da República* e que têm, única e exclusivamente, a ver com a circunstância da sua presença à frente do Comando Metropolitano de Lisboa não se revelar compatível com a execução do Programa do Governo.

Aplausos do PS.

E provarei, se VV. Ex.^{as} assim o quiserem, por que o era, com exemplos. Este é o motivo e não outro! Fiquem VV. Ex.^{as} notificados!

No que se refere a Santo Tirso, é claro que houve averiguações! É claro que elas foram ordenadas e foram efectuadas! Vou cumprir o meu compromisso de, até ao fim deste mês, fechar esse processo no meu Ministério. Foi isso que disse e é isso que será feito!

Por último, Sr. Deputado Guilherme Silva, a questão do Professor José Hermano Saraiva. Outra grande confusão!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, peço-lhe que conclua, pois terminou o seu tempo.

O Orador: — Então, não posso continuar?!

O Sr. Presidente: — Eu deixo, mas há um Regimento que é igual para todos, mesmo para o Governo? Quando se somam as respostas, prevê apenas cinco minutos!

Faça favor de terminar, Sr. Ministro.

O Orador: — Sr. Presidente, serei telegráfico.

Eu apenas disse que, numa sessão em que o Sr. Professor José Hermano Saraiva fosse o orador sobre o tema «Heráldica», não estaria presente.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Mas porquê?

O Orador: — A cerimónia realizar-se-ia sem mim. Foi apenas isso que disse! E continuarei a dizer que, numa cerimónia numa Escola Superior de Polícia onde isso acontecer, não precisarei de estar, nem deverei estar.

Sr. Deputado Jorge Ferreira, a sua pergunta é extremamente pertinente, porque, na realidade, há um movimento grande de saídas de efectivos, em parte desencadeado pela chamada política de reestruturação que foi praticada.

Vozes do CDS-PP: — Ah!...

O Orador: — Porque, sempre que se retirou a PSP de um local, o que aconteceu foi que a maior parte dos agentes que lá estavam foi para casa e não para outro sítio. Existe um grave problema e uma grave hemorragia. V. Ex.^a tem toda a razão.

O número apontado não é o saldo líquido, nem eu nunca o apresentei como tal; este é o número de pessoas que formamos e sempre dissemos isso com grande cuidado. Portanto, há que deduzir aqui saídas que esperamos que sejam francamente maiores. Mas apresentarei as contas. O problema está, de facto, muito bem colocado, porque este movimento não representa este saldo líquido.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, volto a pedir-lhe que termine. Voltará a responder daqui a pouco e poderá fazê-lo pergunta a pergunta, caso em que terá mais tempo, como é óbvio. Terá três minutos por cada pergunta, mas, se somar, terá apenas cinco. Peço-lhe que termine, depois dou-lhe a palavra outra vez.

O Orador: — Sr. Deputado Jorge Ferreira, em relação a Sacavém, de facto, a saída estava prevista há vários anos e tinha sido acordada já há vários meses com os dois actuais comandantes-gerais. Por que é que não houve estigmatização daquela instituição? Porque eu próprio, por vários actos públicos, não abandonei a instituição. Declarei, de forma enfática, que não abandonava a instituição e submeti a execução desta decisão ao parecer do Gabinete Coordenador de Segurança, que é um órgão integrado por todos os responsáveis de todas as forças de segurança.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, o PSD «foi à lã e saiu tosquido», como é claro, e está em debandada nesta matéria, mas temos de fazer o debate. É uma ocasião boa para discutirmos política de segurança interna.

Começo por sublinhar que precisamente V. Ex.^a o faz, perante um partido que foge às responsabilidades e que exibiu aqui um verdadeiro vazio de ideias. Ouvi atentamente o que foi dito pelo partido interpelante e não ouvi uma ideia sobre política de segurança interna. Mais, vi uma fuga de responsabilidades, porque V. Ex.^a — não o disse, mas podia tê-lo dito — encontrou um terreno minado, é essa a expressão. A situação que descreveu e que teve há dias os trágicos desenvolvimentos, que todos analisámos e condenámos, é gerada pela incúria governamental e pela política seguida no Ministério da Administração Interna, designadamente, sob a direcção do

Ministro Dias Loureiro e da sua equipa. Dissociamo-nos dessa política e, em relação à linha de orientação que apontou, a nossa resposta, Sr. Ministro, é: conte com a bancada da nova maioria para viabilizar as medidas propostas e, mais ainda, com o nosso esforço para que essas medidas granjeiem na Câmara a maior base de sustentação que for possível.

Acreditamos que isso seja possível, como foi possível para a lei de legalização de imigrantes clandestinos que aqui aprovámos, por unanimidade, na sequência da apresentação da proposta de lei.

Mas gostaria de dizer, Sr. Ministro, que a atitude desta bancada é a de aplauso a essas medidas, nomeadamente a reacção à situação crítica que vivemos nos últimos dias, mas é também de uma grande diferença de atitude em relação à da bancada da velha maioria, a bancada do PSD. No passado, sempre que situações críticas, como a que recentemente aconteceu, ocorreram a bancada do PSD teve a posição de não contribuir para a crítica, para o incremento da fiscalização, para lançar luz sobre ilegalidades, mesmo quando havia relatórios de instituições internacionais, como o da Amnistia Internacional, que, em 1992, alertou para grandes anomalias. O PSD abafou, mas nós nunca silenciaremos a nossa iniciativa perante situações deste tipo.

E, Sr. Ministro, gostaria de propor-lhe quatro coisas.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Isso é extraordinário!

O Orador: — Além de aplaudirmos as medidas propostas pelo Governo, adiantamos, criativamente, quatro medidas, cuja adopção urgente é preconizada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A primeira medida que propomos — acerca da qual gostaria que o Sr. Ministro fizesse um comentário — é a de impulsionar aqui, na Assembleia da República, porque é matéria da nossa exclusiva competência, a aprovação de uma lei que confira a natureza de crime público aos abusos e outras infracções cometidas por membros de forças de segurança e que permita que os correspondentes processos-crime possam ter como assistentes associações de defesa de direitos humanos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A segunda medida é a adopção pelo Governo — e esta é uma matéria da competência do Governo, não precisa de lei — de providências que permitam o controlo das polícias pelo Ministério Público e pela magistratura judicial e que garantam, designadamente, duas coisas, com prioridade para os centros urbanos: rápida notícia das detenções efectuadas, recorrendo a novas tecnologias, e livre inspecção do funcionamento dos serviços.

A terceira medida é o reconhecimento à Ordem dos Advogados do direito de acompanhamento da aplicação das normas legais sobre detenções e de intervenção na assistência a detidos.

A quarta e última medida, para que alertamos e pedimos que o Governo adopte de imediato, é o cumprimento estrito da Lei n.º 61/91, aqui aprovada por unanimidade, sobre protecção das mulheres vítimas de crimes, assegurando, nas esquadras portuguesas, serviços de apoio necessários para garantir o atendimento e

encaminhamento das vítimas e eficaz punição dos infractores.

É esta a atitude desta bancada, para melhor execução do cumprimento do Programa do Governo.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro da Administração Interna, há ainda outros pedidos de esclarecimentos. Deseja responder já, pergunta a pergunta, ou no fim, dispondo, nessa altura, de nove minutos?

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, se isto não representa um desvio de poder, aproveitaria a sugestão de V. Ex.^a.

O Sr. Presidente: — Não representa. Faça favor.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sendo assim, Sr. Presidente, aproveito para pôr em dia o meu atraso nas respostas em relação às questões anteriores.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro da Administração Interna tem direito a usar o tempo que lhe é atribuído regimentalmente como entender.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, naturalmente, parte das questões colocadas será melhor respondida pelo Sr. Ministro da Justiça. Algumas delas eu, enquanto Deputado, tinha-as apoiado e preconizado e não me suscitam qualquer problema; outras, evidentemente, carecem de estudo e de aprofundamento e isso, naturalmente, acontecerá logo que esses projectos sejam preparados.

Por o ponto me parecer muito importante, gostaria de completar melhor o esclarecimento pedido pelo Sr. Deputado Jorge Ferreira, mas como ele não se encontra presente neste momento abdico desta oportunidade.

Assim, respondo à Sr.^a Deputada Isabel Castro, pois há pouco não tive oportunidade de o fazer. Na verdade, o problema principal não está em haver ou não códigos de conduta, até os há. Há normas, regulamentos, etc, existem normas suficientes. O problema é aquele que sublinhei quando fiz a intervenção inicial e que tive o grato prazer de ver identificado por vários responsáveis das diversas forças e serviços de segurança: a existência de uma cultura de violência sobrevivente, à qual é preciso fazer frente com a promoção de uma cultura do civismo.

Ora, não me tenho cansado de actuar neste sentido, tendo começado a propor as medidas e estas a ser concretizadas muito antes do surgimento dos problemas. Se V. Ex.^a quiser ver, por exemplo, as nossas propostas de Orçamento e das Grandes Opções do Plano e todo um conjunto de iniciativas e de posições públicas tomadas desde o início da actividade deste Ministro, fará o favor de reconhecer que a nossa actuação não começou com os problemas.

Mas já que falou dos problemas relacionados com as condições de detenção, queria dizer-lhe que uma das primeiras tarefas de que a Inspecção-Geral da Administração Interna foi justamente encarregada foi a do levantamento do conjunto das instalações que, não reunindo as condições mínimas de dignidade, estavam a ser utilizadas para deter pessoas. Infelizmente, isto passa-se, herdámos essa situação e, agora, para pôr em marcha o programa para alterar esta situação fez-se um levantamento, com a colaboração de quem já estava no terreno, e verificou-se que são aproximadamente 70 as instalações indignas a serem

utilizadas, ao fim de 10 anos de governo, para deter pessoas.

Vozes do PS: — É grave!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, sabemos perfeitamente que a situação que o Sr. Ministro herdou no seu Ministério, em matéria de segurança interna, é bastante grave. Sabemos-lo, dissemos-lo na legislatura anterior e continuamos a dizê-lo. Porém, o que também temos dito é que o Governo não pode permanecer eternamente a fazer o diagnóstico dessa situação e a encontrar aí justificações para não alterar de uma forma decisiva.

O Sr. Ministro trouxe-nos aqui um balanço do que tem sido a actuação do seu Ministério que, em minha opinião, é extraordinariamente exígua, referindo a lei relativa à regularização extraordinária de imigrantes que foi aprovada nesta Assembleia com base numa proposta de lei e também em projectos de lei do PCP e do Partido Ecologista Os Verdes, tendo sido até substancialmente alterada por esta Assembleia. É, digamos, uma matéria extremamente importante, mas é um pouco lateral à discussão que estamos a ter e que tem a ver com a grave situação que persiste em matéria de segurança dos cidadãos, de tranquilidade pública e de crescimento de criminalidade e das medidas necessárias para lhe fazer face.

O Sr. Ministro disse ainda que retirou um obstáculo legal a uma polícia cívica: a possibilidade de a PSP poder ser comandada por uma personalidade civil e não necessariamente militar. O Sr. Ministro fez muito bem em adoptar essa providência legislativa, simplesmente manteve tudo na mesma. Isto é, alterou a lei, mas, depois, nomeou um general para comandar a PSP. Alterou a lei, mas actuou como se ela não tivesse sido alterada. Isto é, manteve tudo na mesma.

Este Governo mantém um estatuto de força militar na GNR, que é extraordinariamente retrógrado, com graves consequências na militarização dessa força de segurança, no seu dispositivo, na sua relação com os cidadãos e na relação com os seus próprios profissionais. O Sr. Ministro mantém os comandos militares à frente da PSP e uma lógica inaugurada pelo Governo anterior, de concentração de efectivos policiais, que nega a necessária proximidade entre a polícia e os cidadãos. Isto é, perante uma política do Governo do PSD com consequências muito graves em matéria de segurança interna, de dispositivos policiais, este Governo alterou muito pouco, nem sequer beliscou aquela que é a orientação do PSD, e os resultados estão à vista.

Sr. Ministro, para que se obtenham resultados diferentes numa política de segurança interna é necessário que essa política seja efectivamente diferente, é necessário que seja alterada a lógica de actuação das forças policiais, a sua própria natureza, sob pena de continuarmos a assistir a situações idênticas às que temos visto, como a do homicídio na esquadra de Matosinhos, no tempo do governo do PSD, e agora estes acontecimentos ocorridos no posto da GNR de Sacavém, de as polícias portuguesas continuarem a ser referidas nos relatórios da Amnistia Internacional como praticando a tortura e abusos relativamente aos direitos dos cidadãos, a violação dos direitos dos cidadãos, e de continuarmos a assistir a notícias, como as que recentemente vieram a público, de

que as forças policiais estavam a fazer uma aplicação abusiva da legislação referente à identificação dos cidadãos.

De facto, isto só se modifica alterando decisivamente a natureza e as formas de actuação das forças policiais. Ora, quanto a isto o Sr. Ministro mantém tudo como está.

Para terminar, queria apenas dizer que não basta reconhecer a necessidade de passar de uma cultura de violência para uma cultura de civismo; é necessário, Sr. Ministro, tomar medidas concretas para que isso seja realidade, e foi o que até agora não vimos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna, dispondo, para o efeito, de três minutos.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, as suas opiniões, com o teor que apresentam, são explicáveis pela natureza do partido em que se encontra. Se se colocasse ao seu partido uma questão de responsabilidade de governo — e não se coloca —, V. Ex.^a pensaria de outra maneira.

O Sr. António Filipe (PCP): — Essa é outra desculpa! É como a das heranças!

O Orador: — Não é isso, Sr. Deputado. Vou explicar. É que VV. Ex.^{as} ainda não adquiriram as condições necessárias para poderem enfrentar problemas em termos de cultura do governo. VV. Ex.^{as} continuam a declarar, a proclamar, e essa aproximação da realidade não resolve qualquer problema, cria problemas. VV. Ex.^{as} pensam que a realidade se resolve com proclamações, mas a realidade resolve-se com reformas, com mudanças tranquilas, e é por isso que o discurso que VV. Ex.^{as} aqui vêm fazer faz sentido!

Vozes do PCP: — Vá lá!

O Orador: — Penso que faz sentido. Alguma coisa jogaria mal neste hemicírculo se acaso VV. Ex.^{as} não introduzissem aqui exactamente esse tipo de postura. Faz parte da discussão, faz parte do problema, mas não faz parte da solução.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PCP: — Ah!...

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito regimental da defesa da honra da minha bancada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro da Administração Interna acaba de dizer que, relativamente às forças de segurança, defendi, em nome da bancada do PCP, uma posição que não defenderia caso fosse governo. Quero refutar inteiramente esta afirmação do Sr. Ministro.

O que acontece é que o PS, quando estava na oposição, criticou aqui, juntamente connosco, as grandes opções que o governo do PSD adoptava em matéria de segurança interna.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Criticou as superesquadras; criticou a violência e agressões por parte das forças policiais; criticou as cargas policiais feitas mesmo aqui à porta da Assembleia da República; criticou as agressões contra cidadãos em postos policiais, como foi o caso da esquadra de Matosinhos, e fez muito bem. O que acontece é que agora, sendo Governo, não tem a mesma atitude relativamente aos casos de Sacavém e de Santo Tirso.

Vozes do PS: — Tem, sim!

O Orador: — De facto, os senhores diziam uma coisa quando eram oposição e dizem outra agora que são Governo.

Portanto, fale por si, não nos faça a acusação que vos cabe inteiramente a vós.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Vozes do PS: — Isso não é verdade!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna, dispondo, para o efeito, de três minutos.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, estava a referir-me, muito em particular, à primeira questão, à da escolha do general.

Entendi, e assumo-o perante os portugueses, que o meu primeiro dever é garantir a segurança. Quero reformas, mas o meu primeiro dever é assegurar uma força disciplinada e hierarquizada que garanta a segurança aos portugueses e, no momento em que eu o escolhi, procurei oferecer a melhor solução aos portugueses. Interpretei assim as minhas obrigações.

Era a isto que me referia quando fiz aqueles comentários porque, em relação a aspectos como estatutos que carecem de aperfeiçoamentos e de modernização, a aspectos como concentração de efectivos policiais, V. Ex.^a vai assistir a aperfeiçoamentos, a inovações. Basta ter paciência! Mas também percebo que, quando se está nesse lado, é justo e estimulante que seja a impaciência a dirigir as declarações.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, concordo com o que disse o meu companheiro Pacheco Pereira que, no início deste debate, fez uma distinção clara entre o que é segurança interna e autoridade do Estado.

O Sr. José Magalhães (PS): — Por que é que não fala o Sr. Deputado Carlos Encarnação?

O Orador: — Sr. Deputado José Magalhães, ouvi-lo-emos depois.

Sr. Ministro, é um facto que as questões da segurança interna são importantes para a autoridade do Estado mas também é verdade que a autoridade do Estado pode ser

prejudicada sempre que esteja afectada a autoridade política do Governo e a autoridade política da Assembleia da República.

Do nosso ponto de vista, a autoridade política da Assembleia da República ficou extremamente afectada quando esta Assembleia aprovou uma lei de amnistia para os casos de terrorismo das FP 25 de Abril. Já sabemos que, da parte do Governo, há uma cumplicidade nesta perda de autoridade da Assembleia da República; sabemos agora também que há uma perda de autoridade do Governo sempre que este pretende negociar sem termo perante qualquer manifestação de discordia que possa emergir da sociedade civil.

É esse o caso da educação. Sempre que volta a referenciar-se matéria como a das propinas, vem o Governo demonstrar a sua fraqueza política para dizer que o valor da propina é a última coisa a ser discutida e, de preferência, não antes de 1998. É manifestamente uma falta de autoridade do Governo quando sabemos que, perante os problemas do financiamento da saúde, este continua a reflectir e a estudar sem assumir decisões. Mas é também resultante de alguma falta de autoridade do Governo aquilo que hoje já não se consegue esconder dos meios de comunicação social, como a crescente tensão, generalizada à hierarquia militar, no relacionamento entre as diversas chefias militares e no destas com o Governo.

Sente-se a falta de autoridade do Governo sempre que vêm a público dissensões ou tensões a este nível da autoridade do Estado. Assim é, também, quando vêm a público várias dissonâncias e questiúnculas ou controvérsias entre a Polícia Judiciária, o Ministério Público ou os magistrados. Não se notará, Sr. Ministro, aqui alguma falta de autoridade do Governo que já não consegue esconder esta controvérsia pública de matérias que exigem discrição para que se exerça a autoridade do Estado?

Mas tem V. Ex.^a razão: a segurança interna é também uma matéria de autoridade do Estado e, sobre isso, gostava de fazer-lhe duas perguntas breves com a indulgência do Sr. Presidente da Assembleia da República.

Primeira, não considera que, depois de o Sr. Primeiro-Ministro, a propósito do que aconteceu em Sacavém, ter dito que isso não se confundia com a instituição, o facto de V. Ex.^a ter aparecido perante o Pafs a dizer que o problema das forças de segurança era de cultura cívica, que não quer uma cultura de violência mas uma cultura cívica para as forças de segurança e ao ter enviado as chefias da segurança interna para reciclagem, está a confessar que é Ministro de uma série de corporações que cultivam uma pose de violência perante a sociedade? Gostava que V. Ex.^a negasse esse facto aqui, até para não contrariar o aparte do Sr. Primeiro-Ministro.

Finalmente, não acha V. Ex.^a que, perante o último relatório de segurança interna que apontava para uma diminuição da criminalidade no ano de 1995, nomeadamente no âmbito da acção das novas superesquadras, ou seja, nas áreas predominantemente urbanas, da parte do Governo deveria haver uma recomendação para levar mais longe essa política já iniciada?

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Ministro da Administração Interna para responder, queria dar conta de que se encontram a assistir a esta sessão uma delegação da Confederação Mundial das Comunidades

Portuguesas e uma delegação da Autoridade Cambial e Monetária de Macau. A nossa saudação.

Aplausos gerais, de pé.

Tem, então, a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, como sabe, não compete ao Governo pronunciar-se sobre amnistias, mas gostaria, em todo o caso, de dizer que quando fui Deputado e o Sr. Presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, aqui presente, invocou pela primeira vez, numa Conferência de Representantes dos Grupos Parlamentares, a possibilidade de uma amnistia, a minha posição pessoal a esse respeito foi definida de imediato publicamente perante representantes de todos os grupos parlamentares e, em consciência, subscrevo inteiramente o que disse na altura.

Em segundo lugar, V. Ex.^a referiu-se às controvérsias públicas e aos problemas de autoridade entre várias instituições. Deva dizer-lhe que essa colocação me parece (e não leve a mal o adjetivo que vou utilizar) algo hipócrita, porque quando alguém manda calar «ai que manda calar!» ou quando se fala «ai que se fala!», «ai que trapalhada!», faltando esclarecer o que VV. Ex.^{as}, afinal, pensam. Devia calar-se tudo, devia censurar-se tudo ou deveria deixar-se falar toda a gente? À pergunta, são VV. Ex.^{as} que têm de responder, pois governaram durante 10 anos, nada ficou para responder a este problema.

De positivo, queria dizer que, por delegação do Sr. Primeiro-Ministro, presido ao Gabinete Coordenador de Segurança, que é um órgão fundamental para estimular a cooperação e a coordenação entre as forças de segurança, e não tenho memória de que alguém tenha feito tanto por ele nos últimos tempos.

Falando em mandar os responsáveis para reciclagem, V. Ex.^a referiu-se ao processo de avaliação de uma maneira algo brejeira. Essa é uma maneira pouco séria de referir um processo de avaliação que tem muito mérito e que outros países é perfeitamente conhecido. Não tenho culpa que V. Ex.^a não tenha podido acompanhar este tipo de problemas, o que percebo perfeitamente, mas estes processos usam-se nos outros países e foram introduzidos, em muitos deles, nos anos 80; nós vamos introduzi-los na segunda metade dos anos 90, e o Sr. Deputado Carlos Encarnação sabe bem que é assim.

Sobre a GNR, disse V. Ex.^a algo que, certamente por lapso meu, não percebi, pelo que peço desculpa, mas falou igualmente numa diminuição da criminalidade no ano de 1995 na zona das superesquadras. Vamos discutir proximamente o relatório de segurança interna e analisar essa matéria em profundidade.

V. Ex.^a sabe que, ao longo da legislatura passada, dediquei uma enoríssima atenção aos inquéritos de vitimização pelo que estou em condições de explicar, zona por zona, a forma como evoluíram as taxas de participação em Portugal. De acordo com esses inquéritos, posso dizer-lhe que, em certas zonas de Lisboa, verificou-se uma diminuição das taxas de participação porque as pessoas acreditam menos, fazem conjecturas mais cépticas sobre o destino das suas participações e, por consequência, recorrem menos à polícia, esperam menos da polícia, esperam menos dos tribunais. É isso que queremos alterar.

Não se iluda, pois os números devem ser lidos com algum conhecimento.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para exercer o direito regimental de defesa da honra da bancada, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, julgo não carecer de exercer o direito regimental de defesa da honra da bancada, pelo que limitar-me-ia a fazer a V. Ex.^a um pedido muito sincero.

O Sr. Ministro acaba de responder utilizando alguns termos que, sinceramente, me pareceram muito pouco apropriados face às questões que lhe coloquei. Não penso precisar de descrevê-los, porque a própria Câmara deve ter-se apercebido dessa grande deslocação entre o sentido do meu pedido de esclarecimentos e a forma como o Sr. Ministro o classificou. Porém, Sr. Presidente, o Sr. Ministro não se encontra aqui para me fazer perguntas mas para responder-me e a verdade é que fez variadíssimas perguntas quando ele era realmente o interpelado.

Relativamente ao relatório de segurança interna, sobre o qual interpelei o Sr. Ministro, afinal, ele veio dizer já ter feito uma leitura política do referido relatório, o qual, no que respeita à criminalidade durante o ano de 1995, não reflectiu a devida situação do país por as pessoas não se queixarem. Começo a ter as maiores dúvidas sobre os relatórios seguintes que, neste caso, o actual Ministro venha a empreender, pensando que ele antecipadamente vai desvalorizar as suas conclusões quanto a apreciações subjectivas que faz sobre o comportamento dos cidadãos face às forças de segurança.

Mas, Sr. Ministro, o caso é que o senhor não me respondeu e dava-lhe esta oportunidade para o fazer.

As coisas valem o que valem. Perante um incidente com a gravidade daquele que aconteceu, aquilo que ocorreu a V. Ex.^a com mais intensidade foi a necessidade de dizer que precisava de mandar a hierarquia das forças de segurança para reciclagem cívica. Perguntei: «Acha o Sr. Ministro que, perante os incidentes que ocorreram, era preciso mandar as chefias das forças de segurança para reciclagem cívica?»

Se, perante o que aconteceu com a GNR em Sacavém, V. Ex.^a fez tão pouco e se, perante uma discordância pública de um comandante distrital, V. Ex.^a o demite, fico sem saber se V. Ex.^a não ficará para o Sr. Primeiro-Ministro como esse comandante da PSP esteve para V. Ex.^a: dado que não tomou a iniciativa de pedir a sua demissão, provavelmente terá de ser demitido superiormente!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, em relação a este relatório de segurança interna, assim como no que diz respeito aos anteriores, V. Ex.^a vai ter de cumprir o requisito de o ler, porque quem o ouviu e conhece tira a conclusão de que V. Ex.^a não o leu, mas tem a oportunidade de ainda o fazer porque vai ser discutido proximamente e terei muito gosto em continuar esta discussão.

Se V. Ex.^a fala em reciclagem, permitir-me-á que diga que essa é uma expressão brejeira...

Vozes do PSD: — Brejeira?!...

O Orador: — ... para referir um processo de avaliação. A expressão reciclagem, aplicada no contexto em que V. Ex.^a o faz, não é adequada. Contudo, gostaria de dizer-lhe, por tratar-se de algo mais grave, que no dia em que a minha consciência me ditar que devo demitir-me deste cargo, não terá de ser V. Ex.^a a sugerir-lo!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos finalmente entrar na fase do debate.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

Sr. Ministro da Justiça (José Vera Jardim): — Sr. Presidente, o facto de não ter encontrado figura regimental para invocar imediatamente a seguir à intervenção do Sr. Deputado Pacheco Pereira leva-me agora, antes de iniciar a minha intervenção propriamente dita, a referir uma parte da intervenção do Sr. Deputado em que acusou o Governo de «lançar instabilidade na Polícia Judiciária».

O Sr. Deputado Pacheco Pereira é certamente, de entre os Deputados desta Casa, o que mais usa os termos «sério» e «seriedade». Habituei-me a ouvi-los muitas vezes quando aqui estava eu, pelos vistos, assim continua. Tanto assim é que receio que V. Ex.^a, nessa ânsia de monopolizar a seriedade, possa cair sob a alçada do Conselho da Concorrência...

Risos do PS.

Sr. Deputado, V. Ex.^a não me levará a mal que me permita dar-lhe um conselho e fazer-lhe um convite.

O conselho é o de que, logo após o regresso a Portugal do líder do seu partido, confronte a afirmação que fez com os resultados da visita dele à Polícia Judiciária.

Quanto ao convite — não necessitaria de ser feito —, Sr. Deputado Pacheco Pereira, as portas da Polícia Judiciária estão abertas para si e para todos os Deputados, só que com uma vantagem para si: é que, pelos vistos, de Polícia Judiciária, o senhor percebe zero.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Numa interpelação sobre autoridade do Estado, poderia fazer considerações e defender teses em torno do que são hoje as concepções sobre poder e autoridade e do seu relacionamento com os cidadãos. Poderia igualmente trazer ao debate a temática da confiança e da credibilidade das instituições e dos seus titulares como condição essencial da autoridade do Estado.

A este propósito, poderia falar do importante papel da oposição e, sobretudo, do maior partido da oposição, para o reforço da credibilidade do Estado, sobretudo quando se trate da sua imagem externa. A insólita atitude do líder do PSD, minando o terreno dos membros do Governo que, em Bruxelas, agem na defesa dos interesses de Portugal, seria, obviamente, um bom tema a tratar a propósito do objecto desta interpelação.

Aplausos do PS.

Mas, nos próximos dias, teremos ainda outras ocasiões de debater este tema.

Poderia também falar-vos — eu, como qualquer um de vós — do debate, do diálogo, da criação de condições de consenso social e político como alicerce do poder e do seu exercício numa sociedade pluralista e aberta e com predominância clara dos valores individuais.

Poderia ainda debater convosco, Srs. Deputados, a relevância cada vez maior do ordenamento jurídico como factor de coesão e de defesa do indivíduo face ao Estado. Deveria trazer ao debate a situação do Estado de direito em Portugal como fundamento e limite do exercício da autoridade. Deveríamos, então, debater aqui a situação dos tribunais, instância reguladora de conflitos cada vez mais chamada a distinguir o legal do ilegal, o legítimo do ilegítimo, e a ganhar uma maior relevância na arquitectura do Estado. Tudo isto é importante. Toda esta temática tem que ver com a autoridade do Estado e com as condições práticas e concretas do seu exercício. Mas prefiro que a minha participação neste debate tenha um conteúdo mais prático e mais concreto e orientar a minha intervenção para um aspecto central do exercício da autoridade do Estado.

Assim, vou dar conta a esta Assembleia do que, no âmbito do Ministério da Justiça, foi e está a ser feito para fazer face aos desafios actualmente postos a todos os países e também a Portugal no que respeita às formas mais graves da criminalidade. Refiro-me naturalmente à criminalidade organizada, ao narcotráfico, ao branqueamento de capitais, à corrupção e à criminalidade económico-financeira.

Trata-se de fenómenos que põem em causa de forma grave direitos fundamentais dos cidadãos e representam mesmo um directo afrontamento à organização e fundamento das sociedades democráticas. Que assim é, aliás, demonstram-no, por um lado, as dificuldades de muitos Estados e sociedades recém-chegadas à democracia em fazer frente aos desafios que lhes são colocados pelas forças do crime organizado. Que assim é demonstram-no, por outro lado, os esforços feitos internacionalmente, e em especial a nível da União Europeia, para pôr de pé uma série de instrumentos legais, convencionais e de operacionalidade, na luta contra todas as formas de crime organizado. Infelizmente, devemos hoje constatar que não raras vezes as organizações do crime andam «à frente» das forças que têm a seu cargo a luta pela legalidade, «à frente» na capacidade de organização, na sofisticação e variedade de meios de cobertura e de actuação, tudo com o móbil da obtenção do lucro e do poder.

No Programa do Governo enunciam-se princípios e metas bem claras nesta matéria e cito apenas, *en passant*: reforço da capacidade de investigação criminal em relação a estas formas de criminalidade; reforço da condenação do combate ao tráfico de droga; adopção das medidas necessárias a uma efectiva articulação das polícias; revisão das estruturas e mecanismos de gestão da Policia Judiciária.

É agora e aqui a ocasião e o lugar próprio para dar conta do que foi feito, dos objectivos de curto e médio prazo e das medidas que o Governo tem em preparação para cumprimento desse Programa, objectivos estes que são essenciais — repito — para a afirmação clara da autoridade do Estado em matérias tão sensíveis nas sociedades democráticas modernas, como o direito à segurança, na verdade um direito fundamental, garantido constitucionalmente e ligado indissoluvelmente ao exercício da liberdade e sua condição necessária.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Vejamos, então, não só o que estamos a fazer mas o que encontrámos, se bem que esta análise não seja bem-vinda por parte de alguns Srs. Deputados, designadamente do Sr. Deputado Pacheco Pereira. Mas entendo que devemos começar a partir do que encontrámos, do que fizemos e do que estamos a fazer para, depois, tirarmos as conclusões.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em matéria de investigação e combate à criminalidade económica, a situação encontrada pelo actual Governo deve ser assim descrita: total ausência de levantamento nacional dos processos pendentes por fraude ou desvios de subsídios da Comunidade Europeia — V. Ex.^a poderá confirmar tudo isto se aceitar o meu repto para visitar a Polícia Judiciária, como o seu líder já fez; risco de prescrição no ano corrente de muitos desses processos, resultante da péssima coordenação e insuficiência de meios aliada à natural complexidade da recolha de elementos documentais; reduzidíssimo número de peritos numa área de forte carácter interdisciplinar na qual é necessário recorrer a conhecimentos técnicos muito especializados — esta insuficiência implicava que uma perícia demorasse normalmente 18 meses; instabilidade do pessoal de investigação, produzindo atrasos significativos e agravando a pendência e os riscos de prescrição.

Srs. Deputados, todos estamos lembrados da vinda aqui do Sr. Ministro da Justiça do anterior governo, a propósito da lei da corrupção, e da promessa de novos meios para combater a corrupção e a criminalidade económica. Ora, quando o actual Governo tomou posse, dos 20 agentes que tinham sido destinados à luta contra a corrupção e a criminalidade económica e financeira havia cinco e estava totalmente por fazer o levantamento dos processos em vias de prescrição.

Continuo a descrição da situação que encontrámos: meios humanos com deficiências em matéria de formação; falta de cooperação total com entidades exteriores à polícia; insuficiência de meios informáticos para recolha e tratamento dos dados processuais.

Vejamos, então, o que fizemos: total inventariação da situação processual a nível nacional; impedir a todo o custo que haja prescrições de processos, uma das lástimas do processo criminal em Portugal — seria uma vergonha nacional se, depois do discurso do anterior governo sobre a luta contra a corrupção, a fraude e a criminalidade económico-financeira, prescrevessem, como estavam para prescrever, dezenas de processos;...

Aplausos do PS.

... reforço dos meios investigatórios e instauração de mecanismos de coordenação adequados; lançamento da cooperação com entidades externas, visando a partilha da informação, o reforço da formação e o estreitamento de redes de controle.

Srs. Deputados, em relação aos 223 processos que encontrámos, alguns deles com nove anos de antiguidade sem que uma diligência tivesse sido feita, posso assegurar que, neste momento, com o Ministro da Justiça deste Governo, nenhum desses processos prescreverá. Todos os que prescreviam este ano estão entregues às autoridades judiciárias.

Aplausos do PS.

Tudo isto o Sr. Deputado Pacheco Pereira pode confirmar na visita para que o «reptei» — não raptei! — há pouco.

Na área da corrupção verificou-se um aumento muito significativo das participações, mas já não existem processos pendentes anteriores a 1991 e está fixado o objectivo de concluir, até ao fim deste ano de 1996, os processos de corrupção de maior impacto social.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Tomámos as medidas que se seguem: recrutámos novos peritos que estão agora a ingressar na Polícia Judiciária, o que traduz um aumento de 60% relativamente ao pessoal que existia; estabilizou-se o pessoal da investigação e reforçou-se o número de efectivos; encetou-se a cooperação com outras entidades, designadamente, o Banco de Portugal, a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, a Inspecção-Geral das Actividades Económicas e até com a própria Unidade de Coordenação da Luta Anti-Fraude da Comunidade Europeia que não tinha um único contacto com a Polícia Judiciária.

Nesta área, como nas demais de investigação criminal, a preocupação fundamental do Governo é a de reunir meios e coordená-los com vista a uma acção eficaz que dê resposta adequada e em tempo. Só assim, Srs. Deputados, será possível o reforço da confiança dos cidadãos nas suas instituições e, portanto, será também possível a diminuição das cifras negras, já referidas pelo meu colega, Sr. Ministro da Administração Interna, relativas à criminalidade não noticiada e, sobretudo, àquela que não era, mas está a ser, investigada. É um contributo fundamental que estamos a dar, Srs. Deputados, para o reforço da autoridade do Estado.

Aplausos do PS.

No que respeita ao tráfico de droga, encontrava-se este sector com gravíssimos problemas de coordenação, tanto interna como externa, sendo certo que mais do que de coordenação se deveria falar em total descoordenação, entre, por um lado, a direcção central e as várias inspecções, trabalhando todas de costas voltadas, sem qualquer troca de informação e sem acções conjuntas entre elas. Por outro lado, encontravam-se no zero as unidades de coordenação e intervenção conjunta previstas no Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril. Encontravam-se no ponto zero! E o Sr. Deputado Carlos Encarnação, que fez parte do governo anterior e sabe do que estou a falar, sabe que isto é verdade. O estabelecimento de regras internas de articulação entre a DCITE e as inspecções foi uma das prioridades da actual direcção, estando já a produzir os seus frutos em acções articuladas entre os vários departamentos.

Quanto à coordenação externa, designadamente das referidas unidades, foi negociado ao longo dos últimos meses, em múltiplas reuniões bilaterais e multilaterais, um protocolo entre as várias forças de segurança no sentido da sua formação, já aprovado e pronto a ser assinado. Espero que assim suceda ainda durante o mês de Junho. E mais: pela primeira vez na história das polícias portuguesas haverá oficiais de ligação das várias polícias junto de outras polícias, para acabar de vez com o clima de suspeição e de luta entre as polícias que era

extremamente negativo para o combate ao tráfico de droga.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Deste modo se logrará uma efectiva coordenação e direcção táctica e estratégica de todas as forças envolvidas no combate ao tráfico de droga, condição essencial para a sua operacionalidade e eficácia.

A informação em matéria de droga, como, aliás, na generalidade do sector policial da Polícia Judiciária, é fundamental à actividade de investigação policial. Referimo-nos, naturalmente, à informação de ordem processual e à sua centralização e tratamento, também previstas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 81/95 com a existência da unidade nacional de informação da droga.

O que existia nesta matéria, Srs. Deputados, quando este Governo tomou posse, era zero. Havia uma unidade de informação da droga, sediada em Leiria, que, neste momento, está a ser deslocada para Lisboa para onde deve estar, junto da DCITE. Essa unidade de informação não tinha nada, Srs. Deputados. Podem ver os computadores que lá estão — convido-os para irem a Leiria num dos próximos dias — já que, daqui a poucos dias, já estará tudo instalado em Lisboa, a trabalhar como deve ser.

Está, pois, todo o sector em fase de completa reestruturação, implicando o reforço de meios materiais já em curso, com a sua sediação em Lisboa junto à DCITE e o reforço em meios humanos com capacidade para o tratamento centralizado de toda a informação pertinente.

Até ao fim do ano, teremos, pela primeira vez em Portugal, uma verdadeira informação centralizada e tratada respeitante aos processos de tráfico de droga. Deixámos de lado, finalmente, o verbalismo e estamos a actuar.

Srs. Deputados, o Governo tem a droga como o inimigo número um. Os portugueses também.

Estamos a fazer tudo para que os traficantes não tenham vida fácil em Portugal. A proposta de lei recentemente entrada nesta Assembleia, depois de amplamente discutida e aperfeiçoada, desde logo em debate na comissão, é mais um contributo sério para esse combate sem tréguas, e a apresentação pelo PSD de um projecto que recebeu clara influência da proposta governamental é um bom sinal de convergência nesta matéria.

Srs. Presidente, Srs. Deputados: Naturalmente que me debrucei em especial sobre as estruturas e formas de actuação da Polícia Judiciária, que é o que está a cargo do Ministério da Justiça. Mas deverá acrescentar-se que novos reforços e melhor estruturação são evidentemente também necessários em relação ao Ministério Público, a quem cabe a direcção do inquérito em processo penal.

Solicitei, por isso, ao Sr. Procurador-Geral da República, logo no início do meu mandato, um estudo visando a reformulação da lei orgânica desta magistratura. Há, efectivamente, também aí um défice organizacional, face a solicitações que aumentaram quantitativa e, sobretudo, qualitativamente.

Basta dizer que os DIAP, passados anos sobre a sua criação de facto, continuam sem base legal que defina a sua orgânica e funções. Também aqui, infelizmente, a «organização do crime» impõe novas respostas mais eficazes, sempre, naturalmente, com salvaguarda dos direitos dos cidadãos.

Dentre os novos desafios que estão colocados às magistraturas, entendo dever encarar-se de frente que o Ministério Público, que tem a seu cargo a defesa da

legalidade, possa ter os meios necessários para poder, de facto, levar a cabo as inspecções necessárias junto das forças policiais. Bem como entendemos ser necessário que aos magistrados seja dada notícia imediata das detenções efectuadas por meios rápidos de comunicação, hoje à disposição de qualquer esquadra de bairro.

O papel da Ordem dos Advogados na defesa dos cidadãos deve ser incentivado e poder fazer face às exigências da defesa digna e da presença do advogado mesmo antes do primeiro interrogatório, por isso está em preparação uma nova lei de acesso ao direito.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Como também e, paralelamente, será necessário rever a estrutura orgânica da Polícia Judiciária, trabalho já em curso e que espero poder estar concluído até Outubro do corrente ano.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A revisão do Código de Processo Penal, a cargo de uma comissão cujos trabalhos iniciaram no mês de Fevereiro, constitui o «terceiro pilar» do conjunto de reformas que modificarão por completo a situação actual da nossa política criminal e, sobretudo, do funcionamento dos tribunais criminais. Não pondo em causa a arquitectura do processo, a revisão tem como objectivo fundamental a identificação de todos os estrangulamentos processuais actualmente existentes — e são muitos —, bem como de todas as situações de insuficiente protecção de direitos e garantias fundamentais dos arguidos, como também das vítimas, com vista à formulação de soluções capazes de dotar a justiça penal de mais eficácia, mas também de mais garantias, onde o reforço de uma e de outras sejam necessárias.

Terei sido, Srs. Deputados, porventura, concreto demais na exposição que fiz sobre o que foi possível levar a cabo em poucos meses, em sectores fundamentais da luta contra a criminalidade. Pergunto-me sempre, no entanto, se os políticos poderão ser concretos demais no que dizem e na forma como o dizem, e chego sempre à conclusão de que é tempo de começarem a largar o domínio da abstracção — e direi, parafraseando o meu colega da Administração Interna, da retórica da trapalhada ou da trapalhada retórica —, campo aberto à prática da retórica, para entrarem mais no domínio das realidades.

Por isso, falei da autoridade do Estado, mas dando conta de como no terreno da actuação a autoridade se afirma e se legitima.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.^{as} tirarão as vossas conclusões.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — O Governo está convicto de ter cumprido, no tempo que leva de exercício as suas obrigações, em matéria tão sensível, como disse o Sr. Deputado Pacheco Pereira, o seu Programa, legitimado pela confiança do povo português.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Guilherme Silva, José Magalhães e Carlos Encarnação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, ouvi atentamente a sua intervenção e penso que ela não está muito desfasada da análise feita por um jornal semanário acerca do seu sector, a propósito dos sete meses de Governo, e que se sintetizava na seguinte frase: «O Ministério da Justiça fechou para balanço»!

O Sr. Ministro da Justiça: — Talvez fosse bom que fechasse, para se ver o que lá deixaram!...

O Orador: — Parece-me bem que sim! A intervenção de V. Ex.^a tentou ser o relatório do exercício anterior e pouco disse de concreto relativamente a uma actuação eficaz, por parte do Governo, nestas áreas. Estamos ainda em tempo de balanço, e isso deve-se àquela ligação excessiva que VV. Ex. ^{as} têm com o passado — a tendência de julgar o passado, de trazer aqui o passado e o anterior Governo — e de que não há maneira de se libertarem!

Em todo o caso, devo dizer que algumas das questões que V. Ex.^a aqui colocou deixaram-me preocupado. Digo-o, porque, bem ou mal, naturalmente com falhas, o governo e o ministro da justiça anteriores sempre nos asseguraram a não interferência no âmbito interno dos processos da Polícia Judiciária e das organizações parajudiciais. A forma e o entusiasmo que V. Ex.^a manifestou em relação a certo tipo de processos leva-me a recuar que o Governo esteja a ter a tentação de dar directivas de prioridade a este ou aquele processo, relativamente a este ou aquele arguido!

O Sr. José Magalhães (PS): — Ó Sr. Deputado!

O Orador: — Há o receio de que o Governo possa estar a cair nessa tentação, e V. Ex.^a esteve paredes-meias com uma matéria muito delicada. Porquê dar prioridade à corrupção e não aos homicídios? Porquê dar prioridade aos homicídios e não ao combate à droga? Essa é, repito, uma questão muito delicada e na qual o Governo não deve interferir. Uma coisa é dotar de meios, outra coisa é estabelecer uma gestão política dos processos, ou uma gestão prioritária deste ou daquele processo, que não cabe ao Governo nem ao Ministro da Justiça, antes é algo que atenta contra o princípio da separação de poderes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Espero de V. Ex.^a um esclarecimento que nos deixe tranquilos quanto a este receio que, implicitamente, as suas palavras deixaram aqui «cair».

Num debate sobre a autoridade do Estado, o princípio da separação de poderes é sagrado, Sr. Ministro da Justiça! Essa preocupação paira sobre a sua intervenção, por isso aguardo um esclarecimento do Sr. Ministro para tranquilidade de todos nós.

Referiu ainda V. Ex.^a que foi encontrar cinco agentes no sector do combate à corrupção. Pergunto: quantos agentes colocou o actual Ministro da Justiça nessa área e onde os foi buscar? Qual foi a área que ficou, eventualmente, desprevenida ou menos guardada?

Esclareça-nos também sobre esse aspecto particular. Aliás, aproveito para lembrar que foi o Governo anterior que trouxe uma proposta a esta Assembleia no sentido de dotar a Polícia Judiciária de meios técnicos na área contabilístico-financeira, relativa aos desvios de fundos e aos crimes praticados nessa área.

O Sr. Presidente: — Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: — Termine já, Sr. Presidente.

Queria apenas falar de uma situação concreta que, eventualmente, V. Ex.^a não conhecerá, mas que dá bem a ideia da situação de laxismo de autoridade que se vive em Portugal.

Na noite de sábado para domingo, dois navios que se encontravam no porto de Viana do Castelo saíram, apesar de um deles estar arrestado pelo tribunal daquela comarca e do outro não estar desembaraçado, sem que tenha havido qualquer actuação das autoridades marítimas. Quero saber como V. Ex.^a vai «descalçar esta bota» perante o tribunal onde isso aconteceu!

Por último, quero saber como é que o Sr. Ministro da Administração Interna vai falar aos nossos parceiros comunitários sobre o laxismo das nossas fronteiras!

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, numa interpelação organizada pelo PSD, ficámos a saber qual é a preocupação do PSD: uma questão e meia minudente, a fuga às responsabilidades e uma total falta de autoridade moral para fazer críticas ao Governo neste ponto — menos ainda, quando é o Sr. Deputado Guilherme Silva a fazê-las, dada a sua próxima conexão com o presidente de um governo regional que, ainda há poucos dias, se ingeriu no funcionamento de uma instituição de segurança, a propósito dos incidentes ocorridos na Ponta do Sol, gabando-se de ter intervindo directamente nessa matéria.

Protestos do Deputado do PSD Guilherme Silva.

Aí, sim, com grande ingerência descabida, Sr. Deputado! Queixar-se do medo de ingerência é prosélito de quem tem ingerências quase impensáveis e é um dos «pais» da lei monstruosa que cria um processo acelerado para os crimes pseudopraticados por jornalistas. O Sr. Deputado tem, portanto, uma autoridade «danada» nesta matéria.

A preocupação que o Sr. Ministro da Justiça aqui nos transmitiu e as contas que prestou perante o Plenário — é justo que seja dito — é algo que acontece pela primeira vez na matéria melindrosa da criminalidade económica. Gostaria, por isso, de registar esse facto com muito apreço, em nome da bancada do PS.

Com efeito, anos a fio, pedimos ao Ministro Laborinho Lúcio que nos informasse sobre processos que corriam o risco de prescrição; alertámos, sem qualquer resultado, para o risco de determinados processos não serem investigados e nunca obtivemos uma resposta cabal e adequada e, menos ainda, uma informação quantificada como aquela

que V. Ex.^a aqui nos prestou. Pode ser acusado, por isso, de ter um vezo de intervenção na actividade investigatória da Polícia Judiciária? Creio que esta atitude representa, isso sim, uma ruptura radical com o espírito de Pilatos, aquele que fazia uma retórica de combate à criminalidade em abstrato, quase poética, quase lírica, sumamente teatral e, depois, em relação aos meios concretos, às peritagens, aos computadores necessários, às articulações com as instâncias internacionais, traduzia-se num olhar para o ar e no dizer «tudo está a ser tratado».

Sr. Ministro, ainda bem que isso acabou, e não temos qualquer receio de que V. Ex.^a tenha um vezo totalitário — nem nós deixaríamos de estar vigilantes se, alguma vez, tal coisa pudesse passar pela cabeça de qualquer membro de qualquer Governo da nova maioria!

As questões concretas que gostaria de dirigir-lhe, Sr. Ministro da Justiça, dizem respeito ao núcleo de preocupações que aqui nos trouxe.

Estamos inteiramente de acordo com a prioridade dada ao combate à droga e daremos prioridade máxima à aprovação da lei que V. Ex.^a nos trará e defenderá perante o Plenário, dentro de dias.

Por isso, gostávamos de saber o que é que o Sr. Ministro pensa sobre as consequências das quatro medidas, cuja adopção urgente é preconizada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Quanto à primeira, a de dar a natureza de crimes públicos a determinadas infracções e abusos cometidos por membros das forças de segurança, creio que ela reunirá grande consenso nesta Câmara, visto estar na linha de uma determinada política que, aliás, suponho, também estará prevista em relação a outras matérias, na revisão do Código de Processo Penal.

Creio, Sr. Ministro, que não haverá nenhum inconveniente em antecipar esta matéria, mas gostaria de saber como é que enquadra esta medida na revisão de fundo que V. Ex.^a está a planejar do Código de Processo Penal, uma vez que entendo que deveria haver articulação nesse ponto de vista. É essa a opinião da nossa bancada.

Em segundo lugar, quanto às medidas de controlo efectivo das polícias, gostaria que nos dissesse em que estado está o processo de aplicação dessas medidas, uma vez que o Ministério Público tem apresentado propostas e existem dificuldades de carácter técnico na sua concretização.

Em terceiro lugar, quanto ao reconhecimento à Ordem dos Advogados do poder de intervenção para aplicação das normas sobre detenções, sabemos que existem grandes dificuldades. Por essa razão não apresentámos um projecto de lei, antes enunciámos um princípio e gostaríamos de colaborar com o Governo, de forma institucional, para saber até que ponto é possível concretizar esse princípio realisticamente.

Por último, Sr. Ministro, a matéria de insuportável incumprimento da Lei n.º 61/91, sobre protecção das mulheres. Esta lei foi aprovada por unanimidade e, no seu Ministério, a actividade da PJ já a tem conta, em vários aspectos. Estão, no entanto, por cumprir várias normas dessa lei, designadamente as de protecção das mulheres. E este é um ponto crucial, Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Guilherme Silva pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Para fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Dar-lhe-ei a palavra depois das respostas do Sr. Ministro da Justiça.

Como o Sr. Ministro responderá em conjunto aos vários pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, aquilo que mais me impressionou na sua intervenção foi a humildade com que a fez. Para V. Ex.^a, de facto, tudo o que se fez anteriormente não passou de nada, de coisa nenhuma, de zero.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Parecia o João Soares!

O Orador: — V. Ex.^a iniciou agora as suas funções, é natural que esteja entusiasmado por estar a tomar conta de um ministério, e de um ministério importante como o seu, mas isso, Sr. Ministro, convenhamos, não é um cartão de recomendação para esquecer o que se fez antes.

Vou apenas tentar recordar-lhe duas ou três coisas, para as quais peço a sua atenção e a sua confirmação, no sentido de saber se alguma dessas coisas foi ou não útil.

O Sr. Ministro, há pouco, falou de um diploma que, entre outras coisas, criou as unidades conjuntas de informação. V. Ex.^a entende que este diploma era ou não essencial, na economia de esforços de combate à droga? Entende ou não que era muito difícil elaborar este diploma?

O Sr. José Magalhães (PS): — Mas era letra morta!

O Orador: — Sr. Ministro, este mesmo diploma institucionalizava também as brigadas anticrime e essas entraram em funcionamento. V. Ex.^a entende que era ou não essencial estas brigadas anticrime entrarem em funcionamento, contra a pequena criminalidade ligada ao tráfico de droga? V. Ex.^a, Sr. Ministro, entende ou não que os esforços feitos, quer em relação à Europol/Drogas, quer em relação à Convenção de Schengen, são positivos e merecedores da sua atenção, enquanto Ministro da Justiça? V. Ex.^a, Sr. Ministro, entende ou não que os esforços feitos por anteriores governos em relação à criação da rede dos oficiais de ligação de todas as polícias e não apenas da Polícia Judiciária, contribuíram eficazmente, com diplomas aprovados ainda no ano transacto, para a efectivação dessa rede entre forças de países amigos, a qual é absolutamente essencial para o combate à droga?

Por último, Sr. Ministro, depois de fazer este exame de consciência em relação a estas questões que V. Ex.^a omitiu ou tratou de uma forma um pouco ligeira, do meu ponto de vista, gostava que me respondesse a duas questões concretas relativas à sua actividade futura, a primeira das quais diz respeito a si próprio, e também tem atinências com o Sr. Ministro da Administração Interna, e a outra é uma interligação perfeita.

O que lhe pergunto é o seguinte: para quando os tribunais de turno?

O Sr. Ministro da Justiça: — Essa proposta está cá há três meses!

O Orador: — Não é isso que diz o Sr. Presidente da Comissão!

O Sr. Ministro da Justiça: — Está cá há três meses!

O Orador: — O Sr. Presidente da Comissão disse, há pouco, ao meu colega Guilherme Silva que ainda não chegou à Comissão. E, certamente, V. Ex.^a entende que esse diploma é absolutamente essencial.

Em segundo lugar, quero suscitar um problema que se arrasta ao longo do tempo e para o qual as leis orgânicas da PSP e da GNR apontam uma solução que ajudaria muito o Sr. Ministro da Administração Interna, que é o do serviço aos tribunais. V. Ex.^a e o Sr. Ministro da Administração Interna já chegaram a algum entendimento sobre isso? Já fizeram algum diploma que resolvesse essa questão? Já tentou poupar agentes às forças de segurança para as «lançar» nas ruas? Já tentou, V. Ex.^a, reequilibrar a relação entre os orçamentos do Ministério da Justiça e do Ministério da Administração Interna? Já se deu conta, V. Ex.^a, de que há uma transferência de encargos do Ministério da Administração Interna para o Ministério da Justiça de cerca de seis milhões de contos por ano? E já pensou, V. Ex.^a, em resolver esse problema?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder aos três pedidos de esclarecimento formulados, dispondo para o efeito de cinco minutos, tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começo por responder ao Sr. Deputado Carlos Encarnação, talvez porque tenha sido mais vivo. E suponho que não estará a sentir-se afrontado, o que muito me penalizaria.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — V. Ex.^a deixa o mais difícil para o fim!...

O Orador: — Sr. Deputado Carlos Encarnação, vou fazer-lhe uma confissão sobre uma das maiores surpresas que tive, desde que ocupei este cargo. Muitas pessoas chegavam ao pé de mim e diziam: «Sr. Ministro, este tribunal já está criado há cinco anos». Eu respondia: «Mas olhe que nem tem edifício». E ouvia, em resposta: «Não, mas está criado».

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Como as esquadras!

O Orador: — Depois, chegava outra pessoa e dizia, por exemplo: «Polícia Judiciária em tal sítio já tem seis anos». Eu respondia: «Ó homem, mas nem há edifício!». Respondiam: «Mas está criada!».

O Sr. Ministro da Presidência (António Vitorino): — Era realidade virtual!

O Orador: — Bom, Sr. Deputado, tive um conjunto de enormíssimas surpresas que redundam no seguinte: uma enorme admiração pela capacidade legiferante da antiga maioria e uma nula admiração pela capacidade de actuar no terreno da antiga maioria, que era igual a zero.

Protestos do PSD.

E, Sr. Deputado, parafraseando o Sr. Deputado Pacheco Pereira, vou dizer-lhe o seguinte: quando chegar a esta tribuna e fizer o elogio de VV. Ex.^{as} ou do vosso Governo, VV. Ex.^{as} ficarão preocupados, mas eu ficarei preocupadíssimo.

Risos do PS.

Sr. Deputado, não venho aqui para fazer o elogio daquilo que os senhores fizeram em 10 anos. E fizeram várias coisas.

Vozes do PSD: — Não chegava o tempo! Era preciso muito mais tempo!

O Orador: — Vim aqui para dizer, repetir e convidar V. Ex.^a a negar que, em matéria de informação sobre droga, o que estava feito era igual a zero.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Essa agora!

O Orador: — Sr. Deputado, se me permite, agora estou eu a falar. Não interrompi V. Ex.^a e V. Ex.^a é um Deputado cumpridor das regras regimentais, pelo menos tenho-o nessa conta. A não ser que V. Ex.^a tenha mudado nestes últimos tempos...

Como estava a dizer, em matéria de informação, o NIB era um nome, aquilo que os juristas designam por um *nomen juris*, mais nada.

No que diz respeito às unidades de intervenção conjunta, como V. Ex.^a bem sabe, existia zero, não havia nem um papel. Às vezes, podia haver um papel! Mesmo que as unidades não existissem, poderia haver um papel, mas nem isso.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Um papel com alguma dignidade!

O Orador: — Agora estão feitas, Sr. Deputado! Daqui a um mês estão no terreno.

Em relação aos oficiais de ligação, V. Ex.^a percebeu mal. V. Ex.^a deve ter ficado tão estupefacto que está a falar dos oficiais de ligação europeus. Não, Sr. Deputado! Não foi isso que eu disse! O que vamos ter é oficiais de ligação em Portugal, para troca de informações, coisa que os senhores nunca desenvolveram no terreno. E, Sr. Deputado, fica V. Ex.^a convidado para ir ver a informação sobre droga que existia nos computadores da Polícia Judiciária. Vá lá ver, Sr. Deputado, que não perde muito tempo, porque não está lá nenhuma! V. Ex.^a entra a porta e sai!

Risos de alguns membros do Governo e do PS.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Isto é demolidor!

O Orador: — Sr. Deputado Guilherme Silva, já há muito tempo que não tinha o prazer de dialogar com V. Ex.^a. Ora, V. Ex.^a tem uma suprema habilidade para dizer as coisas em que não acredita com um ar de grande convicção.

Risos.

É uma habilidade que lhe fica bem, Sr. Deputado, e que admiro há muitos anos, só que nos cria um problema:

nunca sabemos quando V. Ex.^a está a falar a sério ou a brincar.

Aplausos do PS.

Seja como for, Sr. Deputado, levo a sua primeira intervenção à conta de brincadeira, pelo menos desta vez.

Risos do PS.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Mas faz mal, Sr. Ministro!

O Orador: — Sr. Deputado, o entendimento que tenho das minhas obrigações é o de colocar à ordem do Ministério Público, que dirige o inquérito, e das polícias, concretamente da Polícia Judiciária, os meios essenciais para que aquilo que é dito seja aplicado no terreno.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Antigamente, Sr. Deputado, chegava-se aqui, deitava-se uma girândola de foguetes e, depois, no terreno, os processos prescreviam.

Se V. Ex.^a tiver alguma coisa contra este meu procedimento, agradeço que me diga, para que o possa rever.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Ainda é cedo! V. Ex.^a ainda está só a traçar uma linha de rumo!

O Orador: — Por isso é que digo que, desta vez, o Sr. Deputado estava a brincar.

Risos do PS.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Vamos ver mais tarde!

O Orador: — É nítido que estava a brincar! Sabe por que é que lhe digo isto? Porque convivemos aqui uma legislatura inteira, eu conheço-o e o Sr. Deputado conhece-me!

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Relativamente bem!

O Orador: — Portanto, só posso admitir como uma brincadeira, não direi de mau gosto, porque é o seu papel. É a tal coisa: V. Ex.^a diz as coisas em que não acredita, com um ar de grande convicção. Fica-lhe bem, é um grande parlamentar, os meus cumprimentos.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Não deixo ficar mal os antigos Deputados da oposição!

O Orador: — Sr. Deputado, estou sempre à vontade para fazer o elogio dos meus opositores, e V. Ex.^a sabe disso muito bem.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Não percebeu!

O Orador: — Não posso exagerar, como o Sr. Deputado Carlos Encarnação pretendia, e ir à tribuna fazer o elogio da antiga maioria, do PSD e, obviamente, do Sr. Deputado Carlos Encarnação.

Risos do PS.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — O Ministro da Justiça tem de ser justo!

O Orador: — Faço o possível, Sr. Deputado, faço o possível! Não direi que faça o impossível, mas o possível faço!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, terminou o seu tempo e não aceito diálogo directo, porque, senão, não tem mesmo mais tempo nenhum.

O Orador: — Sr. Presidente, peço desculpa. A vida parlamentar, às vezes, ganha com estes diálogos directos, mas V. Ex.^a tem toda a razão.

O Sr. Presidente: — O Regimento é que nunca ganha, Sr. Ministro! Faça o favor de prosseguir.

O Orador: — Sr. Presidente, fui ligeiramente indisciplinado e, por isso, peço desculpa.

O Sr. Presidente: — Não foi nada, Sr. Ministro. Faça favor de prosseguir.

O Orador: — Sr. Deputado José Magalhães, agradeço as suas perguntas, porque são fáceis de responder.

Vozes do CDS-PP e do PCP: — Com certeza!

O Orador: — Não! São fáceis, porque respondo a todas com um «sim».

Nesta Assembleia, sempre defendi a qualificação de crimes públicos para os crimes cometidos pelas forças de segurança. Aliás, suponho até, se não estou em erro, que assinei o meu nome num papel nesse sentido. Portanto, está V. Ex.^a assegurado do meu apoio nessa matéria.

No que diz respeito à intervenção do Ministério Público e da magistratura judicial no controlo e inspecção das forças de segurança, Sr. Deputado, no meu discurso referia que entendo que temos de criar mecanismos, sobretudo e de início, nas comarcas e nas esquadras ou postos policiais que estejam em zonas de maior risco — e todos sabemos que são as periferias das grandes cidades de Lisboa e Porto. Penso que é esse o caminho e o Ministério Público dará um contributo muito positivo nessa matéria.

Já no que diz respeito à Ordem dos Advogados, também a referi, mas não esconde que a dificuldade é maior, porque implicaria que, mesmo sem haver o primeiro interrogatório, estivessem presentes advogados. Penso que isso exigirá muito das nossas capacidades actuais e até da própria Ordem, mas, no entanto, é manifestamente esse o caminho, temos de o trilhar e temos de começar, como já disse, por proceder à reforma da lei do apoio judiciário nesse sentido.

Relativamente à lei de protecção das mulheres vítimas de crimes, como V. Ex.^a referiu, na Polícia Judiciária, por enquanto, que eu saiba, infelizmente, apenas em Lisboa existe uma delegação da Associação de Apoio à Vítima — estive lá, com muito prazer, a inaugurar-lá —, que, segundo a informação que tenho, tem tido uma actividade muito meritória nos últimos meses.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, peço desculpa, mas tem de terminar.

O Orador: — Vou já terminar, Sr. Presidente.

Por mim, Sr. Deputado, darei todo o apoio a todas as medidas que possam não direi terminar com esse flagelo da violência sobre as mulheres e também sobre as crianças mas, pelo menos, criar algumas vias de escape e de resolução desses gravíssimos problemas.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para fazer uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado José Magalhães, quando interveio, disse que não tinha quaisquer elementos sobre a situação dos processos anteriormente a este Governo.

Lembro que, regularmente, a Procuradoria-Geral da República fazia uma inspecção à Polícia Judiciária e mandava para a Assembleia um relatório detalhado sobre essas situações, designadamente sobre os vários processos, mas, obviamente, como se compreenderá, sem a relação de elementos reservados.

Peço ao Sr. Presidente que recomende aos serviços que facultem esses relatórios ao Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Não é necessária a recomendação, é um direito do Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, peço para usar da palavra ao mesmo título que o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, considero altamente sintomática a contribuição dada pelo Sr. Deputado Guilherme Silva, que consistiu em dizer que tudo aquilo que foi pedido ao Governo não foi dado, mas a Procuradoria-Geral da República tem um relatório onde consta isso tudo.

O Sr. Deputado esqueceu-se de dizer duas coisas: primeiro, que o último relatório nunca foi enviado, apesar dos nossos esforços desesperados, tendo sido invocadas umas questões...; segundo, a análise feita pelo Sr. Ministro, designadamente a que denuncia a total ausência de levantamento nacional dos processos por fraude e desvio de fundos europeus, o risco de prescrição em muitos processos negociais, o défice de peritos, a instabilidade do pessoal de investigação, a carência de formação de pessoal e a ausência de ligações com estruturas internacionais, não foi desmentida pelo Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: — E não desmentiu porquê? Porque é verdade! Não peço à Mesa que ensine ao Sr. Deputado Guilherme Silva aquilo que ele muito bem sabe e que, com pouca frontalidade, não nos diz.

O Sr. Presidente: — Para que efeito pediu a palavra, Sr. Deputado Guilherme Silva?

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado referiu-se aos processos tal como eu, mas

o que lamento é que o Sr. Deputado se coloque numa posição que levante os receios de há pouco.

E evidente que deve ser o Governo a fornecer esses elementos sob pena de...

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Factos recentes, intoleráveis, trazem de novo a questão da política de segurança interna para a ordem do dia.

O hediondo crime cometido no quartel da GNR de Sacavém e a tragédia ocorrida no Estádio Nacional não podem ser tratados como casos isolados, sob pena de se perder de vista toda uma concepção de política de segurança interna e de actuação das forças policiais, que faz com que casos como estes tenham ocorrido no passado, continuem a ocorrer e possam continuar a ocorrer no futuro.

É que não foi este o primeiro caso de homicídio cometido em instalações de forças policiais. Todos temos presente o caso da esquadra da PSP de Matosinhos em que até os mais altos comandos procuraram ocultar o homicídio, apelidando-o, em comunicado oficial, de suicídio. Todos temos conhecimento dos inúmeros casos que são denunciados, de agressões, de abusos de autoridade e de atropelos a direitos dos cidadãos, cometidos por elementos das forças policiais.

Esta situação é intolerável. Não podemos aceitar que os cidadãos, que vivem diariamente confrontados com o aumento da criminalidade e que, justamente, aspiram a mais e melhor segurança, tenham também de se confrontar com uma lógica de actuação policial assente numa cultura de violência e de impunidade, que semeia entre os cidadãos sentimentos compreensíveis de desconfiança e receio perante a actuação das forças policiais.

Não ignoramos as dificuldades de actuação das polícias, com meios exígues e com um dispositivo inadequado para fazer face a uma criminalidade crescente e cada vez mais sofisticada e violenta. Mas não aceitamos que essas dificuldades possam ser apresentadas como justificação para práticas violadoras de direitos fundamentais dos cidadãos.

Só uma relação de proximidade e confiança entre a polícia e os cidadãos pode permitir o cumprimento adequado das funções policiais e garantir a tranquilidade e a segurança. Pensar que a eficácia das polícias exige o recurso à violência indiscriminada e o atropelo de direitos fundamentais é próprio de quem tem uma concepção repressiva e autoritária da actuação policial. Desgraçadamente, é essa a lógica que tem imperado e que o Governo não teve ainda a coragem ou a vontade de alterar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Dirá o Sr. Ministro da Administração Interna que herdou uma situação dramática em matéria de segurança, por responsabilidade dos governos PSD. E é verdade. Os governos PSD são responsáveis por opções de política de segurança interna profundamente erradas e condenáveis: a política de super-esquadras e de concentração de efectivos que agravou a situação de insegurança dos cidadãos; a afilítica carência de meios

materiais e humanos ao dispor das forças de segurança; o fecho de esquadras inquestionavelmente necessárias; a não abertura de esquadras de há muitos anos reivindicadas e prometidas; a ocupação de efectivos policiais em milhares de diligências judiciais com prejuízo das suas missões próprias; o envolvimento das forças de segurança na repressão da contestação social; a concepção militarizada das forças policiais, com uma GNR sujeita a um retrógrado estatuto de força militar e com uma PSP sujeita a comandos militares; uma concepção autoritária da organização das forças de segurança, com a repressão das formas de expressão associativa dos seus profissionais e a perseguição política dos seus dirigentes sob a capa de procedimentos disciplinares; a falta de normas deontológicas da actuação policial e de formação cívica dos respectivos agentes.

Só que o que hoje importa questionar, passados todos estes meses sobre a tomada de posse do actual Governo, é o que foi feito para alterar estas situações. Praticamente nada!

Perante uma situação gravíssima de insegurança dos cidadãos e perante actuações intoleráveis das forças policiais, o Governo passa longos meses a reflectir reestruturações e soluções, mas não reestrutura nada nem encontra soluções concretas para coisa nenhuma.

A política de super-esquadras, no essencial, mantém-se. Muitas das esquadras encerradas não reabriram. Subsiste a opção pelos postos de atendimento como meros receptores de queixas sem quaisquer possibilidades práticas de intervenção. As polícias continuam a distribuir notificações. Mantém-se a natureza militar da GNR. Permite-se que os altos comandos militares da PSP tomem atitudes que agravam e desautorizam o próprio Governo. Continuam os processos disciplinares contra dirigentes associativos dos profissionais de polícia.

A lógica militarizada e repressiva da organização e da actuação policial permanecem intocadas. As polícias continuam a agredir cidadãos com o aplauso dos comandos e o embaraço do ministro. Continuam desgraçadamente as agressões e até os homicídios nas esquadras. Continuam os cidadãos a braços com a insegurança perante a criminalidade e a desconfiança perante as polícias, enquanto se anunciam medidas, não para alterar decisivamente este estado de coisas, mas para criar novas sanções para os cortes de estradas.

O Governo, em vez de se preocupar em melhorar a qualidade da actuação policial e em tomar medidas que garantam maior proximidade entre as polícias e os cidadãos, preocupa-se em elaborar legislação intimidatória e repressiva, prevendo o agravamento da contestação social à sua política.

O Sr. Ministro da Administração Interna, como qualquer outro membro do Governo, só terá credibilidade para atacar o anterior governo do PSD, ou para se lamentar da pesada herança que recebeu, quando tiver feito algo de substancialmente diferente do que faria o PSD se ainda fosse Governo. Só que isso ainda não aconteceu.

Não basta ao Governo lamentar-se da grave situação em que o PSD deixou o País e depois deixar tudo na mesma. É um verdadeiro absurdo que o Sr. Ministro da Administração Interna deixe de tomar medidas que se impõem com o alegado receio de criar instabilidade, quando a instabilidade entre os polícias e entre os cidadãos existe precisamente pela ausência de uma política que modernize as forças de segurança, que lhes dê meios de actuação, que corresponda às legítimas aspirações dos seus

profissionais, que dê resposta ao justo anseio das populações de ter uma vida mais segura e tranquila, com menos receio dos marginais e com mais confiança nas polícias.

Agora, se o Governo se limitar a criticar o Governo anterior, mas continuar a seguir-lhe as pisadas, não pode aspirar a obter resultados diferentes.

O que é preciso, de uma vez por todas, é aproximar as polícias dos cidadãos, dotá-las de uma cultura democrática, pautar o relacionamento entre os polícias e os cidadãos pela observância de um código deontológico da actuação policial, pôr de parte uma lógica repressiva de actuação, que atenta contra os direitos dos cidadãos, pôr termo ao estatuto militar da GNR e à subordinação da PSP aos comandos militares, respeitar a dignidade profissional dos elementos das forças de segurança e garantir-lhes direitos de participação profissional sem perseguições ilegítimas, dotar as forças de segurança com meios suficientes e adequados, e envolver o seu dispositivo em missões de prevenção da criminalidade e de garantia da segurança e tranquilidade das populações.

É necessário também encontrar formas de incentivar a participação adequada das comunidades locais e das autarquias na discussão de soluções para os problemas de segurança, através da aprovação, na especialidade e em votação final global, sem mais demoras, da lei sobre os conselhos municipais de segurança dos cidadãos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Em suma, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a situação do País, em matéria de segurança interna, continua a ser muito grave. Perante o fracasso da política de segurança do governo PSD, impõe-se a sua profunda alteração, em vez de uma política de meias palavras e de hesitações que só contribuem para agravar os enormes problemas existentes.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A autoridade do Estado, quando ligada ao exercício legítimo do poder, representa uma dimensão essencial da vida em comum de todo um povo.

De facto, apenas a autoridade do Estado, plenamente exercida, poderá garantir quer o usufruto quer o exercício da liberdade de todos e de cada um. E apenas ela se poderá constituir como barreira eficaz à proliferação, caótica e desordenada, de movimentações tendentes ao aumento de poder e de espaço de manobra de uma miríade de grupos de interesses.

É importante que esses grupos de interesses existam e se estruturem. Eles são o sinal inequívoco de uma sociedade viva. Mas é igualmente importante que esses grupos encontrem limites à sua actuação. Limites que devem ser impostos pela comunidade através, precisamente, da autoridade do Estado, na sua representação legítima dessa mesma comunidade.

Um partido que ganha eleições, governa em nome da maioria do povo. Uma maioria que, com base num programa de acção, lhe conferiu um mandato. Esse

mandato é para ser cumprido de forma clara, com bom senso, mas sem tibiezias ou hesitações. Um governo não é uma academia, um grupo de reflexão, um seminário permanente, muito menos uma tertúlia.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Um governo é, terá de ser, fonte de decisões oportunamente tomadas e pontualmente executadas, independentemente dos grupos de pressão que eventualmente se lhes oponham, porque há sempre oposição a qualquer decisão que um governo tenha de tomar.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Decidir implica sempre decidir contra alguém ou contra alguma coisa. Há sempre interesses atingidos por uma decisão. Mas o interesse a preservar, sempre e em qualquer circunstância, é o interesse da comunidade, é o interesse geral. E é interesse fundamental da comunidade o de saber que as legítimas decisões do poder político são executadas. E só acolhendo este interesse fundamental o Estado terá direito ao respeito dessa mesma comunidade e só assim se dará ao respeito.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Lamentavelmente, não é o que se passa, não é o que se tem passado, hoje, como nos últimos anos. As decisões, quando as há, são tomadas tarde e com significativos desvios em relação ao seu plano inicial e a sua execução, se chega a existir, é titubeante e sofre de novos desvios. Assim, agora como nos últimos anos, entre o início de uma decisão e a sua eventual execução final existem desvios, por vezes de tal ordem que aquilo a que se chega é completamente diferente daquilo de que se partiu. E aquilo a que se chega é de tal forma desvirtuado que não faz sentido e fica sem aplicação prática.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A legítima autoridade do Estado tem, sistematicamente, fracassado, frente a outras autoridades ilegitimamente concorrentes. Senão, vejamos alguns exemplos práticos.

Há anos que os clubes de futebol gozam da mais inacreditável impunidade fiscal.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — O governo do PSD, senhor de duas maioria absolutas, começou por fechar os olhos. Tarde e a más horas, decidiu. Vem agora o Governo do PS e toma uma decisão, qual seja a de dizer que não perdoa a dívida fiscal, mas dá dinheiro para pagar essa dívida. Esta não é uma decisão mas um fraco e condenável simulacro de decisão.

Há anos que o governo do PSD, senhor de duas maioria absolutas, decidiu reformar a Administração Pública. Ora, a Administração Pública continua uma máquina tão avantajada, ineficaz e ineficiente, como o era à data da decisão. O Governo do PS decidiu também reformar a Administração Pública e como método, criou as chamadas «mesas de discussão». Tudo continua na mesma!

Há anos que o governo do PSD, senhor de duas maioria absolutas, decidiu limitar o ruído ambiente. Deu

à estampa legislação mais completa e pormenorizada do que em qualquer outro país europeu, e contentou-se com isso. O ruído piorou. Que irá fazer o PS? Mesas de discussão, porventura! E nessas mesas, numa reunirá motociclistas, noutra donos de discotecas, noutra ainda vizinhos barulhentos. Enquanto isso, milhares de portugueses continuam a questionar a autoridade do Estado e a sofrer dos ouvidos.

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Há anos que o governo do PSD, senhor de duas maiorias absolutas, decidiu que era justo que os utilizadores do serviço de ensino superior público deveriam arcar com uma pequena parte dos custos desse serviço, pagando propinas. Confrontado com a imediata reacção corporativa das universidades, demitiu o ministro voluntarista, substituiu-o por outro que criou legislação inaplicável na prática e, por fim, esqueceu-se do assunto. Que fez o Governo do PS? Revogou a tal legislação inaplicável, enquanto vai dialogando, sabe-se lá com quem e até quando...

Há anos que o governo do PSD, senhor de duas maiorias absolutas, decidiu aumentar as portagens na ponte sobre o Tejo. Depois de umas dúzias de buzinadelas, as portagens recuaram. Decidiu também fazer uma auto-estrada Braga-Valença. Só que algures, ninguém queria a auto-estrada a atravessar-lhe os campos. E anda há dois anos, atirada de um campo de milho para outro de pastagens, sem encontrar um traçado definitivo. Enquanto isso, centenas de milhar de portugueses arriscam a vida e a paciência, todos os anos, na sobrelotada, obsoleta e perigosíssima EN1.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Infelizmente, o universo dos exemplos possíveis de falta de autoridade do Estado é inesgotável. Como é inesgotável a pusilanimidade, a indecisão e a falta de coragem do Governo que temos e dos últimos governos que tivemos em exercer a autoridade do Estado. Como é, ainda, inesgotável a capacidade de resistência, de manobrismo e de chantagem dos inúmeros sindicatos de interesses que, por todo o lado, tentam impor os seus interesses particulares aos interesses gerais da comunidade.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Mas eles, eles cumprem o seu papel, cumprem o mandato que receberam ou a si próprios se impuseram. Quem não cumpre o seu papel, quem não honra o seu mandato, são os governos que temos e que temos tido e que têm claudicado no exercício da autoridade do Estado.

Este Parlamento tem apenas uma Câmara, esta onde nos encontramos e onde é suposto serem feitas as leis. A câmara corporativa foi extinta. É importante, contudo, que essa extinção não tenha sido apenas formal e que ela não continue presente como cada vez mais parece, um pouco por todo lado, assumindo poderes que apenas são nossos, do Governo e dos tribunais.

É indispensável repor a autoridade do Estado. Com bom-senso, mas com eficácia. É importante que a comunidade sinta que o poder que delegou existe e é exercido. E, assim sendo, que confirmem a sua crença nas instituições e no poder democrático.

Lamento imenso, Sr. Ministro da Administração Interna e Sr. Ministro da Justiça ter falado, porventura, de um tema mais complexo relacionado com a autoridade do Estado do que apenas a questão das polícias e dos tribunais. O defeito é de quem delimitou o tema da interpelação e, finalmente, a veio aqui hoje reduzir a um tema que, verdadeiramente, parece que o queria que fosse era uma interpelação directa aos Srs. Ministros da Justiça e da Administração Interna. Entendemos, porém, que embora, porventura, sem a vontade do partido interpellante, poderíamos aproveitar este momento para enriquecer a própria interpelação que o PSD, pelos vistos, tentou fazer e não foi capaz.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É sabido que o Estado permanece para além dos regimes e dos governos que em cada momento histórico o integram. Mas é evidente que, em democracia, a alternância determina, saudavelmente, a mudança dos homens que, ciclicamente, servem os órgãos, directa ou indirectamente eleitos, do Estado.

Por isso, independentemente das diferenças de ideias e de projectos que cada qual tenha como melhor para a comunidade nacional, em democracia exige-se, tanto do Governo como da oposição, comportamento responsável e sentido de Estado. Dificilmente, hoje, no poder, terá essa atitude de responsabilidade e de sentido de Estado, quem, ontem, na oposição, não os soube ter.

Tenho para mim que a crise de autoridade democrática do Estado, hoje patente na sociedade portuguesa, filia-se antes de mais e constitui sequela da postura que o Partido Socialista teve enquanto oposição, postura esta que não conseguiu inverter e, em alguns aspectos, até agravou, agora que é governo.

São tantos e tão graves os actos deste Governo que põem em causa a autoridade e a credibilidade do Estado, que dei comigo a rememorar uma conhecida afirmação de Nietzsche, que passo a citar: «vêm muitos homens ao mundo! — o Estado foi inventado para os que são supérfluos».

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Era suposto que o PS, relativamente a questões de que fez bandeira, quando na oposição e que inscreveu sucessiva e solenemente, no contrato de legislatura, no seu programa eleitoral e no Programa do Governo e, em particular, nas questões que mais têm a ver com a própria organização do Estado, desse prioridade à sua implementação.

Mas o PS e o Governo adoptaram uma prática que não devemos deixar de, insistentemente, denunciar, qual seja a de proclamar uma coisa e fazer outra. Assim, as leis anteriores que não consagravam, com a amplitude desejada, as regras dos concursos para acceder aos lugares públicos não serviam, porém, o Governo e o PS utilizaram-nas para nomear as suas clientelas e só passados oito meses de intenso recrutamento partidário é que o Governo apresentou uma proposta de lei ao Parlamento, que apenas servirá para outro Executivo que venha a substituir este, e mesmo assim, mantém a porta aberta à clientela, em

detrimento dos funcionários com carreira na Administração Pública.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Paradigmáticas são também as acusações que o PS, e em especial o actual Secretário de Estado da Comunicação Social, fez aos modelos de gestão dos serviços públicos de rádio e de televisão e o repetido e solene compromisso de que este Governo iria assegurar a garantia de independência dos serviços públicos de televisão e de rádio, adoptando modelos de gestão de representatividade social nas respectivas empresas, nos termos dos quais uma parte maioritária dos seus gestores seria designada por um conselho representativo da pluralidade da sociedade civil e não pelo Governo

Vamos já no segundo conselho de administração da RTP, de nomeação governamental, e tudo leva a crer, pelo escandaloso aumento da compensação a título de serviço público para mais do dobro, ou seja, de 7 milhões para 14,5 milhões de contos e pelo carácter oficioso da informação dos canais públicos, tudo leva a crer, dizia, face a estes elucidativos indícios, que o Governo, também aqui, e mais uma vez, lá para o fim da legislatura quererá impor novas regras para o Executivo que lhe há-de suceder, apresentando, só então, uma proposta de lei de alteração da nomeação dos conselhos de gestão da rádio e da televisão.

Aliás, foram públicas as razões de demissão da Dr.^a Manuela Morgado da RTP, que, confessadamente, não suportou mais as interferências do Executivo, ficando patente, ao zangarem-se as comadres, a interferência do Executivo e do Conselho de Administração da RTP no âmbito da informação e da sua direcção.

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Como patente ficou nos casos da perseguição do jornalista Mário Crespo, por delito de opinião, seguida de desautorizante recuo, graças à intervenção desta Assembleia.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — É bom não esquecer!

O Orador: — Isto para não falar no cancelamento das entrevistas de Rui Mateus, da prova oral sobre a amnistia e na tentativa de golpe na autonomia dos centros regionais da Madeira e dos Açores, por via de uma simples ordem de serviço.

Dir-se-á que, nestes casos, um excesso de intervenção do Governo, por interferência abusiva no serviço público de televisão, traduz-se numa quebra da autoridade do Estado, que deve assegurar o pluralismo e a isenção que aquela intromissão governativa compromete.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Estas são, entre muitas outras já aqui denunciadas, algumas das preocupantes situações em que a autoridade do Estado é posta em causa pela mão abusiva do Governo, nuns casos, e pela mão omisa, noutras.

Mas, infelizmente, não é só no âmbito interno que tal acontece. Na verdade, o Governo, sem medir devidamente as consequências e com vista exclusivamente a tirar

dividendos políticos internos, inaugurou uma política de membro rebelde da União Europeia, uma política de voz alta e de resultado baixo.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Na verdade, ridicularizámo-nos como País e comprometeu-se uma inteligente e profíqua relação que Portugal mantinha com a Comissão Europeia. E os resultados estão à vista, como se escreveu num semanário, na análise dos sete meses do Governo: «Sem importar muito conhecer o tom de voz que o Ministro dos Negócios Estrangeiros empregou, o certo é que Portugal não conseguiu qualquer sucesso em negociações como os têxteis, a palmeta e o acordo comercial e de pescas com Marrocos».

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — É verdade!

O Orador: — Firmeza não é «estardalhaço» para consumo interno! Não subserviência e diplomacia, não são «berros» para português ouvir! E as sequelas dessa pseudo-política de «mурro na mesa» estão patentes nas dificuldades que a União Europeia vem levantando ao projecto do Alqueva e ao seu financiamento, bem como ao financiamento da nova ponte sobre Tejo. Como estão patentes num caricato insucesso que Portugal vem tendo no que diz respeito aos repetidos pedidos de apoio comunitário para o programa de abate para a irradiação da doença das vacas loucas.

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Governo tem a obrigação de explicar ao País, com clareza e sem rodeios, o que se passa com esses projectos que obtiveram do anterior Executivo bem sucedidos esforços nas instâncias europeias, que não podem ser agora, irresponsavelmente, comprometidos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É da sabedoria popular que «com vinagre não se apanham moscas». O acordo da União Europeia com a Índia e o Paquistão, na área dos têxteis, foi um desastre para Portugal. Porém, nesta matéria, às entradas de leão corresponderam saídas de sendeiro.

Não se venha agora querer atirar poeira aos olhos dos portugueses com o recurso para o Tribunal de Justiça das Comunidades, cujo resultado já se antevê qual seja e que não resolve o grave problema do desemprego, que as falências em catadupa no sector dos têxteis vão necessariamente ocasionar.

Aplausos do PSD.

Porém, no que diz respeito à defesa intransigente do nosso tecido empresarial e ao reforço dos grupos económicos nacionais, no âmbito do tão importante processo de privatizações, já o Governo receia defender os interesses portugueses, se necessário em sede judicial, capitulando e cedendo, sem mais, às exigências das instâncias comunitárias.

A integração europeia é um processo de negociação permanente, cujos êxitos ou inêxitos têm de ser aferidos pelos resultados. Ora, lamentavelmente, tais resultados estão à vista, como se demonstrou. Também aqui, na vertente externa, estamos preocupados com a credibilidade

do Estado português, cujo prestígio e dignidade foram reconhecidamente restaurados na última década.

Termine como comecei, com uma citação, agora de um teorizador do Estado, Jelineck, que passo a reproduzir: «as instituições do Estado não são poderes cegos da natureza mas nascem e transforma-se por influência da vontade humana e em vista dos fins a atingir.»

Os fins que todos queremos continuar a atingir como Estado devem manter-se incólumes independentemente dos governos, esperamos que a vontade humana que este Governo, neste momento, traduz e expressa seja devida e atempadamente corrigida para que não se degradem as instituições nem se comprometam, com maior gravidade ainda, a autoridade interna do estado e a sua credibilidade externa.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Guilherme Silva, provavelmente, se tivesse exposto algumas das razões que levam pessoas sensatas a duvidar de medidas que têm sido tomadas na área da política de segurança, talvez não lhe pedisse esclarecimentos.

Sucede que, basicamente, na sua intervenção, decidiu abordar um tema relativamente ao qual creio que, conjunturalmente, os senhores não têm autoridade e, estruturalmente, não têm razão, ou seja, o tema da política europeia do Governo. Conjunturalmente não têm autoridade porque decidiu fazê-lo no preciso dia em que — digamo-lo serenamente — o líder do seu partido fez uma triste figura. Realmente, podia ter pougado o País a uma coisa muito parecida com aquela que, no tempo do anterior governo, levou o Primeiro-Ministro Cavaco Silva a chamar antipatriota ao Deputado europeu João Cravinho.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Já não se lembram disso mas, de cada vez que se passa a fronteira de Portugal, que ainda não desapareceu, e vamos lá fora dizer mal das nossas instituições, apoucá-las perante destinatários estrangeiros, não estamos a prestar um bom serviço ao País.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em todo o caso, o Sr. Deputado abordou três temas quanto a essa matéria, sendo o primeiro relativo às pescas. Estou de acordo consigo em que os resultados das negociações...

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Foram uma vergonha!

O Orador: —... não foram nada bons, mas queria perguntar-lhe, Sr. Deputado Guilherme Silva, se está ou não arrependido de, nesta matéria, ter, na teoria da responsabilidade colectiva, uma parte de responsabilidade no facto de Portugal ter sido um dos raros países da União que abateu mais frota do que o solicitado pela Comissão Europeia.

Em matéria de têxteis, ouvi o PSD referir o interesse vital e quero perguntar-lhe se está ou não arrependido por,

durante 10 anos, ter apoiado ministros que consideravam que o interesse vital não existia nem política nem juridicamente e nunca terem invocado, em sede europeia, o interesse vital, tendo nós passado pela experiência de ver outras nações fazerem políticas de «cadeira vazia» para defender os seus interesses respectivos por razões que, quanto ao caso português, dada a fundamental importância do sector têxtil, mereciam efectivamente essa invocação.

Alguns nesta Câmara têm legitimidade para falar no interesse vital, mas o PSD não tem e se for necessário eu, podendo consultar os arquivos, recordarei o que os antigos ministros do negócios estrangeiros do PSD diziam sobre o carácter jurídico do interesse vital e do compromisso do Luxemburgo.

Portanto, Sr. Deputado Guilherme Silva, compreendo as suas críticas à política europeia do Governo....

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Compreende e acompanha!

O Orador: — ...mas não posso esquecer que quem as faz foi quem iniciou uma política de rendição, resignação e aceitação acrítica de tudo quanto a União Europeia e as suas instituições, em particular a Comissão, pretendiam impor a Portugal. Isto não pode ser esquecido!

Para que os senhores tenham legitimidade para falar em interesse vital é preciso que não tenham um líder que vá ao Sr. Jacques Santer dizer que nós falamos duro de mais e que é preciso mais diálogo.

Diga-me, Sr. Deputado, os senhores querem invocar o interesse vital ou querem fazer as pazes, com falinhas mansas, com o Sr. Jacques Santer?

O Sr. Presidente: — Para responder, a palavra ao Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, relativamente à intervenção do presidente do meu partido em Bruxelas, não digo mais do que aquilo que já disse há pouco.

Aliás, lamento que se insista nesta matéria ...

Vozes do PS: — Claro!

O Orador: — ...na ausência dele. O Sr. Ministro da Justiça, há pouco, também o fez e espero que os Srs. Ministros que aqui estão sejam portadores da disponibilidade do presidente do meu partido para fazer o debate para que ele já desafiou, por mais de uma vez, o Primeiro-Ministro, onde se debaterão todas estas questões e designadamente a da sua intervenção, hoje, em Bruxelas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente às questões que me colocou, quero dizer-lhe que, eventualmente, não estive sempre de acordo com determinadas posições do governo anterior nestas matérias, mas quero dizer-lhe também que houve uma preocupação muito firme na defesa dos interesses portugueses, que têm também de ser vistos também de uma forma global, e por mais de uma vez os ministros dos governos anteriores ameaçaram invocar o interesse vital, tendo resolvido muitos problemas com essas ameaças.

Porém, desta feita, nem essa ameaça existiu, o que demonstra já uma diferença relevante, como V. Ex.^a sabe.

Quero ainda dizer-lhe, estando particularmente à vontade para o fazer, que o governo anterior conseguiu, da parte da União Europeia, medidas extraordinariamente importantes para o nosso país, e permitir-me-á que refira em particular o tratamento preferencial das regiões ultraperiféricas, sem o qual as nossas regiões autónomas não poderiam ter o surto de desenvolvimento e as infra-estruturas que estão ainda em fase de implementação, com base nessa vitória do Professor Cavaco Silva.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — A palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O tema da interpelação de hoje, que está prestes a encerrar-se, é a autoridade do Estado e valerá a pena referir, como ponto referencial originário, que a autoridade do Estado de que se trata é a do Estado democrático, de um Estado legal, que radica na lei e nos direitos dos cidadãos, em relação e em função dos quais se exerce a autoridade do Estado.

Hoje, tivemos aqui os membros do Governo a dar conta do respeito por esses direitos dos cidadãos e dos problemas reais dos portugueses, basicamente no âmbito da segurança interna e da justiça. Por isso, a ideia que temos de ter para este debate, que nalguma medida foi bizarro, é a de que a autoridade do Estado não se confunde com autoritarismo...

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — ...com falta de autoridade e, muito menos, como no passado, com abuso de autoridade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nos governos anteriores, que, felizmente, o povo português sancionou, também por isso mesmo, houve abuso da autoridade e várias vezes muitos de nós tiveram aqui a oportunidade de chamar a atenção para a irresponsabilidade do Estado pelo abuso da autoridade dos governos de então, o qual se radicou muitas vezes e, sobretudo, como já foi salientado, naquela ideia infeliz das forças de bloqueio, que puseram e punham em causa, basicamente, a separação de poderes.

Ora, a este título, temos de lembrar como ideia axial que a autoridade do Estado é a do governo das leis e não a do governo dos homens e que a democracia é o governo da república moderna e, basicamente, o governo do Estado de direito, o qual assenta em critérios de legitimidade e legalidade que fundam, naturalmente, a autoridade do Estado.

Todos os cidadãos têm, por isso, neste domínio, e permitam-me que me centre nesse aspecto, o direito fundamental da segurança. Não podemos esquecer que a segurança é um direito e uma liberdade fundamental que se exprime em dois valores referenciais: o direito à liberdade e o direito a viver com segurança com os outros e perante os outros.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nesse sentido, incumbe às forças de segurança, basicamente, garantir aquilo que têm garantido e que lhes cabe garantir, ou seja, a tranquilidade e a ordem

pública, a segurança das pessoas e bens, o respeito pelos direitos dos cidadãos.

Todos temos consciência, o Governo tem-na expresso e Grupo Parlamentar do PS tem disso feito acção fundamental e linha central da sua conduta, que há um código de conduta exigível a todas as forças de segurança.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Os responsáveis pela aplicação das leis podem recorrer à força, mas só o devem fazer quando isso é estritamente necessário e na medida exigida pelo cumprimento das suas funções.

É em nome do Estado de direito que o poder se exerce, mesmo o poder judicial e o policial, e este poder centra-se numa responsabilidade perante a comunidade e perante o direito e o exercício da autoridade.

Todos temos consciência de que não há lei sem autoridade que a faça cumprir, que a sancione, que a execute, mas igualmente não há autoridade sem lei.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A autoridade não se justifica por si mesma, é um ingrediente e um elemento essencial do Estado democrático de direito e é para garantir elementos fundamentais dessa segurança, quer ela radique em perturbações de natureza social oriundas da precariedade do emprego, no aumento da toxicodependência e do tráfico de droga, na criminalidade organizada ou na corrupção, que as forças de segurança devem agir com espírito cívico, com transparência e com formas de exercício democrático.

Por isso e nesse sentido, saudamos a ideia de uma pedagogia cívica do Estado democrático aplicada a todas as forças de segurança.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Ministro deu disso conta e queremos salientar particularmente esse aspecto, porque temos ideia que não são admissíveis quaisquer perturbações aos direitos dos cidadãos, sobretudo nos momentos e lugares onde, pela sua natureza, eles estão mais fragilizados, porque têm de enfrentar o exercício legítimo da autoridade, lugar e momento que é sobretudo nas esquadras policiais.

A PSP, a GNR e a PJ são instituições essenciais do Estado de direito, que devemos prestar e melhorar. Não é, por isso, legítimo que num Estado de direito possam avolumar-se dúvidas sobre o exercício cívico das funções de segurança pública.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Muito bem!

O Orador: — Num momento em que as condições do exercício da criminalidade são mais sofisticadas, aumentando a insegurança dos cidadãos, é urgente e necessário que eles tenham razões para um acréscimo de confiança nas suas polícias e nos seus meios de prevenção e repressão, acréscimo de confiança que está a ser aprofundado, como ouvimos e tivemos oportunidade de debater.

Mas para tal é fundamental, da parte das forças de segurança, uma consciência cívica apurada de respeito pelos direitos dos cidadãos, em função dos quais se exerce a autoridade democrática.

Terminava como comecei: a autoridade democrática e a autoridade do Estado é a das leis e das instituições, nada fora das leis e nada fora das instituições.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — O último orador inscrito antes da fase de encerramento é o Sr. Deputado Calvão da Silva, a quem dou a palavra.

O Sr. Calvão da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A autoridade do Estado é um bem que importa preservar. Sem complexos, sejamos claros! Não se trata de advogar soluções autoritárias, soluções menos respeitadoras dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Trata-se, sim, de assegurar o prestígio e a *auctoritas* do Estado democrático. Vale dizer, assegurar a participação organizada do povo na resolução dos problemas nacionais, defender a democracia e fazer respeitar a legalidade democrática. O que constitui uma exigência indeclinável do Estado de direito, a que o PSD tem de dar voz na Assembleia da República.

O Estado não é uma entidade abstracta, longínqua e opaca. O Estado é um mediador. Mediador da comunidade de cidadãos que lhe confia a promoção, defesa e guarda do bem comum através de um pacto social. Não há Estado sem cidadãos. Mas também não há Estado sem autoridade. O povo confia ao Estado o cuidado de o dirigir e o servir. O Estado apoia-se, por isso, na vontade do povo que quer obedecer. E essa obediência, desejada e livremente consentida, é que faz a autoridade do Estado e não o inverso, como bem diz Spinoza, um dos grandes símbolos da grei portuguesa. Por isso, o Estado não pode prescindir da autoridade, sendo, mais que actor, autor de um projecto nacional audaz e mobilizador.

Percebe-se assim que a autoridade do Estado não pode existir sem a adesão dos cidadãos. É bom que os detentores do poder não esqueçam o fundamento da sua autoridade: o que funda a autoridade do Estado é a justiça que inspira e norteia a sua acção, a virtude posta na sabedoria e na prudéncia do seu comportamento, o respeito que suscitam as suas decisões. A autoridade só se mantém enquanto a instituição ou a pessoa de que emana seja respeitada.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há múltiplas e grandes razões para os portugueses estarem preocupados.

Primeira preocupação: o Governo Socialista não tem um projecto político nacional.

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso é falso!

O Orador: — Tem sido um Governo de medidas avulsas, de reacção à pressão das circunstâncias, sem uma linha de rumo, sem um sentido de unidade estratégica.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Estava tão bem encaminhado! Já estragou tudo!

O Orador: — O espírito das misericórdias e da caridade cristã de que está imbuído faz com que pareça mais um «governo da Santa Casa», na expressão de António Barreto. Não é um Governo com sentido de Estado e sentido de futuro. É uma central telefónica sem comando. Ao não imprimir tensão reformadora e mobilizadora sobre a sociedade, fugindo das mudanças com

medo da impopularidade como o «diabo da Cruz», o Governo está a fazer de Portugal um país adiado.

Segunda preocupação: há injustiças gritantes em decisões tomadas. Por exemplo, na abolição de certas portagens, na suspensão das propinas, na amnistia às FP 25 de Abril e agora no acordo com os clubes de futebol. Em todas estas medidas, um traço comum: a violação do princípio de igualdade dos cidadãos, dividindo-os em portugueses de primeira e portugueses de segunda. Assim se contribui para a dissolução da autoridade do Estado. Nada melhor do que a injustiça para provocar revolta e indignação nos cidadãos, tanto maior quanto mais sentirem tratar-se de «negócios de compadres», na expressão com que Sr. Bispo de Setúbal baptizou a amnistia às FP 25 de Abril, ou pagamento de promessas eleitorais escondidas.

Terceira preocupação: as «guerras» no sector da justiça.

O Sr. José Magalhães (PS): — Quais guerras?

O Orador: — Os portugueses assistem atónitos, intranquilos e angustiados ao deflagrar de uma «crispação no sector da justiça», entre Ministério Público, juízes e Polícia Judiciária, anunciada em grandes parangonas na informação.

O Sr. José Magalhães (PS): — Mas que intrigista!

O Orador: — Mas mais estupefactos ficaram ainda quando, em recente entrevista a *A Capital*, o Primeiro-Ministro disse tratar-se de «questões sem importância». Uma justiça pronta, respeitada, que garanta o primado do direito sobre a força e o facto consumado, é condição vital da coesão social e da democracia. As instituições da justiça precisam de serenidade. A crise da justiça ou na justiça é uma das manifestações mais graves da crise do Estado, com o pacto social a ser minado por dentro. Entendamo-nos. O que está em causa não é um conflito entre sindicatos da justiça e poder executivo. O que está aqui, novo, é um conflito institucional dentro da justiça, que o Ministério da Justiça não preveniu. Qual a posição do Governo?

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso já foi dito!

O Orador: — O Ministério Público continuará a ser a magistratura que dirige a investigação criminal ou não? A justiça é o símbolo do Estado. Não desvalorizemos «guerras» no coração do Estado. O Governo não pode sobrestar numa atitude táctica, utilizando os altos interesses do Estado. Os portugueses querem confiar na justiça e nas suas instituições.

Quarta preocupação: a «guerra» entre Ministério da Administração Interna e Polícia de Segurança Pública. Tudo começou na desautorização pública da polícia nos incidentes de Santo Tirso e o elogio do Comandante Geral da PSP, considerando que as críticas do Ministro «não são a melhor forma de manter as pessoas motivadas», acrescentando: «no dia em que a Polícia não possa, em casos extremos, utilizar a força, o Estado estará destruído». O Comando Distrital de Lisboa reclama em público mais meios e mais efectivos — nada que não houvesse feito no governo anterior. Na altura, os socialistas aplaudiram a sua frontalidade; hoje, depois de reiterar praticamente o mesmo, o Comandante é exonerado pelo Ministro, não obstante as suas reivindicações terem sido subscritas pelo Comando Geral. Do mal estar entre o MAI e as forças da

ordem, tristes e desmotivadas, pode dizer-se que a procissão ainda vai no adro. Vai o Sr. Ministro demitir todos os comandantes ausentes na investidura do Comando Geral? Qual a política de segurança deste Governo? O que pensa, hoje, das superesquadras tão criticadas no passado por VV. Ex.^{as}? Vai criar uma comissão para estudar?

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo trata a autoridade do Estado com a mesma falta de lucidez e imprudência com que eliminou portagens, suspendeu propinas, amnistiou as FP 25 de Abril e perdoa, agora, as dívidas aos clubes de futebol.

O Sr. José Saraiva (PS): — Outra vez? Já ouvi isso antes?

O Orador: — Desprotege-se e desprotege a sociedade contra as perturbações que aí estão e que se adivinham. Não tem sabido prevenir a crise no sector da justiça. Não tem sabido prestigiar as forças da ordem e da segurança. Para quem, como o Sr. Primeiro-Ministro, prometeu ser «duro contra o crime», nada podia ser pior, com a autoridade do MAI irredutivelmente comprometida.

Avizinharam-se tempos difíceis, com a frustração das expectativas inflacionadas pelo PS na oposição e na campanha eleitoral. O desemprego está a crescer. A Sr.^a Ministra do Emprego reconhece que a tendência é para continuar a subir. Agravar-se-ão, assim, as causas de exclusão social. O PS, neste balanço feito pelo Presidente da Câmara do Porto, está chumbado.

Por tudo isto, e pela má consciência do PS, sobretudo no caso da ponte, explica-se a anunciada legislação sobre cortes de estradas e bloqueios. É o reconhecimento de quem já não acredita no diálogo e na dessacralização do poder para controlar a situação social em resultado da crise económica resultante da retoma comprometida.

A democracia é liberdade, mas é também segurança — a liberdade não pode ser refém de um sentimento de insegurança; a responsabilidade pela função soberana da segurança é do Estado. Para isso, o Estado precisa de autoridade para fazer respeitar a lei e manter a ordem pública em todo o território nacional. O PS semeou ventos na oposição e agora o Governo não sabe contornar as tempestades.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em nome de um falso diálogo, este Governo socialista segue a lei dos que protestam mais alto e mais cedo, pagando-lhes os silêncios ou amnistando-lhes os crimes. Com isso, prejudica todos os que querem trabalhar sem perturbar, todos os que querem debater sem gritar, todos os que querem a verdade dos factos, todos os que repudiam a mera propaganda.

Aplausos do PSD

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente João Amaral.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça: — Sr. Presidente, peço desculpa, mas esclarecido, eu estou, o que quero é intervir.

Risos do PS.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Nesse caso, Sr. Ministro, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. Ministro da Justiça: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Será uma muito breve intervenção, pois não quero que o Sr. Deputado Calvão da Silva — ficaria de mal com a minha consciência — fosse daqui preocupado! V. Ex.^a pareceu-me preocupado — eu não, eu sou sereno — e, como fez uma pergunta, tenho de usar da palavra para lhe dar a resposta. Mas vou dar-lhe a resposta com um breve acrescento: ou V. Ex.^a não ouviu a minha intervenção...

O Sr. Calvão da Silva (PSD): — Ouvi, ouvi!

O Orador: — ... ou, tendo ouvido, já tinha a sua feita e não teve tempo de fazer a mudança respectiva.

De qualquer dos modos, Sr. Deputado Calvão da Silva, V. Ex.^a colocou uma questão e tem direito a ir sossegado, pelo que vou sossegá-lo.

Digo na minha intervenção que «são necessários, evidentemente, melhores meios em relação ao Ministério Público a quem cabe a direcção do inquérito em processo penal»; e, mais adiante, que «a revisão do Código de Processo Penal (...), não pondo em causa a arquitectura do processo, tem como objectivo fundamental a identificação de todos os estrangulamentos...». Espero que V. Ex.^a tenha ficado sossegado, que durma bem — eu, por mim, vou dormindo bem, muito obrigado.

Aplausos do PS.

O Sr. José Magalhães (PS): — Ora está a ver? Bastava ter ouvido!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Calvão da Silva.

O Sr. Calvão da Silva (PSD): — Sr. Presidente, queria sublinhar e agradecer ao Sr. Ministro a gentileza que teve ao dar resposta à minha interrogação.

Por outro lado, queria dizer-lhe, Sr. Ministro, que estava cá e ouvi atentamente o que disse. E ainda bem que o repetiu agora, porque o que disse é «Ministério Público a quem cabe». Isso eu sabia, no presente cabe, más o que eu perguntei, e repito, é se o Ministério Público continuará a ser a magistratura que dirige a investigação criminal ou não?

O Sr. José Magalhães (PS): — A pergunta é se no século XXII continuarão?!

O Orador: — Esta é a diferença de posturas. O que quero saber é se mantém, no futuro, a actual direcção da investigação no Ministério Público.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Isto é um problema de audição!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, citei dois passos da minha intervenção, pensei que V. Ex.^a tivesse prestado atenção aos dois, afinal,

só prestou a um. Sei que V. Ex.^a não é penalista, mas cito novamente o segundo passo da minha intervenção: «não pondo em causa a arquitectura do processo».

O Sr. José Magalhães (PS): — Ora aí está!

O Orador: — A arquitectura do processo, V. Ex.^a sabe o que é.

O Sr. José Magalhães (PS): — Quer um dicionário?!

O Orador: — Mas, se ainda não está descansado, Sr. Deputado, aqui vai a resposta «completinha» e «clarinha» para todos perceberem: o Ministério Público continuará a dirigir o inquérito.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para a intervenção de encerramento por parte do partido interpelante, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao fim de todo este tempo, perguntar-se-ão os portugueses se há verdadeiramente um estilo novo de Governo e, principalmente, como se caracteriza e o que lhes trouxe. A bonomia geral e o estado de graça que sempre se concede nestes casos, tenderam a identificar um propósito dialogante, numa abertura sensível. Com o correr dos dias transformou-se a impressão em certeza e a certeza em castigo, porque o Governo, de facto, outra coisa não fazia nem faz do que dizer que dialogava e dialogar. Daí que os mais afoitos fossem mesmo tentados a concluir que o Governo existia apenas para isso mesmo, que o Governo tinha como ideologia, como diz um conhecido jornalista português, o «dialoguismo». E mesmo aqueles que maior experiência têm, e consultam em vão os *Diários da República* ou os comunicados do Conselho de Ministros, concluem que o Governo, tirando o diálogo, nada produz.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Governo tem, de facto, um estilo seu. Este Governo não é um executivo: é um deliberativo assistido por um sem número de grupos de estudo. Antes de decidir, o que, por hábito estrutural, não faz, consulta os oráculos, vê de que lado está o vento, lança balões de ensaio, procura saber o que todos querem. E como, naturalmente, cada grupo de interesses quer uma coisa diversa, que já lhe foi prometida antes, ou por um qualquer ministro, ou por um secretário de Estado, ou pelo programa eleitoral, ou pelo contrato de legislatura, ou pelas conclusões dos Estados Gerais, ou pelo programa de Governo, tem a maior dificuldade em resolver-se.

Além daquela, a actividade residual, a preferida por este Governo, é continuar a crítica ao que outros fizeram. É uma vocação permanente de oposição que não existe apenas por tique mas por conformação original.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A grande máxima deste Governo parece ser: se há a consciência de qualquer coisa estar mal, mexendo muito, pode ficar pior. De modo que mais vale deixar correr o tempo e anunciar que as coisas se

resolverão por si. Há é uma grande capacidade de denúncia. Até porque, com a denúncia pública de situações, talvez tudo se resolva a contento sem necessidade de intervenção.

Como estamos longe dos momentos de glória nos quais os pensadores socialistas da oposição examinavam à lupa os Governos anteriores e descobriam, certeiros, falhas e caminhos! E isto tudo é tanto mais estranho quanto era de esperar que, com um novo Governo, novas soluções aparecessem. Afinal, quando os portugueses optaram por alguma coisa de diferente, era natural que esperassem ver as ideias e os diagnósticos transformados em actos concretos, em soluções.

Os problemas eram para o PS quase todos antigos. Até Outubro a segurança e a aplicação de justiça eram sectores em crise, procurava lançar-se contra eles a ira popular, multiplicavam-se os argumentos eleitorais a seu despropósito. Era natural e esperável que, a partir de Outubro, medidas enérgicas, rápidas e inovadoras deixassem de povoar o espírito socialista para se derramar, como bençãos, sobre os cidadãos.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Isso é um poema?!

O Orador: — Nada mudou entretanto. E não fora o mero facto de cessarem as campanhas movidas, de parar a pressão auto-alimentada sobre a comunicação social, ainda hoje poderíamos assistir às mesmas cenas. Não há ainda, nestes domínios, alteração sensível porque não há medidas concretas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Como sempre há reuniões e estudos. Sete meses depois do início do mandato do Governo há mais comissões e mais estudos prometidos. Até agora as grandes movimentações públicas decorreram de factos exteriores ao Governo. E é interessante notar como três grandes temas resultaram, ao nível das sondagens de opinião, em três condenações às posições socialistas.

Julgávamos difícil encontrar um outro tema que mobilizasse tão expressivamente a condenação popular como a amnistia às FP 25 de Abril. Enganavamo-nos, porque logo a seguir a ideia de afirmar a regionalização sem referendo nacional colocou cerca de 67% dos portugueses contra ela. E já quase nos esqueceríamos deste insucesso quando de novo uma imensa maioria de portugueses condena uma outra intenção pia dos socialistas de atribuir o totobola aos clubes.

Compreende-se porque é que para os socialistas mais vale ficarem quietos. Sempre que há uma ameaça de avanço ela identifica-se com uma tendência natural para a asneira. E nos três casos citados esta tendência verificada colocou em causa interesses essenciais do Estado e a sua própria imagem.

Aplausos do PSD.

O caso da amnistia ofereceu a imagem da quebra do princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei. Foi um acto gratuito de benefício a quem por alegada convicção política cometeu crimes comuns. E ainda hoje se mantêm — O Sr. Ministro da Justiça que o diga — as consequências intranquilizadoras ao nível da população prisional. Só porque da oposição foram afirmadas, simultaneamente, a condenação e a firmeza se evitou até

agora um mal maior. Do Estado ficou uma noção claudicante de parcialidade e cedência à pressão.

Na regionalização surpreende-se a tentativa de fazer uma profunda reforma do Estado sem querer ouvir o País. É uma questão de confiança nos mecanismos de audição da vontade popular que se coloca. Trata-se ainda de saber em que medida ela é relevante para evitar a confusão na qual necessariamente se lançará o País. Porque o País, ele próprio, sabe que uma vez colocado em marcha um processo vai correr tudo ao sabor dos improvisos da ocasião. Ninguém assumirá a responsabilidade por nada. Ficará um País indeciso, dividido por opções diferentes, pendente de decisões das comunidades consultadas, incerto nas relações entre os diferentes poderes.

Protestos do PS.

A teimosia na não aceitação prática do referendo nacional faz com que os cidadãos desconfiem das possibilidades da verdadeira participação na reforma do Estado.

Aplausos do PSD.

A distribuição do Totobola aos clubes é uma ofensa aos contribuintes e à certeza que eles próprios esperam face à situação de obrigação fiscal e da sanção do seu incumprimento. Esta iniciativa que o Governo se atribui coloca directamente em causa a autoridade do Estado. Há uma solução em execução que é voluntariamenteposta em causa. Há o recurso ao Orçamento para suprir dívidas de contribuintes e atribuição de verbas.

O cidadão tem forçosamente de reagir mal perante esta situação. Até porque ela resulta de um conúbio descarado entre a demagogia e o populismo e a poltística. Ou porque ela é, objectivamente, um acto de abdicação do Estado que se confunde com um acto de péssima administração do Governo.

Até hoje, o Sr. Primeiro-Ministro — e com que mágoa eu digo isto — que dantes tanto falava na dignidade do Estado, não fez mais do que dar reprováveis testemunhos de inconveniência. Recordo o que S. Ex.^o, disse em Guimarães aos manifestantes, apoucando o primeiroministro cessante. Recordo as afirmações efectuadas durante a famosa visita ao Brasil que constituíram o paradigma do que se não deve dizer de um governo anterior num país estrangeiro.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — É um escândalo! Não se diz mal do País no estrangeiro. Tem toda a razão!

Protestos do PS.

O Orador: — Foram episódios maus demais para ficar na História....

Protestos do PS.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, agradecia que permitissem ao Sr. Deputado Carlos Encarnação concluir a sua intervenção.

O Orador: — ... porque em si mesmos encerram um profundíssimo desrespeito pelas próprias funções que exerce e pela dignidade e autoridade do Estado. É certo que o tempo se vai encarregando de escrever direito por linhas tortas, de fazer justiça.

Os Srs. Ministros da Administração Interna e da Justiça vieram acompanhar o Sr. Primeiro-Ministro a esta interpelação. Mais uma vez economizaram nas soluções e mantiveram a angústia das medidas em estudo. Há tanta coisa que os unia nas críticas ao passado, quanto agora os parece dividir, ou inibir. Há tanta coisa que parecia tão fácil e tão intuitiva para uma oposição ansiosa e agora é tão complicada e difícil.

Dantes só se descobriam omissões e erros. Hoje praticam-se mais erros e cometem-se muito mais omissões.

Aplausos do PSD.

Afinal, nestes sete meses, o Sr. Ministro da Administração Interna ainda não nos tinha dado o gosto de tomar a iniciativa e vir ao Parlamento explicar o que pensava e o que queria fazer.

O Sr. José Magalhães (PS): — Veio várias vezes!

O Orador: — E estes meses têm sido um verdadeiro massacre. Não negamos ao Sr. Ministro boas intenções. Só que, Sr. Ministro, ou quer pensar bem e resolve mal, ou quer agir bem e mastiga em seco, ou quer estudar bem e perde os livros, ou — já que falamos no totobola — joga numa tripla e pensa erradamente, estuda mal e age pior.

Aplausos do PSD.

Já sabemos que o Sr. Ministro quer a polícia perto dos cidadãos. Escusa de ser tanto.

Risos do PSD.

Já sabemos que o Sr. Ministro quer mais polícia nas fileiras. Escusa de multiplicar as declarações e diversificar os números, porque isso não os acrescenta. Já sabemos que o Sr. Ministro não quer, agora, cortes de estradas. Escusa de ridiculamente lançar as coimas e fazer apelo aos militares.

O Sr. José Magalhães (PS): — Ninguém fez apelo aos militares!

O Orador: — Já sabemos que o Sr. Ministro se diz respeitador das hierarquias. Escusa de se intrometer na cadeia do comando e assumir competências que lhe não cabem directamente. Já sabemos que o Sr. Ministro aprecia a liberdade de expressão. Escusa de calar um comandante e permitir que um agente se pronuncie publicamente sobre a competência profissional do seu comandante.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Já sabemos que o Sr. Ministro está descontente com o nível salarial dos profissionais das forças de segurança. Escusa de os chamar agora para discutir isso, porque parece mal. Já sabemos que o Sr. Ministro está preocupado com o problema da segurança do Porto. Escusa de levar a reprimenda pública do Dr. Fernando Gomes e de, em seguida, ouvir pacientemente os seus ensinamentos, porque corre o risco de ficar muito mais preocupado. Já sabemos que o Sr. Ministro é sensível à segurança nos Estádios. Escusa de fazer mais legislação e, se quer um conselho, aplique a que existe.

O Governo escolheu o Sr. Ministro da Administração Interna como símbolo da autoridade do Estado. Fez bem.

A legenda da sua actuação representa bem o que o Governo pensa sobre o assunto. Não nos enganámos.

Somos tentados a dar razão ao seu amigo, ao Sr. Vicente Jorge Silva. Há aqui um erro de *casting* manifesto. O Sr. Ministro não merece o que lhe estão a fazer. Nem o Sr. Ministro, nem a autoridade do Estado, nem os portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para a intervenção de encerramento, por parte do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, chegados ao fim do debate a pergunta irreprimível é esta: era este o debate sobre a autoridade que o PSD e o seu líder tinham prometido?

Aplausos do PS.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Bem perguntado.

O Orador: — Um líder que ontem dizia enfaticamente que a pior coisa que pode haver neste domínio era não se saber quem manda, era isto que tinha para transmitir ao país?

Foi muito grave, dizia ele a propósito de certo caso, ter havido especulações na comunicação social e o Governo não ter agido rapidamente. Ao mesmo tempo e a propósito do mesmo caso, o líder do Grupo Parlamentar do PSD, hoje, por coincidência, silencioso, vinha dizer que o Governo deveria ter feito mais depressa, ou melhor, vinha dizer que era algo de inacreditável aquilo que o seu líder sugeriu que devia ser feito mais depressa.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — É verdade.

O Orador: — Para o partido interpelante parece que afinal não há um problema de autoridade no Estado, o que há, afinal bem vivo, é um problema de autoridade no PSD.

Aplausos do PS.

Entendam-se, pois, Srs. Deputados do partido interpelante.

Mas não é só a autoridade que hoje falta no partido interpelante, uma autoridade que não se reduza a comentários, visitas, conferências de imprensa, frenesim, frenesim, falta também pensamento, falta também convicção. Depois de 10 anos a lidar com aquilo que o Sr. Deputado Pacheco Pereira chamou o cristal, o PSD tem o cristal vazio de ideias e de convicções!

O Sr. José Magalhães (PS): — Exactamente!

O Orador: — Ao fim de 10 anos no Estado o que pensa o PSD sobre a reforma das forças de segurança?

Vozes do PS: — Nada!

O Orador: — A divergência institucional com o que se passa nos outros países europeus sugere-lhe alguma coisa ao fim de 10 anos de convívio com o cristal? Ou não lhe sugere nada?

Vozes do PS: — Nada!

O Orador: — Alguma ideia sobre o processo de avaliação da formação nas forças de segurança? Alguma ideia sobre a coordenação das forças de segurança?

Vozes do PS: — Nada!

O Orador: — Alguma ideia, meio ano passado, sobre a origem do juízo negativo dos eleitores acerca da política de segurança que o PSD executou no Governo, com a colaboração do Sr. Deputado Carlos Encarnação? Alguma ideia?

Vozes do PS: — Zero!

O Orador: — Não. O partido interpelante não percebeu nada, ainda não retirou um único ensinamento da sua derrota eleitoral em Outubro!

Aplausos do PS.

O PSD hoje, nesta matéria, limita-se a fazer o que no que passado acusava os outros de fazer. Cola-se a *lobbies*, a grupos de pressão, protege os que nomeou e promoveu.

Aplausos do PS.

E mostra-se, Srs. Deputados, indignado com as especulações que ele próprio alimenta.

Aplausos do PS.

É uma década de políticas fracas, disfarçadas de políticas musculadas, na área da segurança, de colagem a poderes instituídos.

O Sr. Deputado Pacheco Pereira já saiu e escuso de lhe dedicar esta enorme citação. Ele entenderia o que estou a dizer, porque fala de poderes instituídos, interesses instalados, *lobbies*, grupos de pressão.

A essa década, na vossa cabeça, segue-se: nada! Portanto, a maior ironia deste debate foi, no termo dele, o partido interpelante apresentar como novidade aquilo mesmo que os eleitores em Outubro quiseram remover.

O Sr. José Magalhães (PS): — É verdade!

O Orador: — Os que fizeram o que não provou, os que preconizaram o que não resultou, os que deixaram chegar as coisas a onde elas chegaram, podem agora dizer tudo sobre tudo. O juízo que havia a fazer sobre o que sabem e o que sabem dizer, está feito.

Sr. Deputado Carlos Encarnação, é escusado continuar a falar sobre aquilo que teve oportunidade de ajudar a fazer e não fez.

Aplausos do PS.

Sr.º e Srs. Deputados, é com grande optimismo que encaramos o futuro do combate à insegurança na nossa sociedade. Estamos a modernizar e a qualificar as forças de segurança. Estamos realmente apostados em elevar o padrão dos serviços de protecção aos cidadãos. Proximidade, civismo, transparência, profissionalismo, orientação para os problemas são referências da política de segurança que estamos a prosseguir.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ao contrário do que se pretende insinuar, a receptividade e o envolvimento dos homens e mulheres das forças de segurança estão a ser estimulantes. A participação destes homens e mulheres das forças de segurança neste esforço de modernização e qualificação deve ser saudada nesta Assembleia.

Aplausos do PS.

Em condições difíceis, não tendo recebido ao longo dos anos a formação e os meios que lhe eram devidos, eles têm feitos esforços que merecem o reconhecimento dos portugueses.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Com eles, com esses homens e mulheres, sem os quais a autoridade da lei não pode afirmar-se, estamos empenhados em desenvolver a responsabilidade, a autoridade legítima, e em melhorar o funcionamento dos sistemas de prémios e sanções na sociedade portuguesa.

Vamos trazer a esta Assembleia iniciativas legislativas orientadas nesse sentido como também propostas de lei de orientação e de programação no domínio das forças de segurança que permitirão um horizonte consistente de modernização, que não existiu nos últimos 10 anos.

Os que diagnosticaram aqui a trapalhada estão muito enganados.

O Sr. José Magalhães (PS): — Estão atrapalhados!

O Orador: — Herdámos um mix singular de tipos autoritários e laxismo, aparência de políticas musculadas e, na realidade, políticas de fraqueza perante os problemas e os interesses constituídos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nós queremos, e estamos a prová-lo, rodear o exercício da autoridade da confiança e da responsabilidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Tão importante como exercer mais e melhor a autoridade é ter mais e melhores razões para confiar na autoridade.

Um certo número de autores contemporâneos sustenta que as sociedades se distinguem, sobretudo, pela forma como nelas se confia, como nelas se validam as expectativas, nomeadamente as expectativas em quem governa.

Nós queremos contribuir para melhorar a confiança entre cidadãos e autoridade em Portugal. Estamos já a fazê-lo e vamos continuar.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, está encerrado o debate.

Resta-me anunciar que a próxima reunião plenária realiza-se amanhã, a partir das 15 horas, com período de antes da ordem do dia e do período da ordem do dia consta a discussão, na generalidade, da proposta de lei

n.º 28/VII — Autoriza o Governo a legislar no sentido da criação da associação profissional dos enfermeiros e da aprovação dos seus estatutos, a discussão conjunta, também na generalidade, da proposta de lei n.º 24/VII — Altera a Lei n.º 33/87, de 11 de Julho (Regula o exercício do direito de associação dos estudantes) e do projecto de lei n.º 59/VII — Alteração da Lei n.º 33/87, de 11 de Julho (Regula o exercício do direito de associação dos estudantes) (CDS-PP) e, ainda a discussão da proposta de resolução n.º 8/VII — Aprova, para ratificação, a Convenção sobre a proibição ou limitação de uso de certas armas convencionais que podem ser consideradas como produzindo efeitos traumáticos excessivos ou ferindo indiscriminadamente, assinada em Nova Iorque, em 10 de Abril de 1981.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 50 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

António José Gavino Paixão.

Cláudio Ramos Monteiro.

Elisa Maria Ramos Damião.

Fernando Garcia dos Santos.

José Manuel Niza Antunes Mendes.

José Manuel Rosa do Egípto.

Luís Pedro de Carvalho Martins.

Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.

Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.

Sérgio Humberto Rocha de Ávila.

Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.

Partido Social Democrata (PSD):

António Germano Fernandes de Sá e Abreu.

Arménio dos Santos.

Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.

João do Lago de Vasconcelos Mota.

José Macário Custódio Correia.

José Manuel Nunes Liberato.

Luís Carlos David Nobre.

Rui Fernando da Silva Rio.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.

Partido Comunista Português (PCP):

João António Gonçalves do Amaral.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Heloisa Augusta Baião de Brito Apolónia.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Adérito Joaquim Ferro Pires.

Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.

Eduardo Ribeiro Pereira.

Fernando Alberto Pereira Marques.

Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Laurentino José Monteiro Castro Dias.
Mário Manuel Videira Lopes.
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.
António Fernando da Cruz Oliveira.
Gilberto Parca Madail.
João Bosco Soares Mota Amaral.
José Manuel Durão Barroso.
José Mendes Bota.
Maria do Céu Baptista Ramos.

Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.
Pedro Manuel Cruz Roseta.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
Maria Odete dos Santos.
Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.

♦ **DIÁRIO**
da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 504\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do "Diário da República" e do "Diário da Assembleia da República", deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099 Lisboa Codex.